UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (PPGADM)
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

JEISIANE ANDRESA PENTEADO

OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA FM PNEUS LTDA. À LUZ DA TEORIA DOS *STAKEHOLDERS*

GUARAPUAVA
2022

JEISIANE ANDRESA PENTEADO

OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA FM PNEUS LTDA. À LUZ DA TEORIA DOS *STAKEHOLDERS*

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós--Graduação em Administração (PPGADM) – Mestrado Profissional em Administração na área de Estratégia, da Universidade Estadual do Centro--Oeste – Unicentro.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Roberto Stefani.

GUARAPUAVA

2022

Catalogação na Publicação
Rede de Bibliotecas da Unicentro

P419o

Penteado, Jeisiane Andresa
Os objetivos do desenvolvimento sustentável - um estudo de caso na empresa FM Pneus Ltda. à luz da teoria dos stakeholders / Jeisiane Andresa Penteado. – – Guarapuava, 2022.
iv, 103 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Administração. Área de Concentração: Estratégia, 2022.

Orientador: Silvio Roberto Stéfani
Banca examinadora: Óscar Ramada, Sérgio Dias Doliveira, Claudio Chiusoli

Bibliografia

1. **Objetivos do Desenvolvimento sustentável. 2. Pacto global. 3. Stakeholders. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Administração**.

CDD 658

OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA FM PNEUS LTDA. À LUZ DA TEORIA DOS *STAKEHOLDERS*

RESUMO

Objetivo: analisar as práticas da empresa FM Pneus Ltda. em relação aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e suas metas, à luz da teoria de stakeholders. Como problema de pesquisa: quais as práticas da empresa FM Pneus relacionadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) Agenda 2030 e suas metas, à luz da teoria dos *stakeholders*?

Referencial teórico: para maior entendimento da temática da pesquisa serão fundamentados os temas objetivos do desenvolvimento sustentável, organizações sustentáveis e pacto global e teoria dos *stakeholders.*

Metodologia: o presente trabalho se dá por meio de um estudo de caso, com metodologia mista, onde foi utilizado o método qualitativo sendo realizadas entrevistas semiestruturadas, diário de campo e observação direta e quantitativo com aplicação de questionários.

Resultados e conclusões: os resultados apresentam que a empresa estudada atende a maioria das ODSs, sendo que na visão dos gestores existem praticas em 9 das 17 ODSs e na visão dos colaboradores atende 15 das 17 ODSs.

Originalidade/ valor: contribui para que a empresa possa adotar novas práticas em relação as ODSs, além de trazer a participação de seus colaboradores, que são as pessoas que iram pôr em pratica as ODSs dentro da empresa. A pesquisa ainda deixa oportunidades para estudos futuros em outras empresa e instituições.

Palavras-chave: Objetivos dos Desenvolvimento sustentável, pacto global, Stakeholders.

THE GOALS OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT – A CASE STUDY AT THE COMPANY FM PNEUS LTDA. IN THE LIGHT OF THE STAKEHOLDERS THEORY

ABSTRACT

Objective: to analyze the practices of the company FM Pneus Ltda. in relation to the Sustainable Development Goals and their goals, in the light of stakeholder theory. As a research problem: what are the practices of the company FM Pneus related to the Sustainable Development Goals (SDGs) Agenda 2030 and its goals, in the light of the stakeholder theory?

Theoretical framework: for a better understanding of the research theme, the objective themes of sustainable development, sustainable organizations and global pact and stakeholder theory will be based.

Methodology: the present work is done through a case study, with a mixed methodology, where the qualitative method was used, being carried out semi-structured interviews, field diary and direct and quantitative observation with the application of questionnaires.

Results and conclusions: the results show that the company studied meets most of the SDG's, and in the view of the managers there are practices in 9 of the 17 SDG's and in the view of the employees it meets 15 of the 17 SDG's.

Originality/value: helps the company to adopt new practices in relation to the SDGs, in addition to bringing the participation of its employees, who are the people who will put the SDGs into practice within the company. The research still leaves opportunities for future studies in other companies and institutions.

Keywords: Sustainable Development Goal, Global Compact, Stakeholders.

LAS METAS DEL DESARROLLO SOSTENIBLE – UN ESTUDIO DE CASO EN LA EMPRESA FM PNEUS LTDA. A LA LUZ DE LA TEORÍA DE LAS PARTES INTERESADAS

RESUMEN

Objetivo: analizar las prácticas de la empresa FM Pneus Ltda. en relación con los Objetivos de Desarrollo Sostenible y sus metas, a la luz de la teoría de las partes interesadas. Como problema de investigación: ¿cuáles son las prácticas de la empresa FM Pneus relacionadas con los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) Agenda 2030 y sus metas, a la luz de la teoría de las partes interesadas?

Marco teórico: para una mejor comprensión del tema de investigación, se basarán los temas objetivos del desarrollo sostenible, las organizaciones sostenibles y el pacto global y la teoría de las partes interesadas.

Metodología: el presente trabajo se realiza a través de un estudio de caso, con metodología mixta, donde se utilizó el método cualitativo, realizándose entrevistas semiestructuradas, diario de campo y observación directa y cuantitativa con aplicación de cuestionarios.

Resultados y conclusiones: los resultados muestran que la empresa estudiada cumple con la mayoría de los ODS, y en la visión de los directivos hay prácticas en 9 de los 17 ODS y en la visión de los empleados cumple en 15 de los 17 ODS.

Originalidad/valor: ayuda a la empresa a adoptar nuevas prácticas en relación con los ODS, además de traer la participación de sus empleados, que son las personas que pondrán en práctica los ODS dentro de la empresa. La investigación aún deja oportunidades para futuros estudios en otras empresas e instituciones.

Palabras clave: Objetivo de Desarrollo Sostenible, Pacto Mundial, Grupos de Interés.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Objetivos do desenvolvimento sustentável 11
Quadro 02: Metas e indicadores da ODS 1 16
Quadro 03: Metas e indicadores da ODS 2 18
Quadro 04: Metas e indicadores da ODS 3.....20
Quadro 05: Metas e indicadores da ODS 4 22
Quadro 06: Metas e indicadores da ODS 5.....25
Quadro 07: Metas e indicadores da ODS 6 27
Quadro 08: Metas e indicadores da ODS 7 29
Quadro 09: Metas e indicadores da ODS 8 30
Quadro 10: Metas e indicadores da ODS 9 32
Quadro 11: Metas e indicadores da ODS 10 34
Quadro 12: Metas e indicadores da ODS 11 36
Quadro 13: Metas e indicadores da ODS 12 38
Quadro 14: Metas e indicadores da ODS 13 40
Quadro 15: Metas e indicadores da ODS 14 42
Quadro 16: Metas e indicadores da ODS 15 44
Quadro 17: Metas e indicadores da ODS 16.....47
Quadro 18: Metas e indicadores da ODS 17.....49
Quadro 19: Princípios do Pacto Global 54
Quadro 20: Publicações recentes sobre ODS.....55
Quadro 21: Classificação dos *stakeholders*.....60
Quadro 22: Síntese da metodologia de pesquisa.....64
Quadro 23: Cronograma de pesquisa.....65
Quadro 24 – Perfil dos Gestores Entrevistados.....67
Quadro 25 – Dados socioeconômicos dos funcionários pesquisados.....74
Quadro 26 – Frequências das ações de ODSs na empresa, visão dos funcionários (%).....76
Quadro 27 – Interpretação do coeficiente de correlação.....78
Quadro 28 - correlação positiva ou negativa muito forte <0,91.....78
Quadro 29 - Correlação positiva ou negativa forte ± 0,70 a 0,90.....78

Quadro 30 – Descrição das Ações de ODS na empresa, visão dos funcionários (%).....80

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Relação das organizações com os stakeholders.....58

Figura 2 Relação organização e Stakeholders.....59

Figura 3 - Fluxograma de pesquisa.....63

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....5
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....6
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA.....8
1.2.1 Objetivo geral.....**8**
1.2.2 Objetivos específicos.....**8**
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....**9**
2.1 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....9
2.1.1 Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.....
115
2.1.2 Fome Zero e Agricultura Sustentável.....17
2.1.3 Saúde e Bem-estar.....20
2.1.4 Educação de Qualidade.....22
2.1.5 Igualdade de gênero.....23
2.1.6 ODS 6: Água potável e saneamento.....26
2.1.7 Energia acessível e limpa.....28
2.1.8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico.....29
2.1.9 Indústria, Inovação e Infraestrutura.....31
2.1.10 Reduzir desigualdades.....34
2.1.11 Cidades e Comunidades Sustentáveis.....35
2.1.12 Consumo e Produção Responsáveis.....37
2.1.13 Ação Contra a Mudança Global de Clima.....39
2.1.14 Vida na Água.....41
2.1.15 Vida Terrestre.....43
2.1.16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....46
2.1.17 Parcerias e Meios de Implementação.....49
2.2 ORGANIZAÇÕES SUSTENTÁVEIS E PACTO GLOBAL.....51
2.3 Teoria dos *stakeholders*.....57
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....63
4 ANALISE DOS RESULTADOS.....66
4.1 – *STAKEHOLDERS* IDENTIFICADOS NA PESQUISA.....67

4.1.1 STAKEHOLDERS E AS PRÁTICAS DA EMPRESA EM RELAÇÃO AOS ODSs....69
4.2 PERCEPÇÃO DOS COLABORADORES DA INDÚSTRIA NO TOCANTE ÀS PRÁTICAS DA EMPRESA EM RELAÇÃO AOS ODSs.....75
5 CONCLUSÃO.....83
REFERÊNCIAS.....85
ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....95
ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO PARA OS FUNCIONÁRIOS.....98
ANEXO 3 TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO (TLC).....101

1 INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2015 aprovou a Agenda 2030 com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e 169 metas mundiais e no Brasil 175 metas. Foi acordada uma visão global compartilhada sobre como combinar as três dimensões principais do desenvolvimento por meio de ações sustentáveis (ambientais, sociais e de governança) realizadas local, nacional e internacionalmente (UN-SDSN, 2016).

Considera-se que, no processo de busca dos princípios do desenvolvimento sustentável, o papel da inovação é muito importante ao explorar novas ideias para ajudar as empresas a contribuir com a responsabilidade social e ambiental (JONES; ZUBIELQUI, 2016).

Portanto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade, de modo que os países se unam em prol disso até o ano de 2030 (UN-SDSN, 2016).

A comunidade científica e agências governamentais engajadas no desenvolvimento global estão prestando cada vez mais atenção para garantir o cuidado e as necessidades das gerações futuras. No entanto, as ações tomadas para as atividades humanas ainda têm um impacto na disponibilidade e a resiliência ecológica da terra.

A pesquisa se justifica pela necessidade de os países e empresas tornarem-se cada vez mais sustentáveis e engajados aos ODSs. A Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece dezessete objetivos e cento e setenta e cinco metas adaptadas ao Brasil para a agenda 2030, com o intuito de tornar o mundo mais sustentável até o ano de 2030 (SILVA, 2018). Para isso os países contam não somente com o poder público, mas com as organizações e a comunidade, além de trazer uma oportunidade para a empresa estudada de ampliar seus conceitos em relação ao desenvolvimento sustentável, bem como possibilitar à organização aderir a novas práticas.

Desse modo, o presente estudo será direcionado aos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável, com o intuito de identificar as práticas da empresa do setor industrial FM Pneus Ltda. em relação a esses objetivos e suas metas, com a intenção de comparar suas práticas em relação aos objetivos do desenvolvimento sustentável,

avaliando as práticas já existentes e a possibilidade de implantar novas, utilizando da teoria de *stakeholders*.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O mundo está passando por um período de rápidas mudanças socioeconômicas, ambientais, tecnológicas e culturais, acompanhadas por um forte processo de urbanização, governança e crise de valores. A realização de uma visão de futuro que pode enfrentar os desafios está se acelerando em alta velocidade.

A partir do final do século XX, uma cena problemática surge em organizações que trabalhavam em um ambiente relativamente estável, antes disso concentrava-se na maximização dos lucros para os acionistas.

Por muitos anos, as pessoas acreditavam que a proteção ambiental não era importante para a geração de lucros comerciais, porém, o aumento de regulações governamentais, as críticas corporativas, os ataques de mídia e a competição entre empresas em um ambiente globalizado fez com que as organizações precisassem de uma maneira de levar em consideração uma nova forma de gestão pela teoria dinâmica das partes interessadas, como um novo pressuposto sobre a gestão nesta situação (FREEMAN, 2010; CARIDADE, 2012).

Para Freeman (2010), o conceito de *stakeholder* refere-se a qualquer grupo ou indivíduo que pode influenciar a realização dos objetivos da empresa ou ser afetado por ela, o autor atribuiu o primeiro método de alcançar as partes interessadas a um memorando interno do Stanford Research Institute (agora SRI International, Inc.) em 1963, que se referia às partes interessadas como organizações sem apoio, não que não necessitavam existir. Mas com base no trabalho pioneiro de Freeman, uma variedade de métodos e ferramentas de análise das partes interessadas foram propostos, alguns dos quais são de escopo mais restrito e alguns são mais amplos (REED et al., 2009).

Cada vez mais acadêmicos e profissionais têm experimentado conceitos e modelos para promover a compreensão da complexidade dos desafios atuais dos negócios. O conceito de *stakeholder* mais famoso é o proposto por Edward Freeman em 1984 (DELGADO, 2011). Para Freeman (2010) o conceito de *stakeholders* está classificado em quatro áreas: planejamento estratégico corporativo, teoria dos sistemas, responsabilidade social corporativa e teoria organizacional.

A crise socioeconômica mundial precisa ser resolvida dentro dos limites naturais impostos pela própria Terra, para reverter as mudanças climáticas extremas e naturais, esgotamento de recursos, além de superar a inaceitável desigualdade social (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2016). A intensificação da industrialização global, explosão populacional, desenvolvimento de novos produtos e alta produção e consumo excessivo promoveram o desenvolvimento econômico, mas levaram à degradação ambiental do ecossistema (SEVERO et al., 2016).

Por meio da Agenda 21 de 1992 e da Agenda 2030 sendo mais recente e abrangente, uma nova ênfase foi colocada no papel das empresas na promoção da produção ambiental sustentável (SILVA et al., 2016). Uma das questões mais desafiadoras é como equilibrar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental e a justiça social, um problema complexo que deve ser resolvido de forma sistemática e horizontal (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2016). Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável tornou-se, em 2015, o primeiro plano das atenções internacionais. A Agenda 2030, estabelecida pelas Nações Unidas e assinada por cerca de 200 Estados-membros no mundo, trouxe mudanças em políticas, ações e pesquisas (FUTURE EARTH, 2015; PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2016).

A Agenda 2030 reconhece que o setor industrial é essencial para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países em desenvolvimento e desenvolvidos e enfatiza a relevância do investimento em infraestrutura e inovação como condição básica para as metas estabelecidas (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2014; YONG, 2016). A sociedade global tem progredido significativamente, tornando-se mais eficiente na produção, consumo e uso de recursos e materiais (LUKMAN et al., 2016). No entanto, essas ações devem ser descentralizadas para cobrir as empresas menores, bem como os governos locais e regionais, pois são essenciais para promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo além de mudança a nível local, sendo que esses objetivos devem ser atingidos até o ano 2030 Agenda (PNUD, 2016).

A fim de investigar a empresa no sentido de como ela se comporta perante ao desenvolvimento sustentável, buscou-se compreender o seguinte problema de pesquisa: Quais as práticas da empresa FM Pneus relacionadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) Agenda 2030 e suas metas, à luz da teoria dos *stakeholders*?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Para o desenvolvimento da pesquisa foi definido o objetivo geral e os objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar as práticas da empresa FM Pneus Ltda. em relação aos Objetivos do desenvolvimento Sustentável e suas metas, à luz da teoria de *stakeholders*.

1.2.2 Objetivos específicos

a) Realizar um diagnóstico organizacional, com suporte documental, na visão dos gestores e dos funcionários das práticas organizacionais relacionadas às ODS;
b) Identificar os aspectos positivos e negativos em relação as atividades da empresa com relação aos ODSs;
c) Avaliar a possibilidade de implantar práticas mais alinhadas aos ODSs.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Como resposta humana às crises sociais e ambientais, na segunda metade do século XX a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou um estudo sobre mudanças climáticas. Com base na pesquisa, o relatório Brundtland - nosso futuro comum é um documento que apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável pela primeira vez, em que retrata o seguinte objetivo: satisfazer as necessidades atuais sem comprometer o desenvolvimento da capacidade das gerações futuras de atender as suas necessidades. Embora seja um conceito problemático porque não define as necessidades do usuário seja agora ou no futuro, o relatório Brundtland atraiu a atenção do mundo em relação à necessidade de encontrar novas formas de desenvolvimento econômico sem a necessidade reduzir os recursos naturais sem destruir o meio ambiente (BARBOSA, 2008).

Segundo a (ONU, 2015), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas em todos os lugares possam desfrutar de paz e prosperidade. Essas são as metas para as quais as Nações Unidas estão contribuindo para que possamos alcançar os objetivos da Agenda 2030.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que inclui 17 objetivos e 175 metas adaptadas ao Brasil, apresenta uma visão ambiciosa de desenvolvimento sustentável e integra suas dimensões econômicas, social e ambiental. Esta nova Agenda é a expressão de desejos, aspirações e prioridades da comunidade internacional para os próximos 15 anos (KESTIN, BELT, VAN DEN, DENBY, ROSS, THWAITES, ; HAWKES, 2017; Relatório IPEA, 2018).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável publicados na Agenda 2030 são vistos como uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento organizacional proporcionando benefícios econômicos, sociais e ambientais. Os ODSs representam um caminho de práticas de engajamento e relato de temas de sustentabilidade (GALLELI, 2021).

A Agenda 2030 é considerada uma agenda transformadora, que coloca a igualdade e dignidade das pessoas no centro e pede uma mudança no modelo de

desenvolvimento, respeitando o meio ambiente, sendo um compromisso universal adquirido tanto por países desenvolvidos como em desenvolvimento, no âmbito de uma parceria global fortalecida, que leva em conta meios de implementação para efetuar mudanças e prevenção de desastres por eventos naturais extremos, bem como mitigação e adaptação às mudanças climáticas (KESTIN, BELT, VAN DEN, DENBY, ROSS, KTHWAITES, HAWKES, 2017).

Os 17 ODSs são amparadas por metas que visam incentivar, medir e valorizar as ações do poder público para promover a prosperidade da indústria sem criar danos à sociedade e ao meio ambiente. As metas também focam no investimento em tecnologia, com o objetivo de modernizar toda a cadeia produtiva, propiciando inclusão social, emprego e renda (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2016).

Nesse contexto, cada meta apresenta alguns indicadores. De acordo com Gallopin (1997), esses índices quantitativos constituem variáveis que transmitem informação sobre o estado e/ou tendência dos atributos (qualidade, características, propriedades) de um sistema. Genericamente, eles são medidas que podem ser usadas para ilustrar e comunicar um fenômeno relevante para o ambiente de uma forma simples, permitindo revelar a que distância se está de um determinado objetivo.

De acordo com Katakura e Santos (2016), os indicadores urbanos são dados quantificáveis da realidade, de um fenômeno urbano, que podem ser registrados ao longo do tempo para se projetar uma tendência. A UN Habitat (2004) define os indicadores como sendo um conjunto de instrumentos de gestão que permitem identificar a realidade urbana e servem de base para a formulação de políticas, programas e projetos de melhoria de forma continuada e sustentável. Com eles, é possível obter um comparativo do estado das cidades do mundo, mostrando a existência de algum progresso na implementação das metas. Monitorar os ODSs será um elemento crucial na estratégia para atingi-los, os ODSs devem se tornar ferramentas de gestão para os tomadores de decisão (KROLL, 2017).

Para auxiliar no rastreamento dos ODS a nível local, nacional, regional e global, faz-se necessária uma sólida estrutura de indicadores como ferramenta de gerenciamento, a fim de que os governos possam desenvolver estratégias de implementação e alocar recursos de acordo com as demandas prioritárias identificadas (UNEP, 2013; BRASIL, 2011; SACHS et al., 2016).

Com o objetivo de realizar a avaliação e monitoramento dos ODSs, a *UN Statistical Commission instituiu a Inter-Agency and Expert Advisory Group on SDG Indicators* (IAEG-SDGs) juntamente com a *United Nations Statistics Division*, desenvolveu um catálogo de indicadores globais a fim de criar um sistema completo de monitoramento para os ODSs a partir de março de 2016 (UN, 2016; UN-SDSN, 2015; UN-SDSN, 2016; SACHS et al., 2016; KROLL, 2017). Em março de 2017, *o Report of Inter-Agency and Expert Group on Sustainable Development Goal Indicators* (E/CN.3/2017), em seu Anexo III, endossou uma lista de 232 indicadores globais, um sistema de monitoramento que inclui uma vasta gama de indicadores para uma visão detalhada de cada objetivo e meta (IAEG-SDGs, 2017; KROLL, 2017). O Quadro 1 apresenta cada um dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU.

Quadro 1 – Objetivos do desenvolvimento sustentável

ODS	META GERAL	OBJETIVO
1 - Erradicação da Pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	Para a ONU, a erradicação de todas as formas de pobreza é um dos maiores desafios para o desenvolvimento sustentável. Por isso, uma das metas presentes no Objetivo 1 da Agenda 2030 é que os países construam parcerias que viabilizem a mobilização de recursos para a criação de programas e políticas que erradiquem a pobreza em todos os sentidos, para que a população vulnerável possa ter condições mínimas de sobrevivência e seja possível reduzir à metade a proporção de pessoas que vivem em situação de pobreza.
2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	Segundo a ONU, há mais de 500 milhões de pessoas em situação de desnutrição no planeta. Por isso, uma das metas do Objetivo 2 é que, até 2030, os países desenvolvam programas e políticas que possam dobrar a produtividade dos pequenos agricultores, incluindo mulheres e povos indígenas, de modo a aumentar a renda de suas famílias.
3 - Saúde e Bem- -estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.	Entre as metas do Objetivo 3 da Agenda 2030, estão não apenas a redução da mortalidade neonatal, da obesidade e a erradicação de doenças como o HIV, a tuberculose e a malária, mas também a conscientização quanto ao uso de álcool e drogas e o esclarecimento cada vez maior em torno da saúde mental e da importância do bem-estar psicológico e físico.
4 - Educação de Qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.	O Objetivo 4 envolve todos os níveis educacionais, desde a primeira infância até a vida adulta, e tem como de suas metas garantir que a educação seja viável para todas e todos, sem discriminação de gênero. Isso é importante pelo fato de que as meninas são as principais prejudicadas em seu desenvolvimento educacional, pois, em comparação aos meninos, a educação delas costuma ficar em segundo plano. Além disso, muitas são obrigadas a abandonar os estudos em função de

		casamentos e gestações precoces.
5 - Igualdade de Gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.	O Objetivo 5 está no centro das discussões atuais da sociedade: a igualdade de gênero. Assim, visando à erradicação de todas as formas de violência contra meninas e mulheres, uma das metas da Agenda 2030 é viabilizar que meninas e mulheres recebam os mesmos incentivos e oportunidades educacionais, profissionais e de participação política que meninos e homens, bem como o igual acesso a serviços de saúde e segurança.
6 - Água Potável e Saneamento	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.	Para permitir que todas as pessoas tenham acesso à água potável, a Agenda 2030 prevê como meta uma gestão mais responsável dos recursos hídricos, incluindo a implementação de saneamento básico em todas as regiões vulneráveis e a proteção dos ecossistemas relacionados à água, como rios e florestas.
7 - Energia acessível e limpa	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos.	Para a Agenda 2030, é importante não apenas que todas as pessoas tenham acesso à energia (atualmente, mais de 15% da população mundial não tem acesso à eletricidade), mas que a energia fornecida também seja limpa e barata, para não que não haja prejuízos ao meio ambiente durante a sua produção e também não haja dificuldades de acesso pelas pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade.
8 -Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.	Apesar de estarmos no século 21, violações aos direitos trabalhistas como o trabalho escravo ainda são uma realidade. Além disso, o desemprego é crescente, afetando principalmente os jovens sem formação. Para mudar esse cenário, a Agenda 2030 tem entre suas metas apoiar "o empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros".
9 -Indústria, Inovação e Infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.	Para que esse objetivo seja alcançado, a Agenda 2030 prevê entre suas metas que os países aumentem os incentivos para as pesquisas científicas, o acesso à internet e também promovam uma maior democratização no acesso às novidades tecnológicas de produção, para que os países de menor desenvolvimento possam ter um crescimento na sua capacidade produtiva.
10 - Reduzir Desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.	Quando se fala em reduzir desigualdades, não se trata apenas de promover uma melhor distribuição de renda dentro das nações ou de romper com os privilégios comerciais de nações ricas em relação às mais pobres. Quando se fala em reduzir desigualdades, se fala, também, em estreitar os laços entre as pessoas que ocupam os territórios do planeta, sejam elas nativas ou imigrantes. A xenofobia é um problema grave, causador de diversas violências, e que faz com que várias pessoas se vejam marginalizadas e com menos oportunidades somente por serem de um território ou etnia diferente.
11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.	Segundo a ONU, até 2030, haverá em todo mundo 41 megalópoles com mais de 10 milhões de habitantes. Porém, o ritmo atual de ocupação urbana, além de não ser inclusivo, pois nem todas as pessoas têm acesso à moradia, é extremamente desorganizado, o que faz com que nem todas as pessoas estejam alocadas em espaços inadequados, seja por serem áreas de risco de desabamentos e alagamentos, seja por sofrerem com a falta de saneamento básico, iluminação, entre outras condições de infraestrutura. Por isso, uma das metas da

		Agenda 2030 é que todos os países viabilizem uma urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todos os países.
12 - Consumo e Produção Responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.	No ritmo atual, consumimos muito mais recursos naturais do que deveríamos. Isso tem como consequência o fato de que, nos próximos anos, poderemos sofrer não só com a já temida falta de água, mas também com a falta de outros recursos, como alimentos, minerais, energia, etc. Pensando nisso, a Agenda 2030 estabelece como uma das metas "reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso"
13 - Ação Contra a Mudança Global de Clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.	Apesar de termos conseguido avanços importantes na preservação do planeta, como frear o aumento do buraco na camada de ozônio, ainda estamos com um desempenho negativo em outras tarefas, como o aumento do desmatamento e da poluição do ar, o que tem influência direta no aquecimento do planeta. De acordo com a ONU, as medidas não forem tomadas, a temperatura global poderá aumentar em até 3 graus até o fim do século 21. Por isso, uma das metas da Agenda 2030 é aumentar os investimentos dos países no desenvolvimento de tecnologias que permitam reduzir o desgaste do planeta.
14 - Vida na Água	Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.	De acordo com a ONU, há 13 mil pedaços de plástico em cada quilômetro quadrado do oceano. Esse é um dado grave que mostra como muitos países têm sido displicentes quanto à preservação dos recursos marinhos. Por isso, uma das metas do Objetivo 14 da Agenda 2030 é aumentar a conscientização quanto à poluição dos oceanos. Mais: a Agenda 2030 também prevê que, 2020 – isso mesmo, 2020! -, haja o fim de todas as práticas ilegais de pescaria que prejudicam o ecossistema marinho.
15 - Vida Terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade.	Nos últimos anos, vários desastres ambientais têm ocorrido em diversas regiões do planeta, como vazamentos de substâncias químicas, incêndios, entre outras. Por isso, uma das metas do Objetivo 1n5 da Agenda 2030 é aumentar a mobilização para reverter as consequências dessas degradações e também para prevenir novos desastres.
16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.	As instituições Executivas, Legislativas e Judiciárias também são um dos alvos da Agenda 2030. Em seu Objetivo 16, a Agenda prevê que os países combatam a corrupção, a impunidade, as práticas abusivas e discriminatórias, a tortura, bem como todas as formas de restrição das liberdades individuais.
17 - Parcerias e Meios de Implementação	As instituições Executivas, Legislativas e Judiciárias também são um dos alvos da Agenda	Para que todos esses objetivos se tornem realidade, é importante que haja relações de parceria e cooperação entre as nações. Por isso, uma das metas da Agenda 2030 é que os países em melhores condições financeiras

	2030. Em seu Objetivo 16, a Agenda prevê que os países combatam a corrupção, a impunidade, as práticas abusivas e discriminatórias, a tortura, bem como todas as formas de restrição das liberdades individuais.	ajudem os "países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo, por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento".

Fonte: Adaptado de Plano International (2021).

Desse modo, os ODSs também são uma ferramenta de planejamento e monitoramento para os países, tanto nacional quanto localmente. Graças à sua visão de longo prazo, eles constituirão um apoio a cada país em seu caminho para um desenvolvimento sustentável, inclusivo e harmonioso com o meio ambiente, por meio de políticas públicas e instrumentos orçamentários, monitoramento e avaliação (KESTIN, BELT, VAN DEN, DENBY, ROSS, THWAITES, HAWKES, 2017).

Uma característica fundamental da Agenda de Desenvolvimento Sustentável é a sua universalidade e indivisibilidade, olhando para todas as nações, do sul e do norte do mundo. Todos os países que assinaram a Agenda 2030 devem alinhar seus próprios esforços para o desenvolvimento, a fim de promover a prosperidade e proteger o planeta, para alcançar um desenvolvimento sustentável. Portanto, em relação aos ODSs, todos os países podem ser considerados em desenvolvimento e todos devem tomar medidas urgentes (PEDRAZA, 2018).

Nesse sentido, Sánchez Gutiérrez (2018) afirma que existem dois recursos necessários para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável: o primeiro refere--se ao fato de ser uma agenda que não compromete apenas para os governos, qualquer que seja o nível em que operam (nacional, regional ou local), mas também a todos os atores sociais, cada um do seu respectivas capacidades e funções. É difícil que os objetivos da Agenda possam ser alcançados se não houver envolvimento ativo de toda a sociedade, incluindo governos, sociedade civil organizada, sindicatos, empresas, universidades e centros treinamento e pesquisa. É esta natureza integral da Agenda que alude quando os traços de ser multinível e multi-*stakeholder* são atribuídos a ele. E o segundo faz parte do princípio de que existe um papel crucial da pesquisa e inovação nessa agenda.

A fim de demonstrar os dezessete Objetivos do desenvolvimento sustentável, utilizou-se a como base a Agenda 2030 que trata de 17 objetivos e 175 metas, sendo o

principal objetivo acabar com a pobreza extrema, dando uma vida digna a todas as pessoas em qualquer lugar do mundo. O ano de2018, nesse contexto, será utilizado como base um arquivo elaborado por Silva (2018), em que o autor ajusta metas dos 17 ODSs para o cenário nacional, com a adaptação à realidade brasileira.

2.1.1 Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Nas sociedades globalizadas, o adensamento urbano, somado à escassez de moradia, e ao desemprego se incumbem de gerar os segmentos sociais marginalizados que se conhece como “pobres”. O intenso comércio internacional e a exclusão do acesso aos bens e serviços ampliam o fenômeno da pobreza para além dos limites territoriais nacionais, identificado na Agenda Global 2030 (ONU), como sendo urgente necessidade acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. À vulnerabilidade econômica, social e moral, somam-se a vulnerabilidade profissional e intelectual que impedem o acesso às fontes de recursos representadas pelo trabalho decente (ODS 8); em razão da falta de capacitação dos indivíduos em extrema pobreza investir em educação para o mercado de trabalho (DA GLORIA COLUCCI, 2019).

Por outro lado, a extrema pobreza aparece quantificada na Agenda 2030 como sendo aquela situação em que a pessoa vive com menos de US$1,25 por dia, o que se torna aviltante em uma época em que o consumismo, o desperdício e o descarte de bens se tornaram algo corriqueiro. Correlatamente, a criminalidade se intensificou, sem que o Poder Público tenha alcançado controle da segurança pública no país (DA GLORIA COLUCCI, 2019).

Segundo a plataforma da Agenda 2030, no ano de 2000, houve um comprometimento do o mundo em reduzir pela metade o número de pessoas vivendo em extrema pobreza e alcançou ganhos notáveis no desenvolvimento humano. Até 2015, a pobreza havia sido reduzida significativamente, bem como o acesso ao ensino básico e os resultados da saúde melhoraram, além disso foram realizados progressos na promoção da igualdade de gênero e também no empoderamento das mulheres e meninas.

Porém. não é o suficiente, sendo que a erradicação da pobreza extrema contínua é um desafio que envolve 700 milhões de pessoas vivendo, globalmente, com menos de US$ 1,90 (PPP) por dia e mais da metade da população global vivendo com menos de

US$ 8,00 por dia. A Agenda 2030 reconhece que erradicar a pobreza em todas as suas formas é o maior desafio global para alcançar o desenvolvimento sustentável. Portanto, a principal prioridade do desenvolvimento sustentável deve ser os mais pobres e vulneráveis: ninguém ficará para trás (PLATAFORMA DA AGENDA 2030, 2000).

No Brasil, o IPEA em 2018 em conjunto com uma comissão nacional realizou diversas adaptações das metas e indicadores dos 17 ODS para a realidade brasileira, sendo que 124 deles foram modificados para adequá-los à realidade brasileira, para tornar seu conteúdo original mais claro ou para quantificá-los com mais precisão. Em alguns casos, as metas já alcançadas no Brasil foram ampliadas, como a mortalidade materna – a meta nacional é de no máximo 30 óbitos por 100.000 nascidos vivos, enquanto a meta global é de 70 óbitos por 100.000 nascidos vivos. Também inclui oito novos compromissos, como um que prevê a proteção de pelo menos 25% das áreas costeiras e marinhas. As metas incluídas na proposta do governo brasileiro deveram levar o país a um patamar sustentável até 2030, orientando a construção de planos plurianuais e políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal.

Nesse contexto o Quadro 2 demonstra os indicadores e metas relacionados a essa ODS.

Quadro 2 - Metas e indicadores da ODS 1.

METAS	INDICADORES
1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, medida como pessoas vivendo com menos de PPC$ 3,20 *per capita* por dia.	Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, medida como pessoas vivendo com menos de PPC$ 3,20 *per capita* por dia.
1.2 Até 2030, reduzir à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza monetária e não monetária, de acordo com as definições nacionais.	1.2.1 Percentual da população abaixo da linha nacional de pobreza, por sexo e idade. 1.2.2 Percentual de homens, mulheres e crianças de todas as idades vivendo na pobreza em todas as suas dimensões de acordo com definições nacionais.
1.3 Assegurar para todos, em nível nacional, até 2030, o acesso ao sistema de proteção social, garantindo a cobertura integral dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade.	1.3.1 Percentual da população coberta por pisos/sistemas de proteção social, por sexo, especificando crianças, pessoas desempregadas, pessoas idosas, pessoas com deficiências, mulheres grávidas, recém-nascidos, vítimas de acidentes de trabalho, pobres e vulneráveis
1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade, tenham acesso a serviços sociais, infraestrutura básica, novas tecnologias e meios para produção, tecnologias de informação e comunicação, serviços financeiros e segurança no acesso equitativo à terra e aos	1.4.1 Percentual da população vivendo em habitações com acesso a serviços básicos. 1.4.2 Percentual do total da população adulta com direitos à posse da terra garantidos, com documentação legalmente reconhecida e que percebe seus direitos à terra como assegurados, por sexo e por tipo de posse.

recursos naturais.	
1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.	1.5.1 Número de mortes, pessoas desaparecidas e diretamente afetadas por desastres, por 100.000 pessoas. 1.5.2 Perda econômica direta atribuída a desastres em relação ao produto interno bruto global (Tier II). 1.5.3 Número de países que adotam e implementam estratégias nacionais de redução de riscos de desastres alinhadas com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030 (Tier I). 1.5.4 Percentual de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de riscos de desastres alinhadas com estratégias nacionais de redução de riscos de desastres.
1.a Garantir recursos para implementar programas e políticas para erradicar a pobreza extrema e combater a pobreza.	1.a.1 Percentual de recursos alocados pelo governo diretamente para programas de redução da pobreza. 1.a.2 Percentual do total de despesas governamentais em serviços essenciais (educação, saúde e proteção social). 1.a.3 Soma dos subsídios totais e das entradas que não geram dívidas diretamente atribuídas aos programas de redução da pobreza como percentual do PIB.
1.b Fortalecer marcos políticos e institucionais para garantir a efetividade e a sustentabilidade das ações de erradicação da pobreza.	1.b.1 Percentual de despesas governamentais recorrentes e de capital com setores que beneficiam proporcionalmente mais as mulheres, pobres e grupos vulneráveis.

Fonte: Adaptado de Silva, 2018.

2.1.2 Fome Zero e Agricultura Sustentável

Frey e Klaus et al. (2019) afirmam que o problema da fome no mundo é um problema político. Evidentemente, se mantivermos os gatilhos detonadores do agravamento das mudanças climáticas, nos expondo à crescente intensificação das amplitudes térmicas, de mudanças drásticas nos regimes pluviométricos e alterações no nível das águas, podemos rapidamente chegar a uma situação de escassez de alimentos de tal magnitude, que venha a nos obrigar a contextualizar novamente essa afirmação. Contudo, atualmente, temos dados suficientes que evidenciam uma situação de abundância de alimentos no mundo. Para exemplificar, se o PIB mundial, de aproximadamente 80 trilhões de dólares, fosse divido pela população mundial, chegaríamos a um produto *per capita* médio de aproximadamente 11 mil dólares. Este seria o caso também no Brasil, que se encontra exatamente na média mundial em termos de renda. Um olhar sobre a distribuição de riqueza no mundo durante as últimas décadas apresenta dados bastante reveladores. Ao mesmo tempo em que avançamos na capacidade produtiva, aumentando os números absolutos de riqueza, criamos também uma dinâmica distributiva extremamente desigual desses recursos, combinando condições miseráveis de vida ao lado de uma indecente concentração de riqueza. Chegamos a um

momento histórico em que as dinâmicas dos processos produtivos estão sendo estranguladas pela lógica de financeirização da economia, produzindo mecanismos aceleradores do aumento das desigualdades. Tal situação, além de pressionar todo o sistema de produção e distribuição mundial, vem induzindo a uma série de mudanças nos sistemas políticos e, consequentemente, sociais, colocando inclusive a possibilidade de manutenção das democracias em risco. Essas desigualdades sociais são também refletidas no contexto alimentar.

Nas últimas duas décadas, o rápido crescimento econômico e o desenvolvimento agrícola reduziram pela metade a proporção de pessoas subnutridas no mundo. No entanto, a partir de 2014, 795 milhões de pessoas no mundo ainda vivem no espectro da desnutrição crônica. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 visa eliminar todas as formas de fome e desnutrição até 2030 para garantir que todas as pessoas, especialmente as crianças, tenham acesso a alimentos nutritivos adequados todos os anos. Para atingir esse objetivo, é necessário promover práticas agrícolas sustentáveis, apoiando a agricultura familiar e o acesso equitativo à terra, tecnologia e mercados. (Plataforma Agenda 2030).

O Quadro 3, a seguir, retrata as metas e indicadores da ODS 2.

Quadro 3 - Metas e indicadores da ODS 2.

METAS	INDICADORES
2.1 Até 2030, erradicar a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças e idosos, a alimentos seguros, culturalmente adequados, saudáveis e suficientes durante todo o ano.	2.1.1 Prevalência de desnutrição. 2.1.2 Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave na população, baseado na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES).
2.2 Até 2030, erradicar as formas de má-nutrição relacionadas à desnutrição, reduzir as formas de má nutrição relacionadas ao sobrepeso ou à obesidade, prevendo o alcance até 2025 as metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição aguda em crianças menores de cinco anos de idade, e garantir a segurança alimentar e nutricional de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes, pessoas idosas e povos e comunidades tradicionais.	2.2.1 Prevalência de baixa estatura (altura para idade <-2 desvio padrão da mediana dos Padrões de Crescimento Infantil da Organização Mundial da Saúde – OMS) em crianças menores de 5 anos. 2.2.2 Prevalência de má-nutrição (peso para altura > +2 ou <-2 desvio padrão da mediana dos Padrões de Crescimento Infantil da OMS) em crianças menores de 5 anos, por tipo (subnutrição e sobrepeso).
2.3 Até 2030, aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente de mulheres, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, visando tanto à produção de autoconsumo e garantia da reprodução social dessas populações quanto ao seu desenvolvimento socioeconômico, por meio do acesso seguro e equitativo: i) à terra e aos territórios tradicionalmente ocupados; ii) à assistência técnica e extensão rural, respeitando-se as práticas e saberes culturalmente transmitidos; iii)	2.3.1 Volume de produção por unidade de mão de obra por classes de tamanho da empresa agrícola, pastoril e florestal. 2.3.2 Renda média dos estabelecimentos agrícolas familiares.

a linhas de crédito específicas; iv) aos mercados locais e institucionais, inclusive políticas de compra pública; v) ao estímulo ao associativismo e cooperativismo; e vi) a oportunidades de agregação de valor e emprego não agrícola.	
2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos, por meio de políticas de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural, entre outras, visando implementar práticas agrícolas resilientes que aumentem a produção e a produtividade e, ao mesmo tempo, ajudem a proteger, recuperar e conservar os serviços ecossistêmicos, fortalecendo a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, melhorando progressivamente a qualidade da terra, do solo, da água e do ar.	2.4.1 Percentual da área agricultável sob agricultura produtiva e sustentável.
2.5 2.5.1BR Até 2020, garantir a conservação da diversidade genética de espécies nativas e domesticadas de plantas, animais e microrganismos importantes para a alimentação e agricultura, adotando estratégias de conservação *ex situ*, *in situ* e *on farm*, incluindo bancos de germoplasma, casas ou bancos comunitários de sementes e núcleos de criação e outras formas de conservação adequadamente geridos em nível local, regional e internacional. 2.5.2BR Até 2020, garantir a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, conforme acordado internacionalmente, assegurando a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional.	2.5.1 Número de recursos genéticos vegetais e animais para a alimentação e a agricultura assegurados em instalações de conservação de médio ou longo prazo. 2.5.2 Percentual de raças locais classificadas como estando em risco, não em risco ou em risco desconhecido de extinção.
2.a Aumentar o investimento, inclusive por meio do reforço da cooperação internacional, em infraestrutura, pesquisa e assistência técnica e extensão rural, no desenvolvimento de tecnologias e no estoque e disponibilização de recursos genéticos de plantas, animais e microrganismos, incluindo variedades crioulas e parentes silvestres, de maneira a aumentar a capacidade de produção agrícola ambientalmente sustentável, priorizando povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, pequenos e médios produtores, adaptando novas tecnologias aos sistemas de produção tradicional e considerando as diferenças regionais e socioculturais.	2.a.1 Índice de orientação da agricultura para as despesas do governo. 2.a.2 Fluxos totais oficiais (Assistência Oficial ao Desenvolvimento – AOD + outros fluxos oficiais) para a agricultura.
2.b Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, inclusive por meio da eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha e atendendo, em nível nacional, ao princípio da soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional.	2.b.1 Subsídios às exportações agrícolas (Tier 1).
2.c Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de alimentos e seus derivados, facilitar o acesso oportuno à informação	2.c.1 Indicador de variação dos preços de alimentos,

de mercado, promover o fortalecimento de políticas públicas de estoque e abastecimento, incluindo investimento em logística e distribuição, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos e garantir em nível nacional, a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional.	

Fonte: Adaptado de Silva, 2018.

2.1.3 Saúde e Bem-estar

De acordo com a plataforma da agenda 2030, desde os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, houve progresso histórico na redução da mortalidade infantil, melhoria da saúde materna e combate ao HIV / AIDS, tuberculose, malária e outras doenças. Por 15 anos, o número de pessoas infectadas com HIV a cada ano caiu de 3,1 milhões para 2 milhões, e mais de 6,2 milhões de pessoas salvaram suas vidas da malária. Apesar do progresso alcançado, as doenças crônicas e causadas por desastres ainda são os principais fatores de pobreza e privação dos grupos mais vulneráveis. Atualmente, 63% das mortes no mundo vêm de doenças não transmissíveis, principalmente doenças cardiovasculares, respiratórias, câncer e diabetes. Em 2025, a perda econômica dessas doenças para países de baixa e média renda é estimada em mais de 7 trilhões de dólares americanos. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável apresentam uma meta abrangente que considera a promoção da saúde e do bem-estar como uma condição necessária para o aprimoramento das capacidades humanas.

As metas e indicadores dessa ODS, estão representadas no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4 – Indicadores e metas da ODS 3

METAS	INDICADORES
3.1 Até 2030, reduzir a razão de mortalidade materna para no máximo 30 mortes por 100.000 nascidos vivos.	3.1.1 Taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos (Tier II). 3.1.2 Percentual de partos assistidos por pessoal de saúde qualificado (Tier I).
3.2 Até 2030, enfrentar as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, objetivando reduzir a mortalidade neonatal para no máximo 5 por mil nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para, no máximo, 8 por mil nascidos vivos.	3.2.1 Mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos (Tier I). 3.2.2 Mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos (Tier I).
Até 2030 acabar, como problema de saúde pública, com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária, hepatites virais, doenças negligenciadas, doenças transmitidas pela água, arboviroses transmitidas pelo *aedes aegypti* e outras doenças transmissíveis.	3.3.1 Número de novas infecções de HIV por 1.000 habitantes não infectados, por sexo, idade e população-chave (Tier I). 3.3.2 Incidência de tuberculose por 100.000 habitantes (Tier I). 3.3.3 Incidência de malária por 100.000 habitantes (Tier I). 3.3.4 Incidência de Hepatite B por 100.000 habitantes (Tier II).

	3.3.5 Número de pessoas que necessitam de intervenções contra doenças tropicais negligenciadas (Tier I).
3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, promover a saúde mental e o bem-estar, a saúde do trabalhador e da trabalhadora, e prevenir o suicídio, alterando significativamente a tendência de aumento.	3.4.1 Taxa de mortalidade atribuída a doenças cardiovasculares, câncer, diabete e doenças respiratórias crônicas (Tier II). 3.4.2 Taxa de mortalidade por suicídio (Tier II).
3.5 Reforçar a prevenção e o tratamento dos problemas decorrentes do uso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.	3.5.1 Cobertura de intervenções terapêuticas (farmacológicas, psicológicas, reabilitação e pós tratamento) para distúrbios causados pelo uso de substâncias (Tier III). 3.5.2 Consumo nocivo de álcool *per capita* (15 anos ou mais) dentro de um ano civil em litros de álcool puro (Tier I) de mortalidade atribuída a doenças cardiovasculares, câncer, diabete e doenças respiratórias crônicas (Tier II).
3.6 Até 2030, reduzir pela metade as mortes e lesões por acidentes no trânsito.	3.6.1 Taxa de mortalidade devido a acidentes de trânsito. (Tier I).
3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços e insumos de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento reprodutivo, à informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.	3.7.1 Percentual de mulheres em idade reprodutiva (15-49 anos) que têm suas necessidades de planejamento familiar satisfeitas com métodos modernos. (Tier I). 3.7.2 Taxa de natalidade adolescente por 1.000 mulheres adolescentes (de 10-14 anos; de 15-19 anos). (Tier II).
3.8 Assegurar, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), a cobertura universal de saúde, o acesso a serviços essenciais de saúde de qualidade em todos os níveis de atenção e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes e de qualidade que estejam incorporados ao rol de produtos oferecidos pelo SUS.	3.8.1 Cobertura de serviços essenciais de saúde (definida como a cobertura média de serviços essenciais baseados em intervenções de rastreamento que incluem a saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, doenças. (Tier III). 3.8.2 Percentual da população com grandes gastos domésticos em saúde como proporção do gasto ou renda doméstica total. (Tier III).
3.9 Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água e do solo.	3.9.1 Taxa de mortalidade atribuída à poluição do ar doméstico e ambiente. (Tier I). 3.9.2 Taxa de mortalidade atribuída à água contaminada, saneamento inseguro e falta de higiene. (Tier II). 3.9.3 Taxa de mortalidade atribuída a intoxicações acidentais. (Tier II).
3.a Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco no Brasil.	3.A.1 Prevalência padronizada por idade do consumo atual de tabaco entre pessoas com 15 anos ou mais (Tier I).
3.b Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias e inovações em saúde para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, proporcionar o acesso a essas tecnologias e inovações incorporadas ao SUS, incluindo medicamentos e vacinas, a toda a população.	3.B.1 Percentual da população alvo coberta por todas as vacinas incluídas no seu programa nacional (Tier III). 3.B.2 Assistência Oficial ao Desenvolvimento total líquida para pesquisa médica e setores de saúde básica (Tier I). 3.B.3 Proporção de estabelecimentos de saúde que dispõem de um conjunto básico de medicamentos essenciais relevantes disponíveis e acessíveis numa base sustentável (Tier III). 3.B.4 Gastos federais na pesquisa e desenvolvimento de vacinas.
3.c Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento, formação e retenção do pessoal de saúde, especialmente nos territórios mais vulneráveis.	3.C.1 Densidade e distribuição dos profissionais de saúde. (Tier I).

3.d Reforçar as capacidades locais para o alerta precoce, redução e gerenciamento de emergências e riscos nacionais e globais de saúde.	3.D.1 Capacidade do Regulamento Sanitário Internacional (RSI) e preparação para emergências de saúde. (Tier II).

Fonte: Adaptado de Silva, 2018.

2.1.4 Educação de Qualidade

O documento *Quality education: why it matters?*, da United Nations (UN), demonstra a educação de qualidade bem como a sua importância para a atual conjuntura de mundo, e afirma que a educação de qualidade é a chave que permite que outros ODSs da Agenda 2030 sejam alcançados a longo prazo. Essa compreensão vai no sentido de perceber que quando há fomento de educação de qualidade na sociedade as pessoas pendem a tomar outros caminhos nas suas vidas. Elas são capazes de aprofundar-se em outras dimensões de desenvolvimento humano, atuar formalmente no mercado de trabalho, apropriar-se do produto advindo da fruição entre informação, conhecimento, cultura e educação, aprender ao longo da vida e romper com muitas das suas limitações na vida (DA SILVA, 2019).

Segundo a plataforma da Agenda 2030 (2021), desde 2000, houve enorme progresso na promoção do acesso universal à educação primária para as crianças ao redor do mundo. Para além do foco na educação básica, todos os níveis de educação estão contemplados no objetivo de desenvolvimento sustentável 4, que enxerga como fundamental a promoção de uma educação inclusiva, igualitária e baseada nos princípios de direitos humanos e desenvolvimento sustentável. A promoção da capacitação e empoderamento dos indivíduos é o centro deste objetivo, que visa ampliar as oportunidades das pessoas mais vulneráveis no caminho do desenvolvimento.

O Quadro 5, a seguir, ilustra as metas e indicadores da ODS 4.

Quadro 5 – metas e indicadores da ODS 4.

METAS	INDICADORES
4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o Ensino Fundamental e Médio, equitativo e de qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta gratuita na rede pública e que conduza a resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes.	4.1.1 Percentual de crianças e jovens: i) nas séries 2/3; ii) nos anos finais do Ensino Fundamental; e iii) nos anos finais do Ensino Fundamental, que alcançaram pelo menos a proficiência mínima em (i) interpretação de texto (ii) matemática, por sexo.
4.2 Até 2030, assegurar a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância, acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o Ensino Fundamental.	4.2.1 Percentual de crianças com menos de 5 anos de idade que estão com o desenvolvimento adequado em saúde, aprendizado e bem-estar psicossocial, por sexo. 4.2.2 Taxa de participação em aprendizado organizado (um ano antes da idade de entrada oficial no ensino primário), por sexo.

4.3 Até 2030, assegurar a equidade (gênero, raça, renda, território e outros) de acesso e permanência à educação profissional e à educação superior de qualidade, de forma gratuita ou a preços acessíveis.	4.3.1 Taxa de participação de jovens e adultos na educação e treinamento formal e não formal nos 12 meses anteriores, por sexo.
4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	4.4.1 Percentual de jovens e adultos com habilidade em tecnologia da informação e comunicação (TIC), por tipo de habilidade.
4.5 Até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade.	4.5.1 Índices de paridade (feminino/masculino, rural/urbano, quintil de riqueza inferior/superior e outros, tais como tipo de deficiência, povos indígenas e população afetada por conflitos, à medida que os dados se tornarem disponíveis) para todos os indicadores educacionais desta lista que podem ser desagregados.
4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados, tendo adquirido os conhecimentos básicos em leitura, escrita e matemática.	4.6.1 Percentual da população de uma determinada faixa etária atingindo pelo menos um nível fixo de proficiência em (a) alfabetização e (b) competência numérica funcional, por sexo.
4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.	4.7.1 Medida em que (i) a educação para a cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável, incluindo igualdade de gênero e direitos humanos, são incorporados em todos os níveis em: i) políticas nacionais de educação; ii) currículos; iii) educação de professores; e iv) avaliação dos alunos.
4.a Ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades da criança, acessível às pessoas com deficiências e sensível ao gênero, que garanta a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.	4.a.1 Percentual de escolas com acesso a: i) eletricidade; ii) internet para fins pedagógicos; iii) computadores para fins pedagógicos; iv) infraestrutura e materiais adaptados para estudantes com deficiência; v) água potável; vi) instalações sanitárias para cada sexo; e vii) instalações básicas para lavagem das mãos (de acordo com as definições do indicador WASH).
4.b Até 2020, ampliar em 50% o número de vagas efetivamente preenchidas por alunos dos países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, tais como os países africanos de língua portuguesa e países latino--americanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos no Brasil.	4.b.1 Volume de fluxos de Assistência Oficial ao Desenvolvimento para bolsas de estudo, por setor e tipo de estudo.
4.c Até 2030, assegurar que todos os professores da educação básica tenham formação específica na área de conhecimento em que atuam, promovendo a oferta de formação continuada, em regime de colaboração entre União, estados e municípios, inclusive por meio de cooperação internacional.	4.c.1 Percentual de professores em: i) pré-primário; ii) primário; iii) ensino secundário inferior; e iv) ensino secundário superior, que tenham recebido, pelo menos, a formação mínima de professores (por exemplo, formação pedagógica) antes do serviço ou em serviço, necessária para o ensino no nível relevante num determinado país.

Fonte: Adaptado de Silva, 2018.

2.1.5 Igualdade de gênero

O termo igualdade de gênero refere-se ao poder dado ou distribuído entre os gêneros, entre homens e mulheres, seja no setor político, econômico, profissional, educacional. Logo, quando pensamos em desigualdade seja em qualquer fator, temos a ideia de dessemelhança, coisas ou pessoas que não são iguais entre si ou ausência de equilíbrio. Juntando esses dois conceitos, temos a ideia exata de desigualdade social, sendo a diferença de poder entre homens e mulheres, a diferença das dificuldades que ambos enfrentam para ingressar no âmbito cultural, profissional e político segundo (REZENDE, 2021).

Olhando atentamente para dentro das associações, tanto nacionais quanto internacionais, pensando em desigualdades entre homens e mulheres, temos inúmeros itens dessa desigualdade. A situação de desigualdade das mulheres manifesta-se de formas variadas: ocupação dos postos mais baixos da escala salarial, com maior grau de precarização; remuneração desigual em ocupações de cargos iguais; preconceito em entrevistas; e até mesmo para receber promoção ou qualificação (OIT, 2010).

Uma das questões sociais e culturais envolvidas é a de que as mulheres cuidam da casa e filhos, enquanto o homem ou marido sai para o emprego para sustentar sua família, devido à divisão tradicional do trabalho por gênero. Citando o envolvimento das mulheres com as tarefas domésticas e criação dos filhos, as mulheres tendem a possuir menos habilidades (ou seja, capital humano) em comparação com os homens (ALI, 2015).

A desigualdade de gênero é uma ferida do passado ainda viva na nossa atualidade, o Brasil conviveu com os princípios discriminatórios e patriarcais do Código Civil de 1916. Porém demorou para se alcançar a igualdade entre homens e mulheres como um direito fundamental por meio da Constituição Federal de 1988 (ALVES e CAVENAGHI, 2013).

Segundo a Plataforma da Agenda 2030, no ano de 2000 houve um comprometimento do mundo em reduzir pela metade o número de pessoas vivendo em extrema pobreza e alcançou ganhos notáveis no desenvolvimento humano. Até 2015, a pobreza havia sido reduzida significativamente, bem como o acesso ao ensino básico e os resultados da saúde melhoraram, além disso foram realizados progressos na promoção da igualdade de gênero e também no empoderamento das mulheres e meninas.

Porém, não é o suficiente, sendo que , a erradicação da pobreza extrema continua, é um desafio que envolve 700 milhões de pessoas vivendo, globalmente, com menos de

US$ 1,90 (PPP) por dia e mais da metade da população global vivendo com menos de US$ 8,00 por dia. A Agenda 2030 reconhece que erradicar a pobreza em todas as suas formas é o maior desafio global para alcançar o desenvolvimento sustentável. Portanto, a principal prioridade do desenvolvimento sustentável deve ser os mais pobres e vulneráveis: ninguém ficará para trás (PLATAFORMA DA AGENDA 2030, 2000).

O Quadro 6, a seguir demostra as metas e indicadores dos ODSs 5:

Quadro 6 – metas e indicadores dos ODSs 5

METAS	INDICADORES
5.1 Eliminar todas as formas de discriminação de gênero, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as meninas e mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas	5.1.1 Existência de um arcabouço legal para promover, aplicar e monitorar a igualdade e a não discriminação com base no sexo.
5.2 Eliminar todas as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada, destacando a violência sexual, o tráfico de pessoas e os homicídios, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.	5.2.1 Percentual de mulheres e meninas de 15 anos de idade ou mais que já tiveram relacionamentos, sujeitas à violência física, sexual ou psicológica por um parceiro atual ou ex-parceiro nos últimos 12 meses, por forma de violência, idade e raça/cor . 5.2.2 Percentual de mulheres e meninas de 15 anos ou mais sujeitas à violência física, sexual ou psicológica por pessoas não íntimas outra pessoa diferente do atual ou ex-parceiro nos últimos 12 meses, por forma de violência, idade, lugar de ocorrência e raça/cor.
5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos e uniões precoces, forçados e de crianças e jovens, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.	5.3.1 Percentual de mulheres com idade entre 20-24 anos que tenham sido casadas ou em união antes dos 15 e antes dos 18 anos. 5.3.2 Percentual de meninas e mulheres com idade entre 15-49 anos que tenham sido submetidas a mutilação/corte genital feminino (MGF/C), por idade.
5.4 Eliminar a desigualdade na divisão sexual do trabalho remunerado e não remunerado, inclusive no trabalho doméstico e de cuidados, promovendo maior autonomia de todas as mulheres, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas, por meio de políticas públicas e da promoção da responsabilidade compartilhada dentro das famílias.	5.4.1 Percentual de tempo gasto no trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, por sexo, idade e localidade.
5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na esfera pública, em suas dimensões política e econômica, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura,	5.5.1 Percentual de cadeiras ocupadas por mulheres no a) parlamento nacional e b) governos locais. 5.5.2 Percentual de mulheres em cargos gerenciais.

religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.	
5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e a 0os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.	5.6.1 Percentual de mulheres de 15 a 49 anos que tomam suas próprias decisões informadas sobre relações sexuais, uso de contraceptivos e cuidados de saúde reprodutiva. 5.6.2 Existência de leis e regulações que garantam o acesso pleno e igualitário a mulheres e homens com idade superior a 15 anos à saúde sexual e reprodutiva, informação e educação
5.a Garantir igualdade de direitos, de acesso e de controle dos recursos econômicos, da terra e de outras formas de propriedade, de serviços financeiros, de herança e de recursos naturais de forma sustentável, por meio de políticas de crédito, capacitação, assistência técnica, reforma agrária e habitação, entre outras, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.	5.a.1 a) Percentual da população agrícola total com propriedade ou direitos assegurados sobre as terras agrícolas, por sexo; e (b) participação de mulheres entre proprietários ou detentores de direitos de terras agrícolas, por tipo de posse. 5.a.2 Percentual de países onde o quadro jurídico (incluindo o direito consuetudinário) garante às mulheres direitos iguais à propriedade e / ou controle da terra.
5.b.1BRGarantir a igualdade de gênero no acesso, habilidades de uso e produção das tecnologias de informação e comunicação, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas. 5.b.2BR Garantir a igualdade de gênero no acesso e produção do conhecimento científico em todas as áreas do conhecimento e promover a perspectiva de gênero na produção do conhecimento, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas. 5.b.3BR Garantir a igualdade de gênero no acesso e produção da informação, conteúdos de comunicação e mídias, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.	5.b.1 Percentual de indivíduos que possuem um telefone móvel, por sexo.
5.c Adotar e fortalecer políticas públicas e legislação que visem à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e meninas, bem como promover mecanismos para sua efetivação – em todos os níveis federativos – nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.	5.c.1 Existência de sistemas para monitorar e tornar transparentes as alocações públicas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

Fonte: Adaptado de Silva, 2018.

2.1.6 ODS 6: Água potável e saneamento

De acordo com a Plataforma da agenda 2030 (2021), água é o núcleo do desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: meio ambiente, economia e sociedade. Os recursos hídricos e os serviços relacionados apoiam os esforços para erradicar a pobreza, o crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental. O acesso à água e ao saneamento está relacionado a todos os aspectos da dignidade humana: da segurança alimentar e energética à saúde humana e ambiental. A escassez de água afeta mais de 40% da população mundial e sabe-se que esse número aumentará devido às mudanças climáticas e à má gestão dos recursos naturais. Por meio da cooperação internacional, da proteção de nascentes, rios e bacias e do compartilhamento de tecnologias de tratamento de água, podemos trilhar um novo caminho e atingir esse objetivo.

De acordo com Da Silva (2019), os recursos hídricos, assim como os serviços a ele relacionados, mantêm-se empenhados com relação à erradicação da pobreza, de crescimento econômico e sustentabilidade ambiental. O ODS-6 importa para todos os aspectos da dignidade humana: da segurança alimentar e energética à saúde humana e ambiental.

O Quadro 7, a seguir traz os indicadores e metas da ODS 6.

Quadro 7 – Metas e indicadores da ODS 6.

METAS	INDICADORES
6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água para consumo humano, segura e acessível para todas e todos.	6.1.1 – Proporção da população que utiliza serviços de água potável gerenciados de forma segura.
6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.	6.2.1 – Percentual da população que utiliza instalações sanitárias seguras.
6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água nos corpos hídricos, reduzindo a poluição, eliminando despejos e minimizando o lançamento de materiais e substâncias perigosas, reduzindo pela metade a proporção do lançamento de efluentes não tratados e aumentando substancialmente o reciclo e reuso seguro localmente.	6.3.1 – Proporção de águas residuais tratadas de forma segura. 6.3.2 – Proporção de corpos hídricos com boa qualidade ambiental.
6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores, assegurando retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez.	6.4.1 – Nível de estresse hídrico: proporção das retiradas de água doce em relação ao total dos recursos de água doce disponíveis.
6.5 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis de governo, inclusive via cooperação transfronteiriça.	6.5.1 Percentual de países que começaram a implementar planos nacionais de gestão integrada dos recursos hídricos ou equivalente.
6.6 Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas	6.6.1 Mudanças na extensão de ecossistemas

relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos, reduzindo os impactos da ação humana.	relacionados com a água ao longo do tempo.
6.a Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e ao saneamento, incluindo, entre outros, a gestão de recursos hídricos, a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso.	6.a.1. Quantidade de Assistência Oficial ao Desenvolvimento relacionada com a água e saneamento que é parte de um plano de despesas coordenado pelos governos. 6.a.1 (adotado pelo IBGE): Fluxo total oficial para abastecimento de água e saneamento, por destinatário.
6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, priorizando o controle social para melhorar a gestão da água e do saneamento.	6.b.1 – Proporção das unidades administrativas locais com políticas e procedimentos estabelecidos e operacionais para a participação das comunidades locais na gestão de água e saneamento.

Fonte: Adaptado de Silva, 2018.

2.1.7 Energia acessível e limpa

Segundo Silveira (2020), a agenda inclui o acesso a serviços modernos de energia no ODS7, denominado “energia limpa e acessível”, o qual pretende “assegurar acesso à energia acessível, confiável, sustentável e moderna para todos”. É possível afirmar que o ODS7 busca assegurar alguns aspectos de justiça energética, como a aplicação de direitos sociais e ambientais para cada componente do sistema energético, relacionado à segurança no abastecimento, acessibilidade ao serviço e sustentabilidade. O ODS7 estabelece cinco metas a serem atingidas, divididas em quatro temas, incluindo: acesso à energia; proporção de energias renováveis; eficiência energética; e cooperação internacional e realização de investimentos em infraestrutura. São definidos também indicadores para avaliar se estas metas estão sendo ou não atingidas, entendidos como pontos de partida práticos para se avaliar o desempenho no cumprimento do ODS.

A longo prazo, a desigualdade de renda e oportunidades prejudicará o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável. A expectativa de vida dos grupos mais vulneráveis tende a ser relativamente curta, o que torna difícil escapar do círculo vicioso de fracasso escolar, baixas qualificações e poucas perspectivas de empregos de alta qualidade. A revitalização econômica ajuda a criar melhores condições para a estabilidade e sustentabilidade do país. É possível promover políticas que estimulem o empreendedorismo e a geração de empregos de forma sustentável e inclusiva. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 reconhece a urgência de eliminar o trabalho forçado e as formas semelhantes ao trabalho escravo e ao tráfico de

pessoas para garantir que todos possam realizar seu pleno potencial e habilidades (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2021).

O Quadro 8, a seguir expressa as metas e indicadores dessa ODS.

Quadro 8 – Metas e indicadores da ODS 7.

METAS	INDICADORES
7.1 Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.	7.1.1 Percentual da população com acesso à eletricidade. 7.1.2 Percentual da população com dependência primária em combustíveis limpos e tecnologia.
7.2 Até 2030, manter elevada a participação de energias renováveis na matriz energética nacional.	7.2.1 Quota de energia renovável no total final do consumo de energia.
7.3 Até 2030, aumentar a taxa de melhoria da eficiência energética da economia brasileira.	7.3.1 Intensidade de energia medida em termos de energia primária e PIB.
7.a Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.	7.a.1 Fluxos financeiros internacionais para os países em desenvolvimento em apoio à pesquisa e desenvolvimento em energias limpas e à produção de energias renováveis, incluindo nos sistemas híbridos.
7.b Até 2030, expandir a infraestrutura e aprimorar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos.	7.b.1 Investimentos em eficiência energética como percentagem do PIB e montante do investimento direto estrangeiro na transferência financeira de infraestruturas e tecnologia para serviços de desenvolvimento sustentável.

Fonte: Adaptado de Silva, 2018.

2.1.8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico

A pesquisa da Cepal e OIT avaliam que a transição para uma sustentabilidade energética poderá criar cerca de 1 milhão de empregos (350 mil no Brasil), até o ano de 2030, na América Latina e Caribe, bem como a transição para uma economia circular (que melhora a eficiência e a vida útil dos bens ao promover a durabilidade e a capacidade de reparação, remanufatura, reutilização e reciclagem) é possível que leve à produção de mais de 4,8 milhões de vagas de trabalho no mesmo período, pouco mais de 300 mil no Brasil. Outros exemplos de relação entre desenvolvimento sustentável e crescimento econômico no Brasil podem ser apontados, como o da construção civil. No país, a cada emprego criado no setor, são produzidas mais 4,38 vagas. Esse campo é

essencial para o avanço de uma infraestrutura natural baseada na redução de inundações, armazenamento e purificação da água e a expansão de muitos outros serviços de proteção ecossistêmica. (FREY, KLAUS et al. 2019).

Há, cada vez mais certeza, de que trabalho, produção econômica e meio ambiente equilibrado são fenômenos interdependentes, ideia também compartilhada por António Guterres, secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU): “Cerca de 1,2 bilhão de empregos, ou 40% do emprego global, depende diretamente de um ambiente saudável e estável. Os empregos não podem ser mantidos em um planeta que está morrendo”, afirmou ao anunciar a Ação Climática para o Emprego apresentada na Cúpula de Ação Climática em 23 de setembro de 2019. É sob tal conjuntura, socioeconômica e ambiental, que o Brasil se vê desafiado a cumprir as metas do ODS 8 da Agenda 2030. (FREY, KLAUS et al. 2019).

De acordo com a Plataforma agenda 2030 (2021), no longo prazo, a desigualdade de renda e oportunidades prejudicará o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável. A expectativa de vida dos grupos mais vulneráveis tende a ser relativamente curta, o que torna difícil escapar do círculo vicioso de fracasso escolar, baixas qualificações e poucas perspectivas de empregos de alta qualidade. A revitalização econômica ajuda a criar melhores condições para a estabilidade e sustentabilidade do país. É possível promover políticas que estimulem o empreendedorismo e a geração de empregos de forma sustentável e inclusiva. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 reconhece a urgência de eliminar o trabalho forçado e as formas semelhantes ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas para garantir que todos possam realizar seu pleno potencial e habilidades.

O Quadro 9 expressa as metas e indicadores da ODS 8.

Quadro 9 – Metas e indicadores da ODS 8.

METAS	INDICADORES
8.1 Registrar um crescimento econômico *per capita* anual médio de 1,6% entre 2016 e 2018; e de 2,55% entre 2019 e 2030.	8.1.1 Crescimento anual do PIB *per capita* real.
8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade, por meio da diversificação e com agregação de valor, modernização tecnológica, inovação, gestão, e qualificação do trabalhador; com foco em setores intensivos em mão de obra.	8.2.1 Taxa de crescimento anual do PIB real por pessoa empregada.
8.3 Promover o desenvolvimento com a geração de trabalho digno; a formalização; o crescimento das micro, pequenas e médias empresas; o empreendedorismo e a inovação.	8.3.1 Percentual de emprego informal em empregos não agrícolas, por sexo.

8.4 Ampliar a eficiência da utilização de recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS).	8.4.1 Pegada material, pegada material *per capita*, e pegada material por unidade do PIB. 8.4.2 Consumo doméstico material, consumo doméstico material *per capita* e consumo doméstico material por unidade do PIB.
8.5 Até 2030, reduzir em 40% a taxa de desemprego e outras formas de subutilização da força de trabalho, garantindo o trabalho digno, com ênfase na igualdade de remuneração para trabalho de igual valor.	8.5.1 Rendimento horário do trabalho por gênero, ocupação, faixa etária, e para pessoas portadoras de deficiência. 8.5.2 Taxa de desemprego por gênero, ocupação, faixa etária, e para pessoas portadoras de deficiência.
8.6 Alcançar uma redução de 3 pontos percentuais até 2020 e de 10 pontos percentuais até 2030 na proporção de jovens que não estejam ocupados, nem estudando ou em formação profissional.	8.6.1 Percentual de jovens (de 15 a 24 anos) que não estudam, não trabalham ou não estejam em treinamento.
8.7 Até 2025 erradicar o trabalho em condições análogas às de escravo, o tráfico de pessoas e o trabalho infantil, principalmente nas suas piores formas.	8.7.1 Percentual e número de crianças de 5 a 17 anos envolvidas em trabalho infantil, por sexo e idade.
8.8 Reduzir o grau de descumprimento da legislação trabalhista, no que diz respeito ao registro, às condições de trabalho, às normas de saúde e segurança no trabalho, com ênfase nos trabalhadores em situação de vulnerabilidade.	8.8.1 Taxas de frequência de acidentes de trabalho fatais e não fatais, por sexo e *status* Migratório. 8.8.2 Nível do cumprimento nacional dos direitos trabalhistas (liberdade de associação e negociação coletiva) com base nas fontes textuais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na legislação nacional, por sexo e *status* migratório.
8.9 Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável e responsável, acessível a todos, e que gere emprego e trabalho digno, melhore a distribuição de renda e promova a cultura e os produtos locais.	8.9.1 PIB direto do turismo como percentual do PIB total e na taxa de crescimento. 8.9.2 Percentual de postos de trabalho na indústria de turismo sustentável do total de postos de trabalho no setor de turismo.
8.10 Expandir de forma sustentável o acesso aos serviços bancários e financeiros para todos.	8.10.1 Número de agências bancárias comerciais e caixas eletrônicos por 100.000 adultos. 8.10.2 Percentual de adultos (15 anos ou mais) com conta bancária ou em outra instituição financeira, ou com prestador de serviço financeiro móvel.
8.a Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos.(**obs.**: **não aplicável no Brasil)**.	8.a.1 Compromissos e desembolsos no âmbito da Iniciativa de Ajuda ao Comércio.
8.b Até 2020, desenvolver e operacionalizar um plano nacional de promoção de trabalho digno para juventude, tendo como marcos referenciais: i) a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a juventude; ii) o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente; e iii) o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT).	8.b.1 Existência de uma estratégia nacional desenvolvida e operacionalizada para o emprego dos jovens, como estratégia distinta ou como parte de uma estratégia nacional para o emprego.

Fonte: Adaptado de Silva, 2018.

2.1.9 Indústria, Inovação e Infraestrutura

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável foca na promoção desenvolvimento da infraestrutura, industrialização e inovação, buscando o acesso à infraestrutura

sustentável e resiliente a preços acessíveis e igualitários para promoção da industrialização inclusiva e sustentável, que integre empresas de pequeno porte em cadeias de valor. (GRUPTA; VEGELIN, 2016; PNUD, 2015; ICSU; ISSC, 2015; UN, 2016).

A ODS 9 é de primordial importância para o fomento do desenvolvimento econômico de todas as nações do mundo, independentemente do grau de maturidade econômica, uma vez que aborda as três dimensões do desenvolvimento sustentável, assegurando que o sistema econômico seja sustentável em termos de utilização de recursos e impactos associados (sustentabilidade ambiental), que beneficie o maior número de pessoas na sociedade e apoie o bem-estar das mesmas (dimensão social) e seja acessível, fornecendo uma produção econômica que sirva às necessidades humanas (dimensão econômica) (GLOBAL TASKFORCE, 2014; ICSU; ISSC, 2015).1

Todos os países precisam fomentar a inovação e tornar suas indústrias e infraestrutura mais sustentáveis. Muitos Estados-membros veem este objetivo como um pré-requisito para o crescimento inclusivo, seguro, resiliente e sustentável das cidades, uma vez que, sendo centros de atividade econômica, precisam de infraestrutura adequada para desenvolver seu potencial econômico (PNUD, 2015; UCLG, 2016;).

Sob os preceitos da qualidade, inclusão e sustentabilidade, as metas do ODS 9 reforçam o comprometimento com o desenvolvimento da infraestrutura regional e transfronteiriça; a maior participação da indústria é no setor de emprego e no Produto Interno Bruto (PIB); o acesso de pequenas indústrias e outras empresas aos serviços financeiros; o fortalecimento da pesquisa científica e da capacidade tecnológica de setores industriais; e o emprego pleno e produtivo para todas as mulheres e homens (LIMA, 2016).

O ODS 9 consiste em garantir que todos os locais disponham das infraestruturas necessárias para conectar-se ao resto do mundo. Assim, são incluídos transportes, saneamento, energia, telefonia, sistemas de informações e comunicação, bem como indústrias. Essa questão tem conexão com dois tipos de aplicação: os governos de grandes centros urbanos (áreas metropolitanas) e municípios menores. Os grandes centros urbanos, juntamente com os governos estaduais e a União, são importantes para o desenvolvimento e manutenção das infraestruturas necessárias para acessar e abastecer as zonas urbanas e conectá-las com os demais territórios. Já os municípios menores integram-se às cadeias produtivas relacionadas as 37 diversas infraestruturas por meio do

fornecimento de serviços, mão de obra e produtos, o que pode ser realizado também micro e pequenas empresas (CNM, 2016).

O conjunto de indicadores relacionados ao ODS 9, que abrange os aspectos foco do estudo, está apresentado no Quadro 10.

Quadro 10 – Metas e indicadores da ODS 9

METAS	INDICADORES
9.1 Aprimorar o sistema viário do País, com foco em sustentabilidade e segurança no trânsito e transporte, equalizando as desigualdades regionais, promovendo a integração regional e transfronteiriça, na busca de menor custo, para o transporte de passageiros e de cargas, evitando perdas, com maior participação dos modos de alta capacidade como ferroviário, aquaviário e dutoviário, tornando-o acessível e proporcionando bem-estar a todos.	9.1.1 Percentual da população rural que vive até 2 km de uma estrada (Tier III). 9.1.2 Volume de passageiros e cargas, por modo de transporte (Tier I).
9.2 Até 2030, promover a atividade econômica inclusiva e sustentável e a atividade de alta complexidade tecnológica, com foco na elevação da produtividade, do emprego e do PIB, e com melhora nas condições de trabalho e na apropriação dos ganhos de produtividade advindos.	9.2.1 Valor adicionado da indústria como percentual do PIB e *per capita* (Tier I). 9.2.2 Emprego no setor de indústria como percentual do emprego total (Tier I).
9.3 Aumentar e desburocratizar o acesso das micro e pequenas empresas a todos os serviços financeiros, garantindo crédito em condições adequadas à realidade dessas empresas, inclusive por meio de soluções tecnológicas inovadoras, para propiciar sua integração em cadeias de valor e mercados.	9.3.1 Percentual de indústrias de pequena escala no valor adicionado total da indústria (Tier III). 9.3.2 Percentual de indústrias de pequena escala com um empréstimo ou linha de crédito (Tier III).
9.4 Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as atividades econômicas para torná-las sustentáveis, com foco no uso de recursos renováveis e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados.	9.4.1 Emissões de dióxido de carbono por unidade de valor adicionado da indústria (Tier I).
9.5 Fortalecer a pesquisa científica e melhorar as capacidades tecnológicas das empresas, incentivando, até 2030, a inovação, visando aumentar o emprego do conhecimento científico e tecnológico nos desafios socioeconômicos nacionais e nas tecnologias socio ambientalmente inclusivas; e aumentar a produtividade agregada da economia. a) Aumentar para 3.000 o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de habitantes; b) Aumentar para 120.000 o número de técnicos e pesquisadores ocupados em P&D nas empresas; e c) Aumentar para 2,00% os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento em relação ao PIB.	9.5.1 Percentual de despesas com pesquisa e desenvolvimento no total do PIB (Tier I). 9.5.2 Pesquisadores (trabalhando em tempo integral) por milhão de habitante (Tier I).
9.a Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países de menor desenvolvimento	9.a.1 Total do apoio internacional oficial (Assistência Oficial ao Desenvolvimento mais outros fluxos oficiais) à infraestrutura (Tier I).

relativo, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	
9.b Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais, por meio de políticas públicas que assegurem um ambiente institucional e normativo favorável para, entre outras coisas, promover a diversificação industrial e a agregação de valor às *commodities*.	9.b.1 Percentual do valor acrescentado da indústria de média e alta tecnologia no valor adicionado total (Tier II).
9.c Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e empenhar-se para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet, até 2020, buscando garantir a qualidade, a privacidade, a proteção de dados e a segurança cibernética.	9.c.1 Percentual da população coberta por rede móvel, por tecnologia (Tier I).

Fonte: Adaptado de IAEG-SDGs (2016).

2.1.10 Reduzir desigualdades

De acordo com a plataforma da agenda 2030, o mundo hoje é mais desigual do que em qualquer momento da história desde 1940. A desigualdade de renda e o aumento acentuado na distribuição da riqueza dentro do país minaram os esforços para alcançar resultados de desenvolvimento e expandir as oportunidades e habilidades das pessoas, especialmente aquelas dos grupos mais vulneráveis. A desigualdade é um problema global que requer soluções abrangentes. A visão estratégica deste objetivo está baseada nos objetivos de erradicar a pobreza em todos os níveis, reduzir a desigualdade socioeconômica e combater todos os tipos de discriminação. Seu alcance de influência depende de todos os setores que buscam oferecer oportunidades para os mais excluídos no caminho do desenvolvimento. Um foco importante do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10 é o desafio contemporâneo de migração e deslocamento entre países e regiões devido a conflitos, eventos climáticos extremos ou qualquer forma de perseguição.

Quadro 11 – Metas e indicadores da ODS 10.

METAS	INDICADORES
10.1 Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a renda média dos 10% mais ricos.	10.1.1 Taxa de crescimento do gasto doméstico ou da renda *per capita* entre os 40 por cento mais pobres da população e o total da população.
Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra.	10.2.1 Percentual de pessoas que vivem abaixo de 50 por cento da renda média, por idade, sexo e pessoas com deficiência.
10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e promover legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.	10.3.1 Percentual da população que declarou ter se sentido discriminada ou assediada nos últimos 12 meses, com base num motivo de discriminação proibido pelo direito internacional dos direitos humanos.
10.4 Reduzir desigualdades através da adoção de	10.4.1 Participação da renda do trabalho no PIB,

políticas fiscal, tributária, salarial e de proteção social.	incluindo salários e transferências de proteção social.
10.5 Melhorar a regulação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais, e fortalecer a implementação de tais regulações.	10.5.1 Indicadores de solidez financeira.
10.6 Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de garantir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas.	10.6.1 Percentual de membros e de direito a voto dos países em desenvolvimento em organizações internacionais.
10.7 Facilitar a migração e promover a integração de migrantes e refugiados à sociedade brasileira.	10.7.1 Custo de recrutamento suportado pelo empregado como percentual do rendimento anual obtido no país de destino. 10.7.2 Número de países que implementaram políticas de migração bem geridas.
10.a Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, em conformidade com os acordos da Organização Mundial do Comércio.	10.a.1 Percentual de linhas tarifárias aplicadas às importações originárias dos países de menor desenvolvimento relativo e dos países em desenvolvimento com tarifa zero.
10.b Incentivar cooperação internacional para o desenvolvimento, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais.	10.b.1 Fluxo total de recursos para o desenvolvimento, por país receptor ou doador e tipo de fluxo (ex.: assistência oficial ao desenvolvimento – AOD, investimento estrangeiro direto – FDI e outros fluxos).
10.c Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar "corredores de remessas" com custos superiores a 5%.	10.c.1 Custos das remessas como um percentual do montante remetido.

Fonte: Adaptado de Silva, 2018.

2.1.11 Cidades e Comunidades Sustentáveis

Em 2014, 54% da população mundial vivia em áreas urbanas, o que deve aumentar para 66% até 2050. Em 2030, estima-se que haverá 41 megacidades com uma população de mais de 10 milhões. Considerando que a extrema pobreza tende a se concentrar nesses espaços urbanos, a desigualdade social acabará por se tornar mais proeminente, e a violência passa a ser o resultado da não entrada plena na cidade. Mudanças significativas na construção e gestão dos espaços urbanos são essenciais para alcançar o desenvolvimento sustentável. Existem temas inerentemente relevantes com a urbanização, como mobilidade, gestão de resíduos sólidos e saneamento, incluídos no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 e o objetivo de planejar e melhorar a resiliência dos assentamentos humanos, levando em consideração as diferenças entre as necessidades rurais, suburbanas e urbanas. área urbana. Objetivo 11 está em linha com a nova agenda urbana acordada durante a terceira reunião das Nações Unidas em outubro de 2016. (Plataforma agenda 2030).

Para Da Costa (2021), ODS 11, visa tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Diretamente ligado a uma grande parcela dos ODS, ele relaciona, a partir de uma perspectiva integrada, o desenvolvimento urbano e a necessidade de urbanizar assentamentos precários e favelas, com o intuito de possibilitar melhores condições de vida para a população. As metas do ODS 11 tratam de aspectos relacionados a urbanização, como mobilidade, gestão de resíduos sólidos e saneamento, bem como planejamento e aumento de resiliência dos assentamentos humanos. Um grande desafio é estabelecer quem são os agentes promotores da transformação implícita no ODS 11. O fenômeno urbano apresenta natureza preponderantemente local. Um bom planejamento e a gestão urbana não podem prescindir de detalhado conhecimento da realidade local, inclusive no nível do bairro. Destaca-se em algumas metas e em alguns indicadores neste ODS, a participação social no planejamento urbano tem papel fundamental no desenvolvimento de cidades mais justas e inclusivas.

O Quadro 12 se refere às metas e indicadores da ODS 11.

Quadro 12 – Metas e indicadores da ODS 11.

METAS	INDICADORES
11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos a moradia digna, adequada e a preço acessível; aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários de acordo com as metas assumidas no Plano Nacional de Habitação, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade.	11.1.1 Percentual da população urbana morando em favelas, assentamentos informais ou habitações inadequadas.
11.2 Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida mulheres, crianças e pessoas idosas.	11.2.1 Percentual da população que tem acesso conveniente a transporte público, por sexo, idade e pessoas com deficiência.
11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, aprimorar as capacidades para o planejamento, para o controle social e para a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todas as unidades da federação.	11.3.1 Razão da taxa de consumo de terra com a taxa de crescimento populacional. 11.3.2 Percentual de cidades com uma estrutura de participação direta da sociedade civil no planejamento e gestão urbana que operam de forma regular e democrática.
11.4 Fortalecer as iniciativas para proteger e salvaguardar o patrimônio natural e cultural do Brasil, incluindo seu patrimônio material e imaterial.	11.4.1 Despesas totais (públicas e privadas) *per capita* gastas na preservação, proteção e conservação de todo o patrimônio cultural e natural, por tipo de patrimônio (cultural, natural, misto e de designação do Centro do Patrimônio Mundial), nível de governo (nacional, regional e local/municipal), tipo de despesa (despesas de manutenção/investimento) e tipo de financiamento privado (doações em espécie, setor privado sem fins

	lucrativos e patrocínio). 11.4.1a Despesas totais públicas *per capita* gastas na preservação, proteção e conservação de todo o patrimônio. 11.4.1b Despesas totais públicas *per capita* gastas na preservação, proteção e conservação de todo o patrimônio natural. 11.4.1c Despesas totais públicas *per capita* gastas na preservação, proteção e conservação de todo o patrimônio misto e de designação do Centro do Patrimônio Mundial.
11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por desastres naturais de origem hidro meteorológica e climatológica, bem como diminuir substancialmente o número de pessoas residentes em áreas de risco e as perdas econômicas diretas causadas por esses desastres em relação ao produto interno bruto, com especial atenção na proteção de pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade.	11.5.1 Número de mortes, pessoas desaparecidas e diretamente afetadas por desastres, por 100.000 pessoas. 11.5.2 Perda econômica direta em relação ao produto interno bruto global, danos à infraestrutura crítica e perturbação de serviços básicos atribuídos a desastres.
11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo *per capita* das cidades, melhorando os índices de qualidade do ar e a gestão de resíduos sólidos; e garantir que todas as cidades com acima de 500 mil habitantes tenham implementado sistemas de monitoramento de qualidade do ar e planos de gerenciamento de resíduos sólidos.	11.6.1 Percentual de resíduos sólidos urbanos regularmente coletados e com descarga final adequada sobre o total de resíduos sólidos urbanos gerados, por cidades. 11.6.2 Níveis médios anuais de material particulado (PM2.5 e PM 10) em cidades (população ponderada).
11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade.	11.7.1 Parcela média da área construída das cidades que é espaço aberto para uso público de todos, por sexo, idade e pessoas com deficiência. 11.7.2 Percentual de pessoas vítimas de assédio físico ou sexual, por sexo, idade, tipo de deficiência e local de ocorrência, nos últimos 12 meses.
11.a Apoiar a integração econômica, social e ambiental em áreas metropolitanas e entre áreas urbanas, periurbanas, rurais e cidades gêmeas, considerando territórios de povos e comunidades tradicionais, por meio da cooperação inter-federativa, reforçando o planejamento nacional, regional e local de desenvolvimento.	11.a.1 Percentual da população que vive em cidades que implementam planos de desenvolvimento urbano e regional que integram projeções populacionais e necessidades de recursos, por tamanho da cidade.
11.b Até 2030, aumentar significativamente o número de cidades que possuem políticas e planos desenvolvidos e implementados para mitigação, adaptação e resiliência a mudanças climáticas e gestão integrada de riscos de desastres de acordo com o Marco de SENDAI.	11.b.1 Número de países que adotam e implementam estratégias nacionais de redução de riscos de desastres alinhadas com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030. 11.b.2 Percentual de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de riscos de desastres alinhadas com estratégias nacionais de redução de riscos de desastres.
11.c Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e robustas, priorizando recursos locais.	11.c.1 Percentual de apoio financeiro aos países de menor desenvolvimento relativo que é atribuído à construção e modernização de edifícios sustentáveis, resilientes e eficientes em termos de recursos, utilizando materiais locais.

Fonte: Adaptado de Silva, 2018.

2.1.12 Consumo e Produção Responsáveis

Para **(**FREY, KLAUS et al. 2019), os padrões de produção e consumo insustentáveis têm por consequências o acelerado esgotamento dos recursos naturais e a geração excessiva dos resíduos sólidos urbanos em todo o planeta. se nesse aspecto a empresa desenvolve projetos de melhoria de produtos, em reutilização de recursos e Práticas de Governança e atitudes mais responsáveis. Dentre eles, pode-se mencionar: o crescimento da população em termos absolutos e sua tendência à concentração nas cidades; a elevação da renda familiar e do acesso ao crédito; a intensificação de práticas consumistas estimuladas pela publicidade e a obsolescência programada das mercadorias, que encurtam o ciclo de vida de produtos diversos, especialmente daqueles produzidos pelas indústrias de bens de consumo duráveis.

Na busca da sustentabilidade dos padrões de produção e consumo faz-se necessário viabilizar uma governança que efetive a participação de diversos fatores governamentais e não governamentais na implementação de formas de reutilização dos resíduos, portanto as indústrias devem encontrar formas de diminuir a produção desses resíduos e implementar uma economia circular que os reintegre em cadeias produtivas diversas na qualidade de matéria-prima, garantindo máximo aproveitamento e o mínimo descarte. (FREY, KLAUS et al. 2019).

Segundo a Plataforma da agenda 2030, para atingir esse objetivo de desenvolvimento sustentável, mudanças nos padrões de consumo e produção são medidas necessárias para reduzir a pegada ecológica do meio ambiente. Essas medidas são a base do desenvolvimento econômico e social sustentável. O objetivo do ODS 12 é promover o uso eficiente de energia e recursos naturais, infraestrutura sustentável e acesso a serviços básicos. Além disso, o objetivo faz da informação, gestão coordenada, transparência e prestação de contas dos participantes que consomem recursos naturais uma ferramenta fundamental para alcançar padrões de produção e consumo mais sustentáveis. O quadro abaixo traz as metas e os indicares dessa ODS.

Quadro 13 – Metas e indicadores da ODS 12.

METAS	INDICADORES
12.1 Implementar o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis, em articulação com entes federados.	12.1.1 Número de países com planos de ação nacionais de consumo e produção sustentáveis (SCP) ou SCP integrados como uma prioridade ou um objetivo nas políticas nacionais.
12.2 Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.	12.2.1 Pegada material, pegada material *per capita*, e pegada material por unidade do PIB. 12.2.2 Consumo doméstico material, consumo doméstico material *per capita* e consumo doméstico material por unidade do PIB.
12.3.1BRAté 2030, reduzir o desperdício de	12.3.1 Índice global de perda de alimentos.

alimentos *per capita* nacional, em nível de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita. 12.3.2BR Estabelecer marco regulatório para a redução do desperdício de alimentos no Brasil.	
12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionalmente acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.	12.4.1 Número de países signatários de acordos internacionais ambientais sobre resíduos perigosos e outras substâncias químicas que cumpram seus compromissos e transmitam informações conforme exigido por cada contrato relevante. 12.4.2 Resíduos perigosos gerados *per capita* e percentual de resíduos perigosos tratados, por tipo de tratamento.
12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da Economia Circular e suas ações de prevenção, redução, reciclagem e reutilização de resíduos.	12.5.1 Taxa de reciclagem nacional, toneladas de material reciclado.
12.6 Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar parâmetros e práticas de responsabilidade socioambiental e a integrar informações acerca dessas práticas em seus sistemas, bancos de dados e ciclo de relatórios.	12.6.1 Número de companhias que publicam relatórios de sustentabilidade.
12.7 Promover práticas de contratações e gestão públicas com base em critérios de sustentabilidade, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.	12.7.1 Número de países que implementam políticas e planos de ação de compras governamentais sustentáveis.
12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza, em consonância com o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA).	12.8.1 Medida em que: i) a educação para a cidadania global e ii) a educação para o desenvolvimento sustentável (incluindo a educação sobre mudança do clima). São integradas em: i) políticas nacionais de educação; ii) currículos; iii) educação de professores; e iv) avaliação dos alunos.
12.a Apoiar países em desenvolvimento para que fortaleçam suas capacidades científicas e tecnológicas em rumo a padrões mais sustentáveis de produção e consumo.	12.a.1 Montante do apoio aos países em desenvolvimento na área de pesquisa e desenvolvimento para o consumo e a produção sustentáveis e tecnologias ambientalmente seguras.
12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo, acessível a todos, que gera emprego e trabalho digno, melhora a distribuição de renda e promove a cultura e os produtos locais.	12.b.1 Número de estratégias ou políticas de turismo sustentável e planos de ação implementados com instrumentos de monitoramento e avaliação acordados.
12.c Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de maneira que proteja os pobres e as comunidades afetadas.	12.c.1 Montante dos subsídios aos combustíveis fósseis por unidade de PIB (produção e consumo) e como percentual da despesa nacional total em combustíveis fósseis.

Fonte: Adaptado de Silva, 2018.

2.1.13 Ação Contra a Mudança Global de Clima

A mudança climática é um evento transnacional e seu impacto está perturbando a economia nacional e afetando pessoas em todo o mundo, especialmente as pessoas mais vulneráveis nos países em desenvolvimento. Se nenhuma ação imediata for tomada sobre a mudança climática, a temperatura da Terra deverá subir mais de 3 ° C até o final do século 21. Uma das metas dessa ODS é arrecadar US $ 100 milhões por ano até 2020 para ajudar os países em desenvolvimento a formular planos para mitigar desastres relacionados ao clima. O desenvolvimento do ODS 13 apenas para abordar as questões climáticas é visto como uma estratégia para mobilizar atores que possam promover as mudanças necessárias para evitar que essas previsões se tornem realidade (PLATAFORMA AGENDA 2030).

De acordo com (FREY, KLAUS et al. 2019), o regime da política do clima, hoje primordialmente dominado pela atuação dos Estados nacionais, tem se mostrado "irremediavelmente inefetivo em enfrentar a grave crise ambiental" e incapaz de chegar a acordos à altura da gravidade do desafio que o aquecimento global representa no atual contexto, apesar de inegáveis avanços do acordo de Paris de 2015. Perante tais limitações, coloca-se a questão fundamental sobre em que medida as cidades, sobretudo as cidades globais como a de São Paulo, e sua expansão denominada macro metrópole Paulista, possam dar uma contribuição significativa às políticas de clima. Em primeiro lugar, temos o desafio da adoção de políticas próprias de redução de emissões de gases de efeito estufa, uma vez que é nas cidades onde aproximadamente 80% do PIB global, mas também dos gases de efeito estufa estão sendo gerados. A segunda frente se refere à atuação das cidades, das cidades regiões e das redes de cidades no próprio regime internacional do clima.

Embora este processo de crescente reconhecimento das cidades e das redes de cidades como agentes da governança global se dê de forma ainda lenta, encontrando muitas resistências por parte dos Estados nacionais, observam-se tendências, particularmente no regime do clima, de que os governos locais junto com as organizações não governamentais e o setor produtivo, vêm formando paulatinamente um sistema de governança de crescente complexidade, envolvendo múltiplos atores e instituições, múltiplas escalas e estruturas de caráter policêntrico. Diante da necessidade de "pousar na terra", as cidades têm que forçosamente desempenhar um papel substancial de mediação e de protagonismo na governança global, não apenas no processo Page 1 de implementação de concepções globais, mas também, por meio, de contribuições para as

estratégias globais, por meio de uma governança global na escala global, se tornando uma força autônoma e agente de transformação econômica, política e ambiental. (FREY, KLAUS et al. 2019).

Nesse contexto o Quadro 14 representa as metas e indicadores que serão utilizados para o alcance da ODS 13

Quadro 14 – Metas e indicadores da ODS 13.

METAS	INDICADORES
13.1 Ampliar a resiliência e a capacidade adaptativa a riscos e impactos resultantes da mudança do clima e a desastres naturais.	13.1.1 Número de mortes, pessoas desaparecidas e diretamente afetadas por desastres, por 100.000 pessoas. 13.1.2 Número de países que adotam e implementam estratégias nacionais de redução de riscos de desastres alinhadas com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030. 13.1.3 Percentual de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de riscos de desastres alinhadas com estratégias nacionais de redução de riscos de desastres.
13.2 Integrar a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) às políticas, estratégias e planejamentos nacionais.	13.2.1 Número de países que comunicaram o estabelecimento ou a operacionalização de uma política/estratégia/plano integrado que aumenta a sua capacidade de adaptação aos impactos adversos da mudança do clima e promove o desenvolvimento da resiliência climática e a baixa emissão de gases de efeito estufa de forma a não ameaçar a produção de alimentos (incluindo um plano nacional de adaptação, uma contribuição nacionalmente determinada, comunicação nacional, relatório de atualização bienal ou outro).
13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mudança do clima, seus riscos, mitigação, adaptação, impactos, e alerta precoce.	13.3.1 Número de países que integraram mitigação, adaptação, redução de impactos e alerta precoce nos currículos de ensino primário, secundário e terciário. 13.3.2 Número de países que comunicaram o fortalecimento de capacitação institucional, sistêmica e individual para implementar ações de adaptação, mitigação, transferência de tecnologia e de desenvolvimento.
13.a Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima para a meta de mobilizar conjuntamente US$ 100 bilhões por ano até 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto de ações significativas de mitigação e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima, por meio de sua capitalização, o mais cedo possível. **(obs.: não se aplica no Brasil)**.	13.a.1 Montante mobilizado de dólares dos Estados Unidos (USD) por ano, a partir de 2020, responsável pelo compromisso de USD 100 bilhões.
13.b Estimular a ampliação da cooperação internacional em suas dimensões tecnológica e educacional objetivando fortalecer capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos,	13.b.1 Número de países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento que recebem apoio especializado, e montante do apoio, incluindo finanças, tecnologia e desenvolvimento de capacidades, para mecanismos para aumentar as capacidades para o planejamento e a gestão eficazes da mudança do clima, com foco em mulheres, jovens e comunidades locais e marginalizadas.

inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.	

Fonte: Adaptado de Silva, 2018.

2.1.14 Vida na Água

De acordo com a Plataforma agenda 2030, o oceano torna a vida humana possível ao fornecer segurança alimentar, transporte, fornecimento de energia, turismo, etc. Além disso, ao regular a temperatura, a química, as correntes oceânicas e as formas de vida, o oceano regula muitos dos serviços ecossistêmicos mais importantes do planeta, como os ciclos do carbono e do nitrogênio, a regulação do clima e a produção de oxigênio. Além disso, o oceano é responsável por aproximadamente US $ 3 trilhões na economia global a cada ano e 5% do PIB global. 40% do oceano está sendo profundamente e diretamente afetado por atividades humanas, como poluição e pesca predatória, que levam principalmente à perda de habitat, introdução e acidificação de espécies invasoras. Nosso lixo também contribui para a degradação do oceano - são 13.000 pedaços de lixo plástico por quilômetro quadrado. Em resposta a esses desafios, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável especificam os objetivos de gestão e proteção da vida na água.

Segundo (FREY e KLAUS et al. 2019), as zonas costeiras e marinhas são importantes fontes de recursos e serviços ecossistêmicos, no entanto, foram longamente negligenciados em agendas internacionais e nacionais. Foi na Conferência da Rio+20, em 2012, que o tema ganhou notoriedade internacional, fortalecido pela adoção da carta “O futuro que queremos” e da Agenda 2030. Ambas reconhecem que o oceano, mares e áreas costeiras formam um sistema integrado e são essenciais para o planeta e para a sobrevivência humana. Adicionalmente, a qualidade do oceano impacta os demais ODS de forma que a interdependência oceano-sociedade deve ser divulgada e materializada na integração das ações da Agenda 2030.

O Quadro 15 demonstra os indicadores e metas da ODS 14.

Quadro 15 – Metas e indicadores da ODS

METAS	INDICADORES
14.1 Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.	14.1.1 Índice de eutrofização costeira e densidade de detritos plásticos flutuantes.
14.2 Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e	14.2.1 Percentual de zonas econômicas exclusivas nacionais geridas por meio de abordagens baseadas em ecossistemas.

tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos.	
14.3 Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis.	14.3.1 Acidez marinha média (pH) medida no conjunto de estações representativas da amostragem.
14.4 Até 2020, efetivamente regular a pesca, acabar com a sobrepesca, com a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada (INN) e com as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, de forma a recuperar os estoques pesqueiros no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas	14.4.1 Percentual de estoques pesqueiros dentro dos níveis biologicamente sustentáveis (o país parou de produzir estatísticas nacionais em 2011).
14.5 Até 2020, conservar pelo menos 25% das zonas costeiras e marinhas, principalmente áreas de especial importância para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos, assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa, visando garantir a interligação, integração e representação ecológica em paisagens marinhas mais amplas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível.	14.5.1 Cobertura de áreas protegidas em relação à área marinha.
14.6 Até 2020, avaliar certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobre capacidade e a sobrepesca, considerando a eliminação dos subsídios que contribuam para a pesca INN, e abstendo-se de introduzir novos subsídios com estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da OMC.	14.6.1 Progressos realizados pelos países no grau de implementação dos instrumentos internacionais destinados a combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada.
14.7 Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para todos os países, em especial os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir da gestão sustentável dos recursos marinhos, inclusive a pesca, aquicultura e turismo.	14.7.1 Pesca sustentável como percentual do PIB nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, nos países menos desenvolvidos e em todos os países.
14.a Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos e SIDS.	14.a.1 Percentual do total do orçamento alocado para pesquisa na área de tecnologia marinha.
14.b Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados.	14.b.1 Progresso por parte dos países no grau de aplicação de um quadro legal/regulador/de política/institucional que reconheça e proteja os direitos de acesso à pesca artesanal.
14.c Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS,* que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do	14.c.1 Número de países que estão avançando na ratificação, aceitação e implementação, por meio de quadros jurídicos, de políticas e institucionais, de instrumentos relacionados com os oceanos que implementam o direito internacional, tal como refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o

“Futuro que queremos”. *Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.	Direito do Mar, para a conservação e uso sustentável dos oceanos e seus recursos.

Fonte: Adaptado de Silva, 2018.

2.1.15 Vida Terrestre

No início da civilização, para que houvesse a sobrevivência dos povos se estabeleceram pelo uso das riquezas minerais e da biodiversidade, perpetuando-se até hoje como a base da existência humana sobre a Terra. Por muito tempo, as reservas naturais foram consideradas ilimitadas, independentemente da forma e quantidade de uso. Com o tempo, com o crescimento da população humana e o desenvolvimento das diferentes ciências, cada vez mais evidências mostram que esses recursos são limitados. O Brasil é um país com alta diversidade ambiental. Isso significa que é detentor de uma diversidade muito acima da média dos demais países. Embora haja problemas que ainda devem ser mais bem equalizados, o País vem implementando ações em relação à preservação, conservação ambiental e à redução do impacto das atividades humanas no meio ambiente. (COMUM, BRUNDTLAND, 2018).

Segundo a Plataforma agenda 2030, os humanos e outros animais dependem da natureza para obter alimentos, ar puro e água limpa, que também é um meio de lidar com as mudanças climáticas. As florestas cobrem 30% da superfície da Terra e ajudam a manter o ar e a água limpos e o equilíbrio climático da Terra - sem mencionar os lares de milhões de espécies. Promover o manejo florestal sustentável, combater a desertificação, prevenir e reverter a degradação do solo e interromper o processo de perda da biodiversidade são alguns dos objetivos promovidos pelo ODS 15. O uso sustentável dos recursos naturais em cadeias produtivas e atividades de subsistência das comunidades e sua incorporação às políticas públicas são as tarefas centrais para atingir esses objetivos e promover todos os outros objetivos de desenvolvimento sustentável.

O Quadro 16 traz os indicadores e metas da ODS 15

Quadro 16 – Metas e indicadores da ODS 15.

METAS	INDICADORES
15.1.1BR Até 2020, serão conservadas, por meio de sistemas de unidades de conservação previstas na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e outras categorias de áreas oficialmente protegidas como Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reservas Legais (RLs) e terras indígenas com vegetação	15.1.1 Percentual de áreas de floresta do total de área da terra. 15.1.2 Percentual de locais importantes para a biodiversidade de água doce e terrestre que estão cobertos por áreas protegidas, por tipo de ecossistema. (Obs.: no Brasil, por tipo de

nativa, pelo menos 30% da Amazônia, 17% de cada um dos demais biomas terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras, principalmente áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa, visando garantir a interligação, integração e representação ecológica em paisagens terrestres e marinhas mais amplas. 15.1.2BR Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas aquáticos continentais e de sua biodiversidade, e fortalecer a pesca sustentável nestes ambientes, eliminando a sobrepesca e a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada (INN) e eliminando subsídios que contribuem para a pesca INN.	bioma).
15.2 Até 2030, zerar o desmatamento ilegal em todos os biomas brasileiros, ampliar a área de florestas sob manejo ambiental sustentável e recuperar 12 milhões de hectares de florestas e demais formas de vegetação nativa degradadas, em todos os biomas e preferencialmente em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs) e, em áreas de uso alternativo do solo, ampliar em 1,4 milhão de hectares a área de florestas plantadas.	15.2.1 Progresso em relação à gestão florestal sustentável.
15.3 Até 2030, combater a desertificação, e restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo.	15.3.1 Percentual da terra que é degradada sobre o total da área da terra.
15.4 Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios, que são essenciais para o desenvolvimento sustentável.	15.4.1 Cobertura de áreas protegidas dos locais importantes para a biodiversidade das montanhas. 15.4.2 Índice de cobertura verde de montanhas.
15.5.1BR Até 2020, a taxa de perda de habitats naturais será reduzida em 50% (em relação às taxas de 2009) e a degradação e fragmentação em todos os biomas será reduzida significativamente. 15.5.2BR Até 2020, o risco de extinção de espécies ameaçadas será reduzido significativamente, tendendo a zero, e sua situação de conservação, em especial daquelas sofrendo maior declínio, terá sido melhorada. 15.5.3BRAté 2020, a diversidade genética de microrganismos, de plantas cultivadas, de animais criados e domesticados e de variedades silvestres, inclusive de espécies de valor socioeconômico e/ou cultural, terá sido mantida e estratégias terão sido elaboradas e implementadas para minimizar a perda de variabilidade genética.	15.5.1 Índice de espécies ameaçadas de extinção.
15.6 15.6.1BRGarantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, e promover o acesso adequado aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados.	15.6.1 Número de países que adotaram marcos legislativos, administrativos e de políticas para garantir uma distribuição justa e equitativa dos benefícios.

15.6.2BR Até 2030, os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais relevantes à conservação e uso sustentável da biodiversidade, e a utilização consuetudinária de recursos biológicos terão sido respeitados, de acordo com seus usos, costumes e tradições, a legislação nacional e os compromissos internacionais relevantes, e plenamente integrados e refletidos na implementação da CDB com a participação plena e efetiva de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais em todos os níveis relevantes.	
15.7 Tomar medidas urgentes para acabar com a caça e pesca ilegais e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas, incluindo recursos pesqueiros de águas continentais e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida silvestre.	15.7.1 Percentual de animais selvagens comercializados que foram caçados ou traficados ilicitamente.
15.8 Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias.	15.8.1 Percentual de países que adotam legislação nacional relevante e recursos adequados para a prevenção ou controle de espécies exóticas invasoras.
15.9 Até 2020, os valores da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade serão integrados em estratégias nacionais e locais de desenvolvimento e erradicação da pobreza e redução da desigualdade, sendo incorporado em contas nacionais, conforme o caso, e em procedimentos de planejamento e sistemas de relatoria.	15.9.1 Progresso em relação a metas nacionais estabelecidas de acordo com a Meta de Aichi 2 do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020.
15.a Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas, para viabilizar a implementação dos compromissos nacionais e internacionais relacionados com a biodiversidade.	15.a.1 Assistência oficial para o desenvolvimento e despesas públicas em conservação e uso sustentável da biodiversidade e ecossistemas.
15.b Mobilizar significativamente os recursos de todas as fontes e em todos os níveis, para financiar e proporcionar incentivos adequados ao manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento.	15.b.1 Assistência oficial para o desenvolvimento e despesas públicas em conservação e uso sustentável da biodiversidade e ecossistemas.
15.c Reforçar o apoio global e a cooperação federativa no combate à caça e pesca ilegais e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável, e proporcionar o acesso de pescadores artesanais de pequena escala aos recursos naturais.	15.c.1 Percentual de animais selvagens comercializados que foram caçados ou traficados ilicitamente.

Fonte: Adaptado de Silva, 2018.

2.1.16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Segundo (FREY e KLAUS et al. 2019), O ODS 16 propõe promover uma sociedade pacífica e inclusiva a fim de promover o desenvolvimento sustentável, fornecer acesso à justiça para todos e estabelecer instituições eficazes, responsáveis e inclusivas para todos. O abrangente relatório contém doze temas, incluindo redução de homicídios, proteção de crianças contra a violência, combate à corrupção e aumento da transparência.

A introdução do ODS 16 encontrou resistência de alguns países durante a fase preparatória da Assembleia Geral da ONU. O tema dessa meta não foi aceito pelos países em desenvolvimento e potências emergentes como Rússia e China. Os países desenvolvidos, com o apoio de alguns países em desenvolvimento, e com o apoio e defesa de organizações da sociedade civil e coalizões dedicadas à paz e aos direitos, são os primeiros a incorporar esse objetivo. Um dos argumentos que convenceu as autoridades políticas e diplomáticas foi o econômico: o custo da violência que atrapalha o desenvolvimento sustentável é alto.

De acordo com Boufleur (2020), para a implantação da ODS16 é necessário enfrentar quatro desafios principais. O primeiro é a violência, com a participação de três entidades a Federação e as três grandes potências. O segundo é melhorar as chances de obtenção da cidadania, que tem algumas leis e instituições ativas que dependem de liderança e participação a promessa de agentes políticos. O terceiro é fortalecer o Estado brasileiro no combate à corrupção e à sonegação fiscal, e o principal desafio é torná-lo mais eficaz sem enfrentar os direitos básicos dos cidadãos, que são realizados por meio de várias instituições. O quarto é a Agenda 2030 que é, na verdade, uma prioridade para os governos federal, estadual e municipal e seus respectivos órgãos, bem como para o Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública.

Promover instituições fortes, inclusivas e transparentes baseadas no Estado de Direito, manter a paz e respeitar os direitos humanos são a base do desenvolvimento humano sustentável. Esses são alguns dos princípios que sustentam os objetivos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16, que também inclui questões delicadas como o combate à exploração sexual, tráfico de pessoas e tortura. Outros temas incluídos no objetivo do ODS 16 são o combate à corrupção, terrorismo e atos criminosos, especialmente aqueles que violam os direitos humanos (PLATAFORMA AGENDA 2030).

Quadro 17 – Metas e indicadores da ODS 16

METAS	INDICADORES
16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas, em todos os lugares, inclusive com a redução de 1/3 das taxas de feminicídio e de homicídios de crianças, adolescentes, jovens, negros, indígenas, mulheres e LGBT.	16.1.1 Número de vítimas de homicídio doloso por 100.000 habitantes, por sexo e idade. 16.1.2 Mortes relacionadas com conflitos por 100.000 habitantes, por sexo, idade e causa. 16.1.3 Percentual da população submetida a violência física, psicológica ou sexual nos últimos 12 meses. 16.1.4 Percentual de população que se sente segura andando sozinha ao redor da área em que vive.
16.2 Proteger todas as crianças e adolescentes do	16.2.1 Proporção de crianças de 1-17 anos que

abuso, exploração, tráfico, tortura e todas as outras formas de violência.	experimentaram qualquer agressão física e / ou agressão psicológica dos cuidadores no mês anterior. 16.2.2 Número de vítimas de tráfico humano por 100.000 habitantes, por sexo, idade e forma de exploração. 16.2.3 Proporção de mulheres e homens jovens com idades entre 18 a 29 anos que sofreram violência sexual até os 18 anos de idade.
16.3 Fortalecer o Estado de Direito e garantir acesso à justiça a todos, especialmente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade.	16.3.1 Proporção de vítimas de violência nos últimos 12 meses que relataram sua vitimização às autoridades competentes ou a outros mecanismos de resolução de conflitos oficialmente reconhecidos. 16.3.2 Proporção de presos sem sentença em relação ao total da população prisional.
16.4 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados, e combater todas as formas de crime organizado.	16.4.1 Valor total dos fluxos financeiros internos e externos ilícitos (em dólares dos Estados Unidos correntes). 16.4.2 Percentual de armas apreendidas, encontradas ou entregues cuja origem ou contexto ilícito foi rastreado ou estabelecido por uma autoridade competente, de acordo com instrumentos internacionais.
16.5 Reduzir substancialmente a sonegação fiscal, a corrupção e o suborno em todas as suas formas.	16.5.1 Proporção de pessoas que tiveram pelo menos um contato com um funcionário público e que o subornaram, ou foram demandadas a pagar suborno para esse funcionário durante os 12 meses anteriores. 16.5.2 Proporção de empresas que tiveram pelo menos um contato com um funcionário público e pagaram suborno ao oficial, ou foram demandadas a pagar suborno nos 12 meses anteriores (Tier II).
16.6 Ampliar a transparência, a *accountability* e a efetividade das instituições, em todos os níveis	16.6.1 Despesas primárias do governo como proporção do orçamento original aprovado, por setor (ou por códigos de orçamento ou similares). 16.6.2 Proporção de pessoas satisfeitas com sua última experiência com serviços públicos (Tier III).
16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.	16.7.1 Proporção de cargos (por sexo, idade, pessoas com deficiência e grupos populacionais) em instituições públicas (órgãos legislativos nacionais e locais, serviço público e judiciário) comparados às distribuições nacionais. 16.7.2 Proporção da população que acredita que a tomada de decisão é inclusiva e responsiva, por sexo, idade, deficiência e grupo populacional.
16.8 Ampliar e fortalecer a participação brasileira nas instituições de governança global.	16.8.1 Percentual de membros e de direito a voto dos países em desenvolvimento em organizações internacionais.
16.9 2030, fornecer identidade civil para todos, incluindo o registro de nascimento, em especial para os povos ciganos, as comunidades quilombolas, os povos indígenas, os povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiros, as populações ribeirinhas e extrativistas, além de grupos populacionais como mulheres trabalhadoras rurais, a população em situação de rua, a população em situação de privação de liberdade e a população LGBT.	16.9.1 Proporção de crianças menores de 5 anos que tiveram seus nascimentos registrados com uma autoridade civil, por idade.
16.10 Assegurar o acesso público à informação e	16.10.1 Número de casos verificados de

proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.	assassinatos, sequestros, desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias e tortura de jornalistas, pessoal de mídia associado, sindicalistas e defensores dos direitos humanos nos últimos 12 meses. 16.10.2 Número de países que adotam e implementam garantias constitucionais, legais e / ou de políticas para acesso público à informação.
16.a Fortalecer as instituições relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência, do crime e da violação dos direitos humanos.	16.a.1 Existência de instituições nacionais de Direitos Humanos independentes em conformidade com os Princípios de Paris.
16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias e afirmativas.	16.b.1 Proporção da população que declarou ter se sentido discriminada ou assediada nos últimos 12 meses, com base num motivo de discriminação proibido pelo direito internacional dos direitos humanos.

Fonte: Adaptado de Silva, 2018.

2.1.17 Parcerias e Meios de Implementação

Para Sayeg (2017), a premissa do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 é um compromisso de todos os países trabalharem juntos para adotar o capitalismo humanitário, em países em que não houve esse engajamento por meio dos ODSs pode haver prejuízo tanto para o País, quanto para seus habitantes. Portanto, esse esforço conjunto requer o estabelecimento de uma parceria global em torno do capitalismo humanitário, como governantes econômicos dos seres humanos que vivem em nosso planeta, sua pátria comum. Por isso, as Nações Unidas selecionaram os cinco objetivos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17. Uma perspectiva de ação, a saber: finanças, tecnologia, treinamento, comércio e questões sistêmicas. Parceria multissetorial. Vale ressaltar que, de acordo com o conteúdo da Agenda 2030, no que diz respeito ao ODS 17, como os outros 16 ODS, não se trata propriamente de metas específicas, mas do curso real de ação.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável só podem ser alcançados, por meio de um compromisso renovado com a cooperação entre a comunidade internacional e uma ampla parceria global, incluindo todos os setores interessados e pessoas afetadas pelo processo de desenvolvimento. Os meios e parcerias para o desenvolvimento sustentável são essenciais para o crescimento sustentado e o desenvolvimento sustentável do país. O ODS 17 propõe um caminho para que os países realizem efetivamente a Agenda 2030. Para tanto, a coordenação de esforços no cenário internacional é essencial. Cooperação

Sul-Sul e triangular, transferência de tecnologia, intercâmbio de dados e capital humano e assistência oficial ao desenvolvimento são alguns dos principais meios para atingir as metas de desenvolvimento sustentável (PLATAFORMA AGENDA 2030).

Quadro 18 – Metas e indicadores da ODS 17

METAS	INDICADORES
17.1 Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas.	17.1.1 Receita total do governo como percentual do PIB, por fonte. 17.1.2 Percentual do orçamento nacional financiado por impostos internos.
17.2 Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento (AOD), inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta (RNB) em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos.	17.2.1 Assistência oficial ao desenvolvimento líquida, total e para os países menos desenvolvidos, como percentual das contas nacionais brutas dos doadores do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).
17.3 Mobilizar recursos adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes.	17.3.1 Investimentos estrangeiros diretos, assistência oficial ao desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul como percentual do total do orçamento interno. 17.3.2 Volume de remessas (em dólares dos Estados Unidos) como percentual do PIB total.
17.4 Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento.	17.4.1 Percentual do serviço da dívida em relação à exportação de bens e serviços.
17.5 Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países de menor desenvolvimento relativo.	17.5.1 Número de países que adotam e implementam regimes de promoção de investimentos para países de menor desenvolvimento relativo.
17.6 Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global.	17.6.1 Número de acordos e programas de cooperação de ciência e/ou tecnologia entre países, por tipo de cooperação. 17.6.2 Assinaturas de internet fixa de banda larga por 100 habitantes, por velocidade.
17.7 Até 2030, promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado.	17.7.1 Montante total de financiamento aprovado para países em desenvolvimento para promover o desenvolvimento, transferência, disseminação e difusão de tecnologias ambientalmente seguras.
17.8 Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de	17.8.1 Percentual de indivíduos usuários de Internet.

tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação.	
17.9 Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular	17.9.1 Valor em dólares de assistência técnica e financeira desembolsado (incluindo por meio de cooperação Norte-Sul, Sul-Sul ou triangular) para países em desenvolvimento.
17.10 Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha	17.10.1 Média tarifária ponderada mundial.
17.11 Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países de menor desenvolvimento relativo nas exportações globais até 2020.	17.11.1 Participação dos países em desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos nas exportações mundiais.
17.12 Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países de menor desenvolvimento relativo, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países de menor desenvolvimento relativo sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado.	17.12.1 Tarifas médias pagas pelos países em desenvolvimento, países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.
17.13 Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas.	17.13.1 Painel de Controle Macroeconômico.
17.14 Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável.	17.14.1 Número de países com mecanismos em vigor para reforçar a coerência política do desenvolvimento sustentável.
17.15 Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável.	17.15.1 Medida de utilização de quadros de resultados e dos instrumentos de planejamento próprios dos países por parte dos fornecedores de cooperação para o desenvolvimento.
17.16 Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.	17.16.1 Número de países que relatam progresso nos quadros de monitoramento da eficácia do desenvolvimento multissetorial que apoiam o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
17.17 Incentivar e promover parcerias eficazes nos âmbitos públicos, público-privados, privados e da sociedade civil, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.	17.17.1 Montante de dólares dos Estados Unidos destinados a parcerias público-privadas e com a sociedade civil.
17.18 Reforçar o apoio à desagregação de dados, à integração, disponibilização e compartilhamento de registros administrativos e de bases de dados estatísticos e geocientíficos relevantes ao cumprimento das metas e mensuração dos indicadores do desenvolvimento sustentável, respeitando a legislação quanto à segurança da	17.18.1 Percentual de indicadores de desenvolvimento sustentável produzidos no nível nacional com desagregação completa relevante para a meta, de acordo com os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais. 17.18.2 Número de países que possuem legislação estatística oficial de acordo com os Princípios

informação.	Fundamentais das Estatísticas Oficiais. 17.18.3 Número de países com um plano de estatística nacional totalmente financiado e em implementação, por fonte de financiamento (Tier I).
17.19 Até 2030, valer-se de iniciativas existentes, para desenvolver métricas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto e apoiar o desenvolvimento de capacidades em estatística nos países em desenvolvimento.	17.19.1 Valor em dólares de todos os recursos disponibilizados para fortalecer a capacidade estatística em países em desenvolvimento. 17.19.2 Percentual de países que (a) realizaram pelo menos um censo populacional e habitacional nos últimos 10 anos; e (b) alcançaram 100% de registros de nascimentos e 80% de registros de óbito.

Fonte: Adaptado de Silva, 2018.

2.2 ORGANIZAÇÕES SUSTENTÁVEIS E PACTO GLOBAL

De acordo com Barbieri e Cajazeira (2009), uma organização sustentável é uma empresa que busca incluir os conceitos e metas de desenvolvimento sustentável em suas políticas e práticas de forma consistente. O objetivo de uma empresa socialmente responsável é desenvolvimento sustentável. Para as organizações incorporarem essas metas, significa serem obtidas estratégias de negócios e atividades que podem ser cumpridas atendendo às necessidades dos negócios de hoje, mantendo e aumentando o capital humano bem como os recursos naturais que serão necessários no futuro.

No que diz respeito às iniciativas do setor privado, vale destacar que, embora ocorram em situações de emergência e cercadas de situações atípicas, sentir seu impacto em cenário de longo prazo representa uma oportunidade de estender seu alcance até o momento atual, quando se supõe que as consequências da pandemia persistirão por longo período de tempo, podendo impactar negativamente o alcance de metas e objetivos globais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (GALELI, 2020).

Portanto, cada vez mais conceitos de desenvolvimento e inovação sustentáveis são aplicados aos elementos que criam valor para a empresa. Novos tipos de organizações que contribuem para o desenvolvimento de novos produtos, novos processos e novas tecnologias não são apenas a produção, que coloca a economia em primeiro lugar, o que não é bom para o meio ambiente e a sociedade, porém estabelece uma boa relação entre eles (BENGTSSON, ÅGERFALK, 2011; GAZIULUSOY ET AL., 2013).

Uma organização sustentável é uma empresa que busca incluir os conceitos e metas de desenvolvimento sustentável em suas políticas e práticas de forma consistente. O objetivo de uma empresa socialmente responsável é desenvolvimento sustentável. Para a empresa, incorporar essas metas significa obter estratégias de negócios e atividades que podem ser cumpridas de modo que atenda às necessidades dos negócios de hoje,

mantendo e aumentando os recursos humanos e naturais que serão necessários no futuro (BARBIERI E CAJAZEIRA, 2009).

As empresas podem engajar-se de forma proveitosa com os ODSs, não apenas para cumprir requisitos governamentais ou atender as expectativas da sociedade, mas para ampliar sua contribuição com a sustentabilidade do negócio. Os ODSs oferecem uma abordagem integrada para a sustentabilidade, mas para viabilizá-la é necessário, antes de mais nada, investir tempo e esforço para um conhecimento interno da organização. Nesse caso, é importante conhecer os valores que sustentam as decisões, como essas decisões afetam a cultura, as normas ou a própria identidade da firma, quais são as restrições e barreiras impostas ao setor de atuação, para finalmente direcionar os esforços no alcance dos ODSs (SCHIO, SILVA et al. 2019).

As empresas têm reorientado as suas ações, visando contribuir para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), pois percebem que o atendimento aos ODSs aumenta a reputação e ajuda a construir confiança com as diversas partes interessadas. Consequentemente, a confiança das pessoas na empresa gera atitudes e comportamentos favoráveis com a sustentabilidade (SCHIO, SILVA et al. 2019).

Por outro lado, , a investigação sobre o que motiva as organizações a participarem de questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável tem sido amplamente desenvolvida. A teoria institucional acredita que as organizações agem para formular determinadas ações, sendo o objetivo conseguir legitimidade e uma boa imagem perante o *stakeholders*, para que possamos compreender o movimento organizacional para DS, que é uma resposta à pressão institucional de natureza obrigatória, normativa ou imitativa (GALELI, 2020).

Em janeiro de 1999, no Fórum Econômico Mundial, o então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, fez um discurso convocando os líderes do mercado mundial a participarem de uma nova iniciativa destinada a promover e disseminar os interesses do desenvolvimento. O mundo econômico adota políticas e ações corporativas voluntárias. A iniciativa chama a atenção para a adoção de nove valores e princípios nas áreas de direitos humanos, direitos do trabalho e práticas ambientais. Acredita-se que valores compartilhados proporcionam um ambiente estável para o mercado global, sem esses valores claros, as empresas podem ser afetadas pelo protecionismo, populismo, intolerância e terrorismo. Devido à falta de pilares socioambientais, o mercado global vem apresentando grande instabilidade e buscando um equilíbrio entre os dois, por isso,

torna-se necessário incorporar esses valores à prática empresarial, sendo eles: desenvolvimento econômico e sustentabilidade global (FERREIRA, 2008).

Costa (2016), afirma que foi realizado um fórum aberto para a participação de empresas e outros organizações e partes interessadas cumprem voluntariamente seus compromissos para ajustar seus dez princípios de estratégia e operação preconizados pelo Pacto Global, que são derivados de Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional dos Direitos Humanos Trabalho sobre princípios e direitos básicos no trabalho, a partir da Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Tais princípios são mostrados no Quadro a seguir.

QUADRO 19 – Princípios do Pacto Global

ÁREA	PRINCÍPIO
Direitos Humanos	1 - Respeitar e proteger os direitos humanos; 2 – Impedir violação dos direitos humanos.
Princípios do Direito do Trabalho	3 – Apoiar a liberdade de associação no trabalho; 4 - Abolir o trabalho forçado 5 - Abolir o trabalho infantil 6 - Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho Princípios de Proteção Ambiental
Princípios de Proteção Ambiental	7 Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais 8 Promover a responsabilidade ambiental 9 Encorajar tecnologias que não agridem o meio ambiente Princípios contra a Corrupção
Princípios contra a Corrupção	10 Combater a corrupção em todas as suas formas inclusive extorsão e propina.

Fonte: Costa (2016).

Como principal canal de comunicação entre as Nações Unidas e o setor privado, a missão do Pacto Global é possibilitar empresas e organizações atendem a essa nova agenda de desenvolvimento. Em 2015, o A Organização das Nações Unidas apresentou0 uma agenda de desenvolvimento sustentável para seus estados membros nos próximos 15 anos, a Agenda 2030, incluindo 17 metas de desenvolvimento Sustentável (ODS). Este é um esforço conjunto de países, empresas, instituições e instituições sociedade civilizada. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são elaborados para garantir os direitos humanos, erradicar a pobreza, lutar contra a desigualdade e a injustiça e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas para tomar medidas para

combater as mudanças climáticas e resolver outros problemas, sendo o maior desafio do nosso tempo. O setor privado desempenha um papel importante neste sentido, como importante detentora de poder econômico, promotora de inovação e tecnologia e os influenciadores e participantes dos mais diversos públicos - governos, fornecedores, funcionários e consumidores (GLOBAL, PACTO 2019).

No Brasil o Pacto Global chegou de forma tímida, com apenas 26 empresas e organizações participantes. Ao longo dos anos, ganhou materialidade e relevância no contexto do país. Hoje conta com mais de 800 membros e é a terceira maior rede do mundo, entre as quase 80 redes que compõem a iniciativa. A Rede Brasil é presidente do Conselho de Redes Locais da América Latina e do Conselho Global de Redes Locais, além de reportar à sede do Pacto Global de Nova York. (GLOBAL, PACTO 2019).

Atualmente realiza 30 iniciativas nas áreas de água e saneamento, energia e clima, alimentação e agricultura, direitos humanos e trabalho, combate à corrupção, comunicação e participação, além de estimular o setor empresarial a realizar ações que atendam às metas de desenvolvimento sustentável. Cada tema é administrado por um grupo temático (GT) composto por representantes de empresas e organizações do Pacto Global Brasileiro. As principais iniciativas do pacto global são: Contribuição do setor empresarial para o alcance dos ODSs no Brasil; Implementação e reporte com foco nos ODSs – piloto; Integração dos ODSs na estratégia empresarial; Financiamento da Agenda 2030 - trazendo os investidores a bordo (GLOBAL, PACTO 2019).

O Pacto Global e conhecido como a maior rede de cidadania corporativa voluntária do mundo, atualmente envolvendo mais de 8.700 empresas e partidos políticos. As partes interessadas estão distribuídas em mais de 140 países. Costa (2016) relata que no Brasil, 518 organizações participaram do programa.

O objetivo do acordo é mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção suas práticas de negócios, valores centrais e arquitetura reconhecida internacionalmente sendo um mercado global mais inclusivo e justo, proporcionando um desenvolvimento sustentável, por meio de uma liderança corporativa firme. O autor divide esse objetivo em duas partes: primeiro, deixa o setor privado adotar e desenvolver valores relacionados ao campo em sua prática sustentável e, em segundo lugar, visa efetivas a cooperação entre diferentes agentes, e viabilizar os valores promovidos por meio do fórum de compartilhamento de informações Pelas Nações Unidas (COSTA 2016). O quadro a seguir traz algumas publicações recentes sobre ODSs e organizações.

QUADRO 20 – Publicações recentes sobre ODSs.

AUTORES/ANO	TÍTULO	OBJETIVOS	RESULTADOS
Ana Vitória Oliveira de Lara / Andrea Bier Serafim / 2020	OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS EMPRESAS DE ARAUCÁRIA E REGIÃO	Analisar até que ponto os ODSs estão presentes nas organizações	A maior parte das empresas selecionadas realizam ações sustentáveis, porém não fazem vínculo com os ODSs.
Isabella Martins de Almeida / 2020	PARTICIPAÇÃO DA MOBILIDADE URBANA NOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DE CABO FRIO / RJ	Identificar como a mobilidade urbana se insere nos ODSs, analisando a relação e os pontos em comuns de ambos. Objetiva ainda analisar de que forma os municípios poderão contribuir para o aumento da sustentabilidade e para isso, identifica a situação deles em relação aos indicadores de ODSs e de mobilidade urbana atuais.	A mobilidade urbana se mostrou como tema essencial para a realização da Agenda 2030, podendo ser considerado um tema transversal entre todos os ODSs, comprovando que a melhoria da mobilidade urbana ajuda a atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
Maria Flavia Rondon Lima / 2020	PROPOSTA DE MODELO DE GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE COM BASE NOS ODSs: UM ESTUDO NO MERCADO DE *SHOPPING CENTER*	Proposição de um modelo de gestão de *Shopping Center* que tenha como base os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) a fim de verificar o nível de engajamento observado nos *Shoppings* com relação às práticas de sustentabilidade nos empreendimentos. O modelo apresentado caracteriza-se como uma ferramenta de fácil adesão e reflete a tendência dos novos empreendimentos a aderirem às dimensões da sustentabilidade.	Os resultados da verificação da aplicação do modelo nos dois empreendimentos revelam que a empresa tem buscado inserir inovações nos aspectos ambientais, sociais em seu novo empreendimento, com o atingimento de 63% na dimensão social, 80% na dimensão ambiental, 75% no econômico e 56% na governança.
Carlla Gonçalves de Figueredo / 2020	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A ECONOMIA DIGITAL : APORTES DA TRIBUTAÇÃO NA ERA DIGITALIZADA	Sublinhar o desenvolvimento sustentável, especialmente a inclusão da indústria sustentável e resiliente, sob o paradigma da economia digital, personificada através da tecnologia em nuvem e entender o papel da tributação desse novo	Após essa incursão pela interação entre economia digital e desenvolvimento sustentável na indústria inclusiva, expor-se-ão estudos de caso no contexto internacional e pátrio de forma a compreender o grau de envolvimento da tributação na economia

		mercado, na tentativa de cooperação para o alcance do ODS 9, estipulado pela Agenda 2030.	digital e nível de preparação destes sistemas na cooperação para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Elaborado pela autora.

2.3 TEORIA DOS *STAKEHOLDERS*

O termo *stakeholders* foi apresentado por Freeman (1984, p. 48): *stakeholders* são grupos ou indivíduos que afetam ou são afetados pela realização dos objetivos organizacionais". Esse público corresponde aos acionistas, fornecedores, colaboradores, consumidores e sociedade, a rentabilidade do negócio e bem-estar dos funcionários e comunidade (DONALDSON; PRESTON, 1995).

Para explicar o termo *stakeholders*, devemos dividi-lo em duas partes, sendo que *Stake* significa participação e *Holders* tem como significado partes, traduzindo para o português para a teoria de *stakeholders*, como teoria das partes interessadas. (Freeman, 1984). Um *stakeholder* é definido como qualquer grupo ou indivíduo que afete ou seja afetado pelo escopo econômico de uma empresa ou pela realização de um objetivo de projeto de negócios (Carvalho, Rabechini Jr., 2011). O significado do termo *stakeholder* refere-se a um agente que está interessado no resultado de uma organização e nela investe, ou seja, ele é literalmente o dono de um investimento (XAVIER, COSTA; VIEIRA, 2011).

Segundo Freeman e Reed (1983), em meados da década de 1970, pesquisadores de teoria de sistemas liderados por Russell Ackoff redescobriram as partes interessadas analisaram e apresentaram uma visão de sistema aberto nas organizações, enfatizando que as questões sociais podem ser por meio de infraestrutura, com apoio e interação dos governos interessados no sistema. O autor também propõe duas definições partes interessadas: partes interessadas amplamente definidas, incluindo os seguintes grupos amigáveis ou hostis - qualquer grupo ou indivíduo identificável pode influenciar a realização de metas organizacionais ou aqueles afetados por essa realização os objetivos da organização; há também um sentido mais restrito - qualquer grupo de Indivíduos identificáveis dos quais a organização continua dependendo para sobreviver. No entanto, as partes interessadas devem entender em um sentido amplo, porque a estratégia precisa levar em conta aqueles que podem afetar, alcançar os objetivos da empresa, o que permite

todas as análises das forças e pressões externas, amigáveis ou hostis. (FREEMAN; REED, 1983).

A teoria da gestão de *stakeholders* é um novo conceito que visa compreender os indivíduos que influenciam e são afetados pelas ações e estratégias de uma organização. Esse acordo é buscado por meio do reconhecimento, entendimento e análise de características e da identificação, compreensão e análise de pessoas associadas à organização, atendendo assim a todos os públicos envolvidos (Mitchell, Agle, Wood, 1997). O termo *stakeholder* começou a ser usado em um memorando do Stanford Research Institute em 1963, e o conceito foi dado como um grupo de pessoas interessadas na organização, que eram tão importantes que, sem elas, a organização deixaria de existir (FREEMAN, 1984).

Waissman (2002), define *stakeholders* como grupos de interessados a influenciar a empresa por meio de pressão, principalmente sobre diretores, acionistas e corpo governante. Eles compartilham o mesmo conceito de Bowditch e Buono (1997), que conceituaram *stakeholders* como grupos ou pessoas identificáveis em que uma organização vive: acionistas, funcionários, clientes, fornecedores e entidades governamentais.

No entanto, existem outras definições, como Clarkson (1995), que afirma que existem dois grupos de *stakeholders* com direitos, interesses e requisitos semelhantes: primário e secundário. Em primeiro lugar, estão os parceiros mais próximos da organização, que são clientes, acionistas, fornecedores, funcionários, gestores e governos. Secundários são aqueles que estão menos ligados à organização, não são necessários, mas conseguem intervir na opinião pública contra ou a favor da organização, e são os meios de comunicação, as redes sociais, os principais grupos de influência. Harrison, Bosse e Philips (2010) argumentam que ao construir relacionamentos com os principais *stakeholders* com base na reciprocidade e justiça, as organizações podem obter mais informações sobre a utilidade dos *stakeholders*, resultando em vantagens potenciais como aumento da demanda e eficiência, capacidade de inovar e lidar com situações inesperadas.

Motta, Pimenta e Tavares (2006) enfatizam que o relacionamento entre *stakeholders* e organizações é a base de diversos fatores, entre eles: imagem da marca, reconhecimento da empresa, motivação e produtividade dos funcionários, apoio

governamental, fortalecimento do poder político da empresa, consumidores, empresa, a comunicação entre seus diversos departamentos e os inúmeros fatores que contribuem para atender às expectativas da empresa. Conforme defendido por Sachs e Rühli (2011), a diferença de uma visão política é o foco na reciprocidade para garantir a criação de valor para os *stakeholders*, em oposição a uma posição que cria valor por motivos puramente econômicos, como retorno sobre o capital.

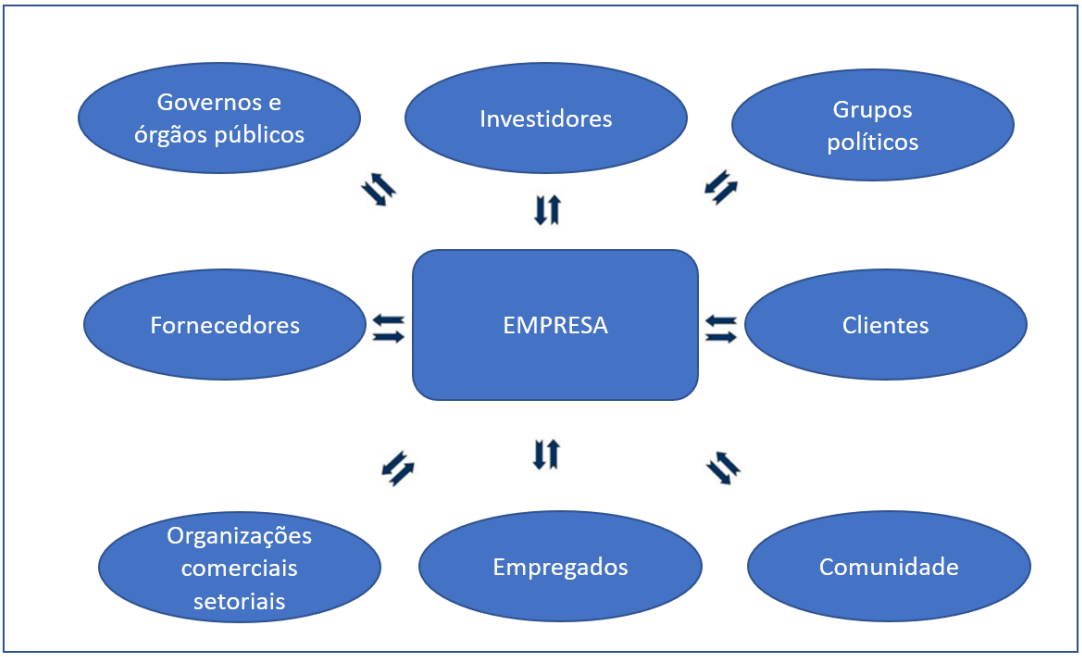
A teoria dos *stakeholders* retrata que uma organização deve interagir com todas as pessoas relevantes ao seu redor, não apenas com o público interno, pois funcionários, fornecedores e comunidades devem estar envolvidos em algumas das decisões da organização para que essas escolhas sejam exibidas adequadamente (JOVEM, O'BYNE, 2001).

O principal objetivo dos *stakeholders* em uma organização é determinar quem eles são e qual o impacto que eles têm na organização. Como já visto na teoria dos *stakeholders*, eles podem ser mapeados com o auxílio de ferramentas que auxiliam na visualização do processo. Os *stakeholders* têm um impacto direto no sucesso ou fracasso de uma organização, e a sua identificação e categorização acaba por ter um impacto direto no posicionamento e nas estratégias de relacionamento com o cliente, refletindo a sua reputação e imagem perante a sociedade (LYRA, GOMES, JACOBINE, 2009).

Um *stakeholder* é uma parte de uma organização cujo objetivo é obter benefícios. A teoria das partes interessadas não se concentra apenas nos gerentes, nem são eles os únicos que controlam a organização (DONALDSON, PRESTON, 1995).

Freeman (1984) descreve na Figura 1 o relacionamento de uma organização com seus *stakeholders*, sejam eles do ambiente interno ou externo.

Figura 1 – Relação das organizações com os *stakeholders*

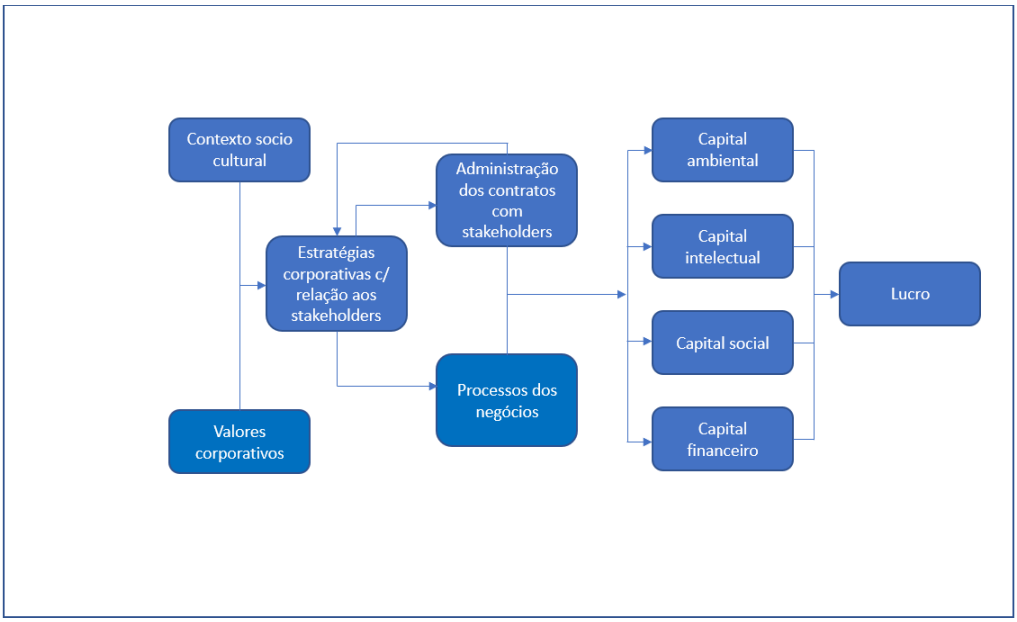


Fonte: Adaptado de Freeman (1984, pg.25).

Busch (2008) utiliza o modelo de Freeman para provar que os principais *stakeholders* são: Acionistas: possuem um determinado percentual de participação na empresa e esperam algum retorno financeiro. Eles são chamados de sócios, proprietários ou acionistas. Empregado: eles trabalham em uma organização em troca de salários e benefícios. Fornecedores: são essenciais porque as empresas recebem por meio deles a matéria-prima utilizada em sua produção. A qualidade e o preço do produto ou serviço são determinados por eles. Consumidores: compram o produto ou serviço fornecido e em troca pagam à organização. Comunidades Locais: as empresas têm o direito de construir suas próprias instalações, mas, em troca de benefícios, atendem às expectativas da comunidade sem causar danos, como a poluição local. Governo: determina as leis sob as quais as organizações operam no mercado.

Para entender a relação entre organizações e *stakeholders*, Borger (2007) explica que as empresas interagem com suas equipes e participam de uma rede de relacionamentos onde novas ideias são geradas e todos dentro da organização as colocam em prática.

Figura 2 Relação organização e *Stakeholders*



Fonte: Svendsen (1998, apud BORGER, 2007 p. 18)

Os *stakeholders* podem ser entidades com interesses significativos dentro ou fora da organização, são eles: clientes/usuários, fornecedores/parceiros de negócios, acionistas, patrocinadores, escritórios de projetos, equipes de projetos, etc. (PMI, 2013).

Na teoria dos *stakeholders*, as partes interessadas são influenciadas por uma organização para atingir seus objetivos. O objetivo da estratégia é beneficiar todas essas partes, e gerenciar esse relacionamento com elas, sendo fundamental para sustentar a organização no longo prazo (Whittungton, 2002, Sende Fleck, 2004). Segundo Michell, Agle e Wood (1997), os gestores devem avaliar a importância dos *stakeholders* para a organização, categorizando-os pelas características que lhes oferecem: poder, urgência e legitimidade. Os autores definem Poder: como uma organização usa o poder de seus *stakeholders* para influenciar a organização. Urgência: o nível de atenção solicitado pela parte interessada. Legitimidade: a percepção geral de uma organização, baseada em normas, valores, definições, crenças essenciais na sociedade, organizações e indivíduos.

As partes interessadas internas incluem membros do conselho, gerentes e funcionários que têm o direito de reclamar sobre os recursos e atividades da empresa; a organização para a qual trabalham também pode influenciar seus planos (Bryson e Alston, 2005).

Quando os *stakeholder*s agem de fora, são classificados como externos. Internamente - comunidades, consumidores e fornecedores. Internamente, aqueles que

pertencem ao ambiente interno da organização, ou seja, funcionários, gestores, sindicatos, estagiários, prestadores de serviços, portadores de necessidades especiais e pequeno aprendiz. Michel (2004, p. 4) afirma no quadro abaixo a classificação dos *stakeholders* para cada grupo.

Quadro 21 – Classificação dos stakeholders

STAKEHOLDERS INTERNOS	*STAKEHOLDERS* EXTERNOS
Empregados – os que fazem parte estritamente do ambiente, pelos quais um administrador individual é responsável	**Consumidores** – trocam recursos, geralmente sob a forma de dinheiro, pelos produtos ou serviços de uma organização
Acionistas – os que exercem seu poder de voto, adquirindo ações em investimentos de fundos mútuos, contribuições para fundos de aposentadoria e participação em planos de pensões das empresas	**Fornecedores** – trazem do ambiente externo matéria-prima, serviços, energia, equipamento e mão de obra, fornecendo-os para as organizações realizarem seus produtos
Boards – os grupos de pessoas, não menos que três, responsáveis por dirigir determinadas funções na organização; junta, conselho, diretoria	**Governo** – regulamenta o funcionamento das organizações para proteger o interesse público e assegurar o cumprimento dos princípios do livre mercado
	Grupos de interesse especiais – grupos que utilizam o processo político para reforçar sua posição em alguma questão específica, como controle de posse de armas, aborto ou educação religiosa nas escolas públicas. Ex.: organizações não governamentais que atuam no interesse de grupos sociais, os órgãos de defesa do consumidor e os ambientalistas
	Mídia – meios de comunicação de massa que possibilitam uma cobertura dos fatos sociais, da economia e dos negócios, indo desde noticiários genéricos até matérias especiais baseadas em investigações profundas de denúncias
	Instituições financeiras – bancos comerciais, de investimentos e companhias de seguro, que auxiliam na obtenção de fundos, na manutenção e expansão das atividades, por meio de empréstimos e financiamentos
	Sindicatos de trabalhadores – organismos responsáveis pela defesa dos interesses de classes de trabalhadores, fornecendo mão de obra, atuando e intermediando as negociações, contrações, salários, condições de trabalho, direitos e outros aspectos relativos ao ambiente de trabalho
	Competidores – organizações concorrentes, fornecedores do mesmo produto ou serviço

Fonte: adaptado de Michel (2004, p. 4).

Segundo Bryson e Alston (2005, p. 61), “a qualidade do relacionamento entre a empresa e seus funcionários é a condição básica para que a alta gestão receba o auxílio e o comprometimento desse *stakeholder* interno para alcançar os objetivos principais da organização”. Coff (1999, p. 129) divide os *stakeholders* internos em “funcionários

operacionais e administrativos, gerentes e diretores". Para o autor, esses *stakeholders* devem estar envolvidos nas ações estratégicas que a organização desenvolve e coloca em prática, pois juntos podem estar certos e alinhados aos objetivos organizacionais. Ao identificar uma queda na produtividade deve-se repensar seu relacionamento com seus funcionários. As novas relações laborais e a reflexão sobre a qualidade de vida no trabalho precisam ser discutidas. O estilo de gestão autoritário deve ser mais explorado para ser substituído por participação e mais pessoas (FREEMAN, 1984).

Rodrigues (2010) afirma a importância de conscientizar o papel dos *stakeholders* internos, especialmente os funcionários, tornando uma vantagem competitiva dentro da empresa organização. Alinhar e mobilizar funcionários com metas a empresa deve ter envolvimento e comprometimento. Comunicar os funcionários ajuda a entender a missão e os objetivos da empresa, seus concorrentes e como está inserido no mercado, auxiliando esses públicos internos a informar e comunicar-se com o público externo. Através da comunicação, foco em relacionamentos gera comprometimento dos funcionários com a empresa.

Ao longo do tempo houve grandes mudanças nas organizações de modo que estão redefinindo seu perfil, revisando seus negócios, a forma como trabalham, prestando atenção na qualidade de seus produtos e serviços. Similarmente, os *stakeholders* organizacionais também se redefinem de acordo com a situação. Por outro lado, os *stakeholders* internos são traduzidos neste trabalho como funcionários, permanecem sempre como público muito importante porque são responsáveis pelo crescimento e competitividade da organização empresa e representando perante os seus diversos *stakeholders*. Desse modo, quanto melhor a proximidade e o relacionamento entre a organização e seus funcionários, compreensivelmente, sua integração será melhor, trazendo resultados para a organização (RODRIGUES, 2010). A seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos do estudo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Existem diferentes autores que relatam a origem dos estudos de caso, a fim de apresentar seu significado como método de pesquisa, a literatura mundial contemporânea conta com muitas contribuições de autores com diferentes posições, sendo a mais destacada delas (GOODE ET AL, 1979; YIN, 2015; E LUDEKE et al, 1986).

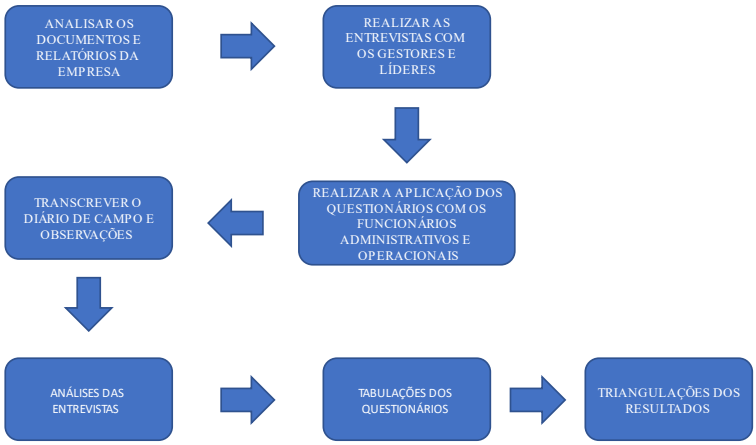
Para Goode e Hatt (1979), o estudo de caso é um meio de organizar os dados, retendo as características únicas do objeto de pesquisa. Trata a unidade como um todo, incluindo seu desenvolvimento (individual, familiar, uma série de relações ou processos, etc.). Porém, vale lembrar que o todo de qualquer objeto é uma estrutura psicológica, pois se não estiverem relacionados ao objeto de pesquisa no contexto da pesquisa, não há restrições específicas. Portanto, o estudo de caso visa examinar as características importantes do objeto de pesquisa como uma unidade.

Segundo Yin (2015), o estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir tanto estudos de caso único quanto de múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa.

Esses autores enfatizam as características dos casos, têm dados descritivos ricos, têm planos abertos e flexíveis e prestam atenção à realidade de uma forma complexa e contextual. Levando em consideração a posição do autor, o estudo de caso como método de pesquisa é entendido como um método ou a seleção de objetos de pesquisa definidos pelo interesse em casos individuais. Tem como objetivo investigar um caso específico e bem definido e contextualizá-lo no tempo e no local para que buscas de informações detalhadas possam ser realizadas.

A figura 3 a seguir representa o fluxograma de pesquisa

Figura 3 - Fluxograma de pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

A empresa FM Pneus Ltda. atua no ramo de reformas de pneus desde 1990, contando atualmente com 5 unidades produtivas (e está expandindo mais três novas plantas) , sendo elas em Maravilha - SC (matriz), Videira - SC, Toledo - PR, Guarapuava - PR e Várzea Paulista – SP, além de contar com mais de 20 *truck centers* e pontos de apoio, atendendo também os estados de Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Em sua matriz, conta com a produção de reformas de pneus agrícolas, linha OTR (pneus de máquina), linha leve (pneus de veículos leves), carga (caminhões) e meia carga (vans, micro-ônibus, caminhonetes) (FM PNEUS, 2021).

Para a presente pesquisa, utilizar-se-á o método de estudo de caso (YIN, 2015), por meio de uma abordagem mista, onde serão empregadas algumas técnicas de coleta e análise de dados, sendo diário de campo, entrevista semiestruturada com o gestores (gerentes de unidade e gestores das indústrias) das unidades produtivas e da indústria de cada unidade, observação direta e pesquisa documental, também aplicar-se-ão questionários aos funcionários da indústria e, por fim, será feita a análise dos resultados da pesquisa de campo.

O Quadro 22, representa o protocolo de pesquisa utilizado ao longo do estudo

Quadro 22 – Protocolo de Pesquisa

Problema de Pesquisa: Quais as práticas da empresa FM Pneus Ltda. relacionadas ao Objetivo 9 do Desenvolvimento sustentável ?			
Objetivo Geral: Analisar as práticas da empresa FM Pneus Ltda, em relação aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e suas metas, à luz da teoria de *stakeholders*.			
Objetivos específicos	**Constructos**	**Variáveis de análise**	**Metodologia**
Realizar um diagnóstico organizacional, com suporte documental, na visão dos gestores e dos funcionários das práticas organizacionais relacionadas aos ODSs;	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015)	ODS	Qualitativa (Documental) Qualitativa (Observação Direta Documental) Estudo de caso (YIN, 2015)
Identificar os aspectos positivos e negativos em relação às atividades da empresa com relação aos ODSs;	ODS e Organizações Sustentáveis e Pacto Global (ONU, 2015; COSTA,2016)	Práticas da Empresa em Relação ODS	Qualitativa (Entrevista Semiestruturada)
Avaliar a possibilidade de implantar práticas mais alinhadas aos ODSs.	Teoria dos *stakeholders* (FREEMAN, 2010)		Quantitativa (Questionário)

Fonte: Elaborado pela autora.

Para a escolha dos entrevistados foram divididos em duas partes a primeira que compõem a parte comercial da empresa, com a entrevistas semiestruturadas com os gestores das unidades e setor de RH, e a segunda com os gestores industriais, para identificar a visão destes sobre as práticas da empresa em relação as ODS. Para confrontar essa visão ainda na qualidade de stakeholders internos foram escolhidos os colaboradores da empresa, aplicando questionários, tendo a oportunidade de comparar os dois pontos de vista. Foi elaborada uma matriz SWOT para identificar as forças e fraqueza, ameaças e

oportunidade da empresa a fim de responder o primeiro objetivo especifico. Os dados coletados através dos questionários, foram analisados por meio do programa Jamovi, versão 2.2.5, onde foram identificados a correlação entre as ODSs na visão dos funcionários.

4 ANALISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, serão apresentados os resultados coletados e analisados por meio das entrevistas semiestruturadas, pesquisa qualitativa e análise documental, colocando a percepção dos *stakeholders* envolvidos com os ODSs e a suas percepções sobre a empresa.

A fim de alcançar o primeiro objetivo especifico proposto "a) realizar um diagnóstico organizacional, com suporte documental, na visão dos gestores e dos funcionários das práticas organizacionais relacionadas aos ODSs", realizou-se a análise da matriz SWOT, de forma que se possa identificar as forças, fraquezas, ameaças e oportunidades da empresa em relação aos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável.

QUADRO 23: Análise SWOT da empresa com foco nos ODSs

Ambiente interno	
Forças	**Fraquezas**
• Presença de tratamento de água para abastecimento das caldeiras • Programa de reciclagem • Descarte correto dos resíduos • Pagamento correto aos funcionários • ISO 9001:2015	• Alto consumo de energia elétrica • Elevado consumo de água
Ambiente externo	
Oportunidades	**Ameaças**
• Substituição da energia elétrica por energias renováveis; • Promover ações de reflorestamento; • Ações com Senai e Sesc	• Contaminação da água utilizada pela indústria; • Legislações ambientais em nível estadual

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro 23 identifica os aspectos da empresa e seu diagnóstico com foco nos ODSs por meio da análise de matriz SWOT, tendo-se no ambiente interno suas fraquezas, alto consumo de energia elétrica utilizada pelas máquinas, elevado consumo de água, mas por outro lado suas forças amenizam o impacto de suas fraquezas, como o tratamento da água utilizado nas caldeiras, programas de reciclagem e descarte de resíduos. Já no que diz respeito ao ambiente externo, temos como ameaças, a contaminação da água utilizada pela indústria e as legislações ambientais em nível estadual, como a rede está presente em alguns estados, as legislação são diferentes em algumas unidades, obrigando a empresa a se adaptar de acordo com a legislação de cada estado; e se tratando das oportunidades, substituição da energia elétrica por energias renováveis, porém com empresa só consegue fazer isso em prédios próprios, promover ações de reflorestamento, e ações com o Senai, a fim melhorar o cenário ambiental da empresa.

A empresa possui como missão disponibilizar as melhores soluções em pneus aos clientes, gerando oportunidades e valores para os colaboradores e acionistas no que diz respeito aos valores evolução, ética, comprometimento, entusiasmo, proatividade e sustentabilidade. Sua visão é ser a primeira opção para os clientes, expandindo de forma sustentável o negócio e sua política de qualidade é oferecer produtos e serviços de qualidade atendendo aos requisitos aplicáveis e melhorando continuamente a satisfação dos clientes (FM PNEUS, 2021).

4.1 – *STAKEHOLDERS* IDENTIFICADOS NA PESQUISA

De acordo com o primeiro objetivo, fez-se uma análise documental com base na visão dos gestores e, logo em seguida, aplicação de questionários para os funcionários da indústria. Desse modo, identificou-se o perfil dos entrevistados, a fim de entender as características utilizadas pela empresa para elencar sua equipe de gestores. Os *Stakeholders* diretos considerados nesse estudo são os gestores, líderes e funcionários da empresa.

Quadro 24 – Perfil dos Gestores Entrevistados

Nome fictício	**Formação**	**Sexo**	**Tempo de empresa**	**Duração da entrevista**
E1	Ensino superior incompleto	M	11 anos	01h 09min 35seg
E2	Pós-graduação	M	1 ano e 7 meses	24min 11seg
E3	Tecnólogo	M	2 anos e 8 meses	29min 02seg
E4	Ensino superior	F	5 anos	47min 26seg
E5	Pós graduação	F	8 anos	33min 27seg
E6	Pós graduação	M	18 anos	25min 52seg
E7	Ensino superior	M	11 anos	20min 32seg

Todos os entrevistados possuem Ensino superior (incompleto, completo ou pós-graduados), um possui tecnólogo e três possuem ainda pós graduação. Esta qualificação educacional demonstra as habilidades e conhecimentos dos pesquisados quanto à tomada de decisão e conhecimento acadêmico em seu campo de atuação.

Em relação ao tempo de empresa, observa-se gestores com uma longa jornada na empresa, mas também a empresa oferece oportunidades para pessoas “novas” desde que essas atendam as características de cada função, ainda pode-se notar que apesar desse público ser predominantemente masculino, as mulheres já estão sendo engajadas nos cargos de liderança.

A seguir identifica-se, por meio das entrevistas semiestruturadas, a percepção dos gestores ao se tratar dos ODSs quanto a sua participação na indústria de recapagem de pneus.

4.1.1 *STAKEHOLDERS* E AS PRÁTICAS DA EMPRESA EM RELAÇÃO AOS ODSs

Neste item, pode-se analisar as práticas da empresa em relação aos ODSs de acordo com a visão de cada um dos gestores entrevistados e da análise documental apresentada.

ODS 3 – a questão de saúde e bem-estar dos seus colaboradores é uma preocupação constante da empresa, que oferece alguns programas que ajudam os colaboradores, como por exemplo, a associação dos colaboradores, que está ligada diretamente ao bem-estar, plano médico, odontológico e programa *equilibrium* que ajuda colaboradores que estão mentalmente vulneráveis a se reestabelecer na empresa. O “E5” ainda comenta sobre um auxílio em dinheiro, para os pais que têm filhos com deficiência, para ajudar nas custas do tratamento. O entrevistado “E1” afirma “a empresa possui vários benefícios aos trabalhadores”.

Ao se tratar da importância da ODS3 (SAAD, 2018, p. 64) aborda que “As empresas têm um impacto na saúde de seus funcionários e nas operações da cadeia de suprimentos, assim como nas comunidades vizinhas, inclusive no que se refere à poluição, descarte de lixo e segurança de saúde e ocupacional.”, destacando ainda a importância do cuidado com a saúde do trabalhador.

ODS 4 – Quando se trata em educação de qualidade, a empresa oferece oportunidades para os colaboradores se qualificarem enquanto estão trabalhando na empresa, oferecendo bolsas de até 30% para graduação desde que seja na área de interesse da empresa. Além disso, a empresa disponibiliza no início do ano um *kit* escolar aos filhos dos colaboradores que cursam do 1º ao 9º ano.

A Organização das NAÇÕES UNIDAS BRASIL (2022) retrata a importância da educação principalmente nos primeiros anos de alfabetização, na meta 4.5, traz sobre a educação não somente em questões de aprendizado e acesso a outros níveis de formação mais elevados, mas também sobre uma igualdade na educação no quesito gênero.

ODS 5 – De acordo com o “E5” percebe-se que a empresa está a trabalhar em uma crescente quando o assunto é igualdade de gênero, seja ele pela questão salarial entre homens e mulheres, ou sendo no sentido de orientação sexual, não havendo diferença de cargos e salários. O “E2” menciona ainda “hoje o número de mulheres trabalhando na linha de produção aumentou bastante, não somente as mulheres, mas se tratando de inclusão temos pessoas de outras nacionalidades como venezuelanos e haitianos”. Já o “E5” fala que “a empresa trabalha formas de valorizar a mulher ... hoje a nossa área tem um viés totalmente masculino” citando algumas mulheres que ocupam cargos de liderança, dando a oportunidade para as mulheres em qualquer cargo. O “E1” afirma “tentamos sempre ter mulheres trabalhando na indústria”. Reafirmando isso o “E6” menciona “há uma equidade em relação à igualdade de gênero, não tendo nenhuma distinção de cargos e salários entre homens e mulheres”.

De acordo com IPEA (2022), o Brasil já possui legislação relativamente avançada e reconhecimento de diferentes identidades de gênero, de modo que as metas devem ser ampliadas para refletir as exigências e ações governamentais necessárias para salvaguardar os direitos dos cidadãos de diferentes identidades de gênero. Interseções com outros fenômenos que geram desigualdade e discriminação foram abraçadas pela teoria e política de gênero. A visibilidade dessas interseções é uma necessidade de identificação para levar em conta as singularidades da desigualdade e da discriminação que afetam os diferentes sujeitos. Este reconhecimento está alinhado com o lema dos ODSs.

ODS 7 – Quando o assunto é a energia, o entrevistado “E6” comenta sobre a dificuldade de se criar formas para reduzir o consumo de energia, uma vez que a maior parte das unidades utiliza energia elétrica para rodar suas máquinas, e os prédios onde estão instaladas essas unidades serem alugados inviabiliza o uso de energia solar, mas por outro lado utiliza-se em boa parte das unidades a energia do “mercado livre” – que é produzida por outras empresas e vendida para as unidades da FM, sem a necessidade de utilizar recursos naturais, mas ainda tem unidades que precisam usar energia geradas por hidrelétricas. Por outro lado, a empresa também utiliza energia gerada a partir de caldeiras, em que são utilizados restos de cavacos não aproveitados pela indústria da madeira, de forma a agredir menos o ambiente.

Por outro lado, o “E4” fala “nós aqui hoje temos geradores que economizam energia da Copel, mas isso pode ser uma questão que vise mais o lucro”. Soluções sustentáveis para problemas de energia exigem soluções que sejam simultâneas em

relação ao crescimento econômico, proteção ambiental e equidade social, alta prioridade sustentabilidade energética, de modo que é uma condição para os países atingirem o desenvolvimento sustentável (FARIAS, DE FÁTIMA MARTINS, CÂNDIDO, 2021).

ODS 8 – por meio da análise documental foi identificada que a empresa atende essa ODS pela política de qualidade, possuindo certificação ISO 9001/2015 e a certificação do INMETRO e todos os parâmetros trabalhistas e previdenciários.

De acordo com Barbosa (2018), é muito importante que os funcionários tenham condições de trabalho satisfatórias, para gerar dignidade e melhor condições de vida para ela e sua família, além de crescimento econômico.

ODS 9 – aos ser questionado sobre as práticas da empresa em relação aos ODSs 9 o "E6" aborda que o ramo da atividade da empresa já é por si só sustentável, uma vez que a reforma de pneus está evitando a geração de lixo na natureza, além disso a indústria está investindo em inovações constantes, seja na sua estrutura física, ajustando suas plantas para melhorar seu fluxo produtivo, bem como máquinas e equipamentos novos, garantindo melhor execução de processos e treinamentos as pessoas que irão operar essas máquinas. O "E2" retrata que "partindo da direção, a empresa busca sempre estar à frente nas questões tecnológicas". O "E7" comenta sobre a mecanização da indústria, pois a empresa está buscando máquinas mais modernas que, além de trazerem a padronização dos processos, trazem um benefício ao operador, que precisará fazer menos esforço físico para obter um resultado melhor.

De acordo com Gomes (2018), os países precisam promover a inovação para tornar suas indústrias e infraestrutura mais sustentáveis. Muitos Estados-Membros acreditam que este objetivo é um pré-requisito para o desenvolvimento urbano inclusivo, seguro, e sustentável, uma vez que as cidades, sendo centros de atividade econômica, necessitam de infraestruturas adequadas para desenvolver o seu potencial econômico.

ODS 10 – esse ODS está relacionado à redução das desigualdades, o entrevistado "E7" cita que a empresa tem a prática da campanha do agasalho e arrecadação de chocolates na Páscoa para doação a pessoas carentes.

Para Khamis e Da Silva Alves (2018), entende-se que, para reduzir a desigualdade, é preciso garantir a renda dos mais pobres, promovendo a inclusão social e política, adotando políticas de proteção salarial e eliminando leis discriminatórias, sendo necessário criar leis mais adequadas e monitorar e regular os mercados financeiros para que não concentrem renda.

ODS 12 – Ao se tratar de consumo e produção sustentável o “E4” fala sobre o descarte correto de resíduos, pois há o rastreio desses materiais até o destino final, citando ainda o (PGR – programa de destinação dos resíduos) que está diretamente ligado aos efeitos ambientais. Já o “E2” diz a respeito que “a empresa está buscando muitas coisas diferentes ... já tem coleta e separação de resíduos individual por unidade, destinação correta dos resíduos”.

Além disso o “E5” comenta algumas práticas que colaboram com a preservação do meio ambiente, “a emissão dos cartões ponto e holerites ... agora são disponibilizados na plataforma virtual, sem a necessidade de impressão, o reaproveitamento do papel, utilizando com rascunho, diminuindo o custo da empresa, além de reduzir o acúmulo de papel impresso, pois são 55 funcionários, as informações que eram impressas para os colaboradores agora são enviadas de forma virtual”. O entrevistado “E7” fala sobre a utilização dos 5s dentro da empresa, contribuindo para o consumo e aumento da produtividade.

Ao entender a importância do consumo responsável, os indivíduos acabam colaborando não somente para sua qualidade de vida, mas em outros setores da sociedade, como economia, sociedade e natureza, buscando alternativas para consumo, produção e comercialização de forma sustentável (PISTELLI, MASCARENHAS, 2011).

ODS 13 – O “E2” comenta que a empresa faz o tratamento das caldeiras de forma sustentável, o E6 relata “há uma empresa especializada em dar destino final às cinzas geradas pelas caldeiras”, seguindo as regulamentações vigentes. E pela análise documental foi verificado que a água é tratada com produtos químicos, com um alimentador/misturador automático, diminuindo a emissão de poluentes.

A forma como o mundo responde às mudanças climáticas hoje tem um impacto direto nas perspectivas de desenvolvimento humano da maioria da humanidade. O fracasso deixará os 40% mais pobres da população mundial (cerca de 2,6 bilhões de pessoas) com um futuro de oportunidades reduzidas. Isso exacerbará profundas desigualdades dentro dos países, minará os esforços para construir um cenário de globalização mais inclusivo e exacerbará a enorme lacuna entre os "ricos" e os "pobres". (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2007).

Ao questionar os gestores sobre a participação deles e dos demais colaboradores em relação ao desenvolvimento sustentável, verifica-se que eles em algumas reuniões e na semana da SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho) tratam o tema, mas que, de maneira geral, acaba ficando em segundo plano, tendo um enfoque

maior em produtividade e acabam deixando o fator sustentabilidade de lado. O entrevistado “E1” relata que sempre conversa com os encarregados e monitores sobre o que pode ser melhorado.

A SIPAT, é realizada anualmente, promovendo palestras e treinamentos com o objetivo de conscientizar os colaborares, a respeito da prevenção a acidentes de trabalho, segurança e saúde do trabalho, de modo que as orientações repassadas sejam absorvidas e utilizadas pelos colaboradores (ALMEIDA, 2018).

O entrevistado “E6” comenta “há participação dos gestores ... eles estão engajados em todas essas políticas”, destacando que o papel do gestor é fundamental em relação ao desenvolvimento sustentável da empresa. Além disso o “E7” relata que também as informações são repassadas durante a integração e no manual do novo colaborador.

O “E2” menciona “há uma participação efetiva que começa de cima para baixo, quando os gestores são orientados pela direção e as informações são repassadas os demais colaboradores”. Nesse sentido, o “E5” comenta sobre a participação dos colaboradores por meio do banco de ideias, que além de ajudar a empresa nas questões do desenvolvimento sustentável, faz premiações as melhores ideias.

Nesse sentido, o “E6” comenta que, no seu entendimento, os objetivos do desenvolvimento sustentável são bem nobres, porém há um grande desafio em colocar todos em prática. Ele defende que a atividade da empresa por si só já é ecologicamente correta, ainda fala sobre a importância de preservar o ambiente para as futuras gerações “fazer a coisa certa agora”, comentando que a empresa está acima da média em relação ao desenvolvimento sustentável, sendo uma atividade com importância econômica e ecológica, enfatizando que o ramo de atividade da empresa é fundamental no ramo de transportes e agricultura, uma vez que além de trabalha com pneus de carga, também faz a reciclagem de pneus agrícolas. Por outro lado, o “E7” relata que dentro do seu conhecimento os ODs são “o bem-estar de forma geral”.

Por outro lado, o “E5” fala que a empresa está preocupada em mostrar para a sociedade o seu papel, colocando em todas as suas mídias (facebook, instagran, *site* da empresa, portal do colaborador), diariamente todas as suas ações voltadas aos colaboradores, inovações tecnológicas, crescimento, entre outras, sendo isso citado por todos os entrevistados. O “E2” cita que é uma empresa que sempre está buscando alternativas, uma forma é o programa de proteção dos dados, que apesar de estar conectada diretamente nas mídias a empresa está trabalhando para manter os dados tanto de funcionários, fornecedores e clientes seguros.

Nesse contexto, o “E5” menciona que nos últimos 7 anos foram implantadas algumas melhorias como os benefícios para os colaboradores já citados anteriormente, regulamentação de cargos e salários, centralização do setor de recursos humanos para a matriz, otimizando os processos com finalidade de gerar praticidade e ganhos financeiros, relatando que seu entendimento de desenvolvimento sustentável é otimizar algo, mas de forma que o resultado não seja apenas imediato e sim duradouro, de forma que mantem uma segurança para os trabalhadores, pois a empresa está consolidada no mercado. O “E6” comenta ainda sobre o programa “portas abertas” voltado a acadêmicos, cliente, comunidade, em que é divulgada a importância da reforma de pneus e seus benefícios ao meio ambiente. O “E1” relata que o foco da empresa nos últimos anos é a preocupação com os colaboradores e o descarte correto dos materiais.

De acordo com Selung (2018), o volume de veículos em circulação, seja para transporte de cargas ou passageiros, faz com que gere um aumento no consumo de pneus de forma, gerando assim um problema ambiental, apesar da recapagem prolongar a vida útil do pneu é de suma importância a destinação dos resíduos gerados por meio da raspagem dos pneus, podendo esses resíduos serem utilizados por outras indústrias de transformação.

O “E3” fala a respeito de melhorar a questão socioambiental, e trazer a empresa mais perto de questões sociais, não somente para os colaboradores, mas levando a comunidade. De modo geral, o “E2” fala que a empresa faz esse apoio a comunidade de forma indireta, uma vez que a empresa cresce, aumenta também a geração de empregos e o crescimento econômico das cidades onde as unidades estão inseridas. Já o “E5” comenta que a empresa poderia criar mais programas de incentivos aos colaboradores quanto às questões ambientais, também menciona que a empresa poderia investir em formas de melhorar o consumo de energia de forma sustentável.

Já na opinião do “E6”, a empresa poderia melhorar em relação aos ODSs a questão da visibilidade do seguimento, já que é um setor importante para o desenvolvimento sustentável, e voltar suas ações para o campo social, hoje essas ações estão bem difundidas, porém internamente. Comentando ainda que seria interessante, uma solução em relação ao consumo de energia elétrica, mencionando que no futuro a frota da empresa pode ser com veículo movidos a energia, diminuindo a geração de poluentes. O “E7” reforça o comentário anterior, mencionando que a empresa poderia utilizar suas mídias para repassar à comunidade a importância da empresa dentro do desenvolvimento sustentável.

A partir das entrevistas com os gestores, pode-se concluir que a empresa tem uma efetividade relativa nas práticas dos ODSs, porém ainda há questões que podem ser melhoradas, uma das maiores dificuldades da empresa está relacionada ao consumo de energia, uma vez que a energia solar é inviável para a empresa, além disso, há uma preocupação em divulgar a importância do seguimento em relação à sustentabilidade, pois evita a geração de resíduos e poluentes.

As empresas podem aderir aos ODSs, não apenas para atender às exigências do governo ou às expectativas da sociedade, mas também para aumentar sua contribuição para a sustentabilidade dos negócios. Os ODSs fornecem uma abordagem integrada para o desenvolvimento sustentável, mas para torná-lo viável, primeiro é necessário investir tempo e esforço na compreensão do conhecimento interno de uma organização. Nesse contexto, é importante entender os valores que sustentam as decisões, como essas decisões afetam a cultura, as normas ou a identidade da empresa e quais restrições e barreiras são impostas aos setores em que atua para, em última análise, orientar os esforços para a sustentabilidade (SCHIO, 2019).

4.2 PERCEPÇÃO DOS COLABORADORES DA INDÚSTRIA NO TOCANTE ÀS PRÁTICAS DA EMPRESA EM RELAÇÃO AOS ODSs

De acordo com a pesquisa, os colaboradores da indústria são considerados como *stakeholders* primários internos, pois trabalham na empresa no dia a dia. Desse modo, foi elaborado um questionário para identificar como eles avaliam as práticas da empresa em relação aos ODSs. Foram elaboradas 24 questões disponibilizadas no site Google Forms® por meio do *link* repassado aos líderes, os quais ficaram encarregados de repassar aos colaboradores.

A presente amostra contou com a participação de 42 colaboradores o que representa 10% da quantidade total de colaboradores no momento da aplicação da pesquisa.

O quadro 25 representa uma tabulação socioeconômica obtida por meio dos questionários respondidos por 42 funcionários nos meses de junho e julho de 2022.

Quadro 25 – Dados socioeconômicos dos funcionários pesquisados

Qual seu gênero?		
Respostas	**Nº de respondentes**	**% de respondentes**

Feminino	12	28,6%
Masculino	30	71,4%
Qual é o seu nível de escolaridade?		
Resposta	**Nº de respondentes**	**% de respondentes**
Da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)	1	2,4%
Da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)	10	23,8%
Ensino Médio (antigo 2º grau)	28	66,7%
Ensino Superior	2	4,8%
Especialização	1	2,3%
Qual a sua Idade? (anos completos)		
Resposta	**Nº de respondentes**	**% de respondentes**
Baby Boomers (antes de 1965)	1	2,44%
Geração X (1965 a 1981)	10	24,39%
Geração Y (1982 a 1990)	8	19,51%
Geração Z (1991 a 2009)	22	53,66%
Qual o seu estado civil?		
Resposta	**Nº de respondentes**	**% de respondentes**
Solteiro	22	52,4%
Casado	15	35,7%
Divorciado	3	7,1%
Outro	2	4,8%
Há quanto tempo trabalha na empresa?		
Resposta	**Nº de respondentes**	**% de respondentes**
Menos de 6 meses	7	16,7
De 6 meses a um ano	8	19%
De 1 a 3 anos	15	35,7%
De 4 a 6 anos	2	4,8%
De 7 a 9 anos	2	4,8%
Mais de 9 anos	8	19%
Qual o cargo que você ocupa na empresa?		
Resposta	**Nº de respondentes**	**% de respondentes**
Assistente de recebimento	1	2,38%
Auxiliar de produção	25	59,52%
Administrativo	1	2,38%
Operador de máquinas	6	14,29%
Líder/monitor	6	14,29%
Serviços gerais	2	4,76%

Segurança do trabalho	1	2,38%

Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa (2022).

A partir dos dados socioeconômicos, pode-se perceber que as pessoas que responderam ao questionário são 71,4% homens e 28,6% mulheres, ainda há uma disparidade entre homens e mulheres. Com relação ao nível de escolaridade há o seguinte perfil nas respostas: 2,4% que possuem o Ensino Fundamental (do 1 ao 4 ano), 23,8% possuem o Ensino Fundamental (do 5º ao 8º ano), 66,7% com Ensino Médio, 4,8% Ensino Superior e 2,4% possuem alguma especialização, notando-se que para a maioria dos cargos, é exigido ter pelo menos o Ensino Fundamental completo, de modo que os cargos ocupados por esses colaboradores em sua grande maioria estão no chão de fábrica (cargos operacionais).

Ao serem questionados sobre a faixa etária, observa-se que 2,44% são da geração *Baby Boomers* (antes de 1965), 24,39% Geração X (1965 a 1981), 19,51% Geração Y (1982 a 1990) e 53,66% Geração Z (1991 a 2009), verificando que a empresa fornece oportunidades para colaboradores que estão iniciando no mercado de trabalho. Desses colaboradores, 52,4% são solteiros, 35,4% são casados, 7,1% divorciados e 4,8% não se identificaram com nenhuma das alternativas. Além disso teve um questionário que não respondeu a sua idade.

Já no que se refere aos colaboradores na empresa, temos 2,38% na função de assistente de recebimento, 59,52% auxiliar de produção, 2,38% em trabalhos administrativos, 14,29% operadores de máquinas (auxiliar de produção e operador de máquinas, exercem funções dentro do mesmo setor da empresa, sem diferenças de hierarquia), 14,29% lideres ou monitores, 4,79% como serviços gerais e 2,38% em segurança do trabalho, dentro disso podemos verificar que a maior quantidade de cargos estão inseridos dentro da indústria. Observa-se que a empresa não compactua com a rotatividade de funcionários, pois é um mercado em que não se consegue contratar tantas pessoas com experiência, tendo que formar profissionais. Dentro disso, tem-se 16,7% com menos de 6 meses de empresa, 19% de 6 meses a um ano, 35,7% de 1 a 3 anos, 4,8% de 4 a 6 anos, 4,8% de 7 a 9 anos e 19% com mais de 9 anos.

O quadro 26 representa a frequências das respostas dos colaboradores pesquisados, de acordo com sua visão em relação aos ODSs.

Quadro 26 – Frequências das ações de ODSs na empresa, visão dos funcionários (%)

QUESTÕES	1	2	3	4
	SEMPRE	QUASE SEMPRE	RARA-MENTE	NUNCA
Os gestores realizam encontros para conscientizar os colaboradores em relação ao desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, ODS?	40,4%	31%	28,6%	0%
Os colaboradores participam de ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável sustentabilidade, ODSs?	28,6%	50%	19%	2,4%
A empresa tem ações para inovação sustentável? (energia, água, resíduos, matéria-prima....)	61,9%	31%	7,1%	0%
A empresa disponibiliza cursos e treinamentos aos colaboradores em relação ao desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, ODSs?	40,4%	16,7%	38,1%	4,8%
Os temas abordados pela empresa sobre sustentabilidade são aplicados na prática?	40,5%	47,6%	9,5%	2,4%
A empresa tem distinção de salário de acordo com o gênero (feminino e masculino)?	83,3%	4,8%	9,5%	2,4%
A empresa possui restrição a funcionários de acordo com sua opção sexual?	95,2%	0%	4,8%	0%
A empresas trabalha programas ambientais de alguma forma?	28,6%	47,6%	21,4%	2,4%
A empresa possui algum programa de nível social?	21,4%	35,7%	31%	11,9%
Ainda em caráter social, a empresa atrasa o pagamento dos salários?	0%	0%	4,8%	95,2%
Você considera as atividades exercidas na empresa como trabalho justo?	66,7%	26,2%	7,1%	0%
A empresa trabalha alguma forma de redução de gastos com energia?	52,4%	28,6%	11,9%	7,1%
A empresa tem algum programa destinado para o reaproveitamento de água?	7,1%	28,6%	33,3%	31%
Como a Empresa está atualmente se envolvendo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODSs?	21,4%	19%	28,6%	31%

Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa (2022).

De acordo com os colaboradores, as principais ações que a empresa pode praticar em relação aos ODSs são: manter as questões de desigualdade, fazer palestras com o intuito de conscientizar os colaboradores, também citam campanhas para arrecadar alimentos e abordam questões como reaproveitamento da água e economia de energia.

Desse modo, pode-se perceber a preocupação dos trabalhadores com os ODSs, mesmo que de maneira indireta, além disso eles falam sobre o assistencialismo da empresa, como plano de saúde, incentivo a educação, igualdade de gênero. Comentam também que a recapagem é uma reciclagem do pneu, e sobre as questões de reciclagem e descarte correto dos materiais.

Na visão dos colaboradores, há alguns pontos que a empresa não pratica, como exemplo, 83,3% dos funcionários afirmam que a empresa tem distinção de salário de acordo com o gênero (feminino e masculino); 95,2% afirmam que empresa possui restrição a funcionários de acordo com sua opção sexual (ambos ODS 5); Apenas 31%

afirmam que a empresa está atualmente se envolvendo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODSs.

A desigualdade de gênero nos empregos corporativos vem diminuindo ao longo dos anos, mas continua com uma representatividade forte, em 2015, a força de trabalho feminina representava 43,7% dos empregos formais do país O número de vagas de emprego também se reflete na diferença de valores salariais entre homens e mulheres (CANDIDO, 2021).

Porém, por meio da análise documental e da observação participante, foi constatado que nos últimos 4 anos e meio a empresa não atrasou os salários, são contratadas pessoas independentemente da opção sexual, e não há distinção de salários entre homens e mulheres, podendo supor assim que esses resultados se devam a má interpretação do questionário pelos pesquisados.

Ainda na visão dos funcionários, 95,2% afirmam que empresa faz o pagamento de salários em dia (ODS 8); 61,9% afirmam que a empresa busca inovação de forma sustentável em questões relacionadas a energia, água, resíduos, matéria-prima (ODS 7 e 10). 52,4% acreditam que a empresa trabalha formas de reduzir o consumo de energia elétrica (ODS 7).

Marques (2020), cita que como a indústria é o maior consumidor energia da sociedade, é importante que ela venha de fontes "verdes", que não afetarão tanto o meio ambiente. Além disso, os resíduos gerados pela indústria devem serem destinados de forma correta gerando o mínimo de impacto possível ao meio ambiente.

Para auxiliar na análise das práticas da empresa, foi realizada a tabulação dos dados, em seguida foi realizada a correlação das variáveis estudadas, considerando o momento atual da empresa, qual a sua prioridade em relação a cada um dos ODSs. Após a análise da coleta dos dados, foi verificado que há uma grande dispersão dos dados em relação à amostra estudada.

Desse modo, o quadro 27, representa os valores para interpretação da correlação entre as variáveis da pesquisa com os funcionários.

Quadro 27 – Interpretação do coeficiente de correlação

Coeficiente de Correlação	Interpretação

± 1,00	Correlação positiva/negativa perfeita
± 0,91 a 0,99	Correlação positiva/negativa muito forte
± 0,71 a 0,90	Correlação positiva/negativa forte
± 0,61 a 0,70	Correlação positiva/negativa moderada alta
± 0,51 a 0,60	Correlação positiva/negativa moderada média
± 0,41 a 0,50	Correlação positiva/negativa moderada baixa
± 0,21 a 0,40	Correlação positiva/negativa fraca, mas definida
± 0,01 a 0,20	Correlação positiva/negativa leve, quase imperceptível
0	Correlação nula

Fonte: Kuhl (2012, p.174).

De acordo com o quadro 27 pode-se identificar as variáveis que tiveram correlação <0,91 correlação positiva ou negativa muito forte.

Quadro 28 - correlação positiva ou negativa muito forte <0,91

Variável 1	Variável 2	Correlação
Q 29 - ODS 15: Vida em Terra	Q30 - ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Fortes	0.939

A correlação muito forte encontrada na amostra foi de 0.939, a qual retrata a visão dos colaboradores sobre a importância da preservação para melhorar a vida de animais terrestres, bem como a importância das instituições governamentais ou não para que seja possível atingir essa ODS.

Quadro 29 - Correlação positiva ou negativa forte ± 0,70 a 0,90

Variável 1	Variável 2	Correlação
Q 17 - ODS 3: Saúde e Bem-estar	Q18 - ODS 4: Educação de Qualidade	0.737
Q18 - ODS 4: Educação de Qualidade	Q19 - ODS 5: Igualdade de Gênero	0.726
Q20 - ODS 6: Água Limpa e Saneamento	Q21 - ODS 7: Energia acessível e limpa	0.794
Q22 - ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Q23 - ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura	0.702
Q22 - ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Q26 - ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis	0.763
Q23 - ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura	Q26 - ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis	0.834
Q25 - ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis	Q26 - ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis	0.744
Q25 - ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis	Q27 - ODS 13: Ação Contra a Mudança Climática Global	0.841
Q25 - ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis	Q28 - ODS 14: Vida abaixo da Água	0.725
Q28 - ODS 14: Vida abaixo da Água	Q29 - ODS 15: Vida em Terra	0.808
Q28 - ODS 14: Vida abaixo da Água	Q30 - ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Fortes	0.819
Q29 - ODS 15: Vida em Terra	Q31 - ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação	0.703
Q30 - ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Fortes	Q31 - ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação	0.784

Fonte: Elaborado pela autora.

Foi realizado a análise de correlação de *Spearman*, um teste não paramétrico,por meio do *software* jamovi versão 2.2.5. Na visão de Field (2009), as correlações são

caracterizadas por uma relação que pode estar conectada de maneira positiva, nula e negativa entre duas ou mais variáveis. Sua interpretação gera um número que varia de -1 a +1, quanto mais próximo dos extremos (-1 ou 1), maior é a força da correlação, por outro lado, os valores próximos de 0 implicam em correlações mais fracas ou inexistentes.

Ao analisar as correlações de caráter forte identificam-se quatro questões que tiveram uma correlação, desse modo a correlação mais forte encontrada foi 0.841, entre as variáveis Q25 e Q27, em que pode ser observada a preocupação de como estará o mundo a partir de agora. Em seguida, 0,834 entre Q23 e Q26, podendo-se dizer que na visão dos colaboradores a empresa está agindo com a inovação da indústria, mas sem deixar de lado o consumo dos seus insumos de forma consciente. A correlação entre as variáveis Q28 e Q30 foi de 0.819 e Q29 e Q30 com correlação de 0.703, observa-se a importância de as instituições trazerem meios de preservar o meio ambiente proporcionando melhor qualidade para os animais, o mesmo ocorre na correlação de 0.808 entre as variáveis Q28 e Q29.

Ainda com as variáveis com correlação forte temos Q20 e Q21 com correlação de 0.794 no ambiente organizacional constatou-se que há um tratamento eficiente da água e energia na visão dos colaboradores. Q30 e Q31 com correlação 0.784 enfatiza a importância de empresas e órgãos públicos estarem alinhados para conseguir os ODSs'. Q22 e Q26 com correlação de 0.763 mostra que os colaboradores entendem a importância do seu trabalho na indústria e a relação com a produtividade responsáveis através de coisa simples como o descarte correto, sendo práticas que a empresa já adota atualmente. Q17 e Q18 com correlação de 0.737, percebemos que os colaboradores entendem que a empresa está investindo na capacitação de seus colaboradores e proporcionando programas que melhorem sua qualidade de vida. Q18 e Q19 com correlação de 0.726 sendo que a empresa não faz distinção ao gênero tratando homens e mulheres da mesma forma. Q22 e Q23 com correlação de 0.702 e Q25 e Q26 com correlação de 0.744 pode-se se afirmar que os colaboradores entendem a importância do seu trabalho para o crescimento econômico e desenvolvimento da indústria. E, por fim, tem-se a correlação das variáveis Q25 e Q28 com correlação de 0.725, em que os colaboradores entendem a necessidade da sustentabilidade não somente para a vida humana como para os animais.

O quadro 30 apresenta 1 questão aberta, onde os colaboradores poderiam assinalar as práticas da empresa em relação aos ODSs.

Quadro 30 – Descrição das Ações de ODS na empresa, visão dos funcionários (%)

ODS	AÇÕES (PRÁTICAS) DA EMPRESA
1 - Erradicação da Pobreza	Não possui práticas
2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável	Fazer campanhas de recolhimento de alimentos não perecíveis, para ajudar pessoas mais carentes.
3 - Saúde e Bem-estar	A empresa possui benefícios, como plano de saúde, odontológico.
4 - Educação de Qualidade	Incentivo à educação tanto dos filhos dos colaboradores nas séries iniciais e incentivo dos colaboradores para a faculdade.
5 - Igualdade de Gênero	Contrata funcionários para os setores indiferente do gênero.
6 - Água Potável e Saneamento	Citam que precisa melhor reaproveitamento da água apesar de ter a captação de água em cisternas.
7 - Energia acessível e limpa	Observam a necessidades de redução no consumo de energia elétrica.
8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Sem resposta
9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura	Sem resposta
10 - Reduzir Desigualdades	Sem resposta
11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	Sem resposta
12 - Consumo e Produção Responsáveis	Implantação do programa 5s para uma melhor reciclagem do lixo produzido gerando maior aproveitamento.
13 - Ação Contra a Mudança Global de Clima	A recapagem em si já é uma atividade sustentável, reduzindo a utilização do petróleo e demais poluições necessárias para fabricar um pneu novo.
14 – Vida na Água	Sem resposta
15 - Vida Terrestre	Sem resposta
16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Sem resposta
17 - Parcerias e Meios de Implementação	Sem resposta

FONTE: Elaborado pela autora.

De acordo com o quadro 28, os funcionários entendem que a recapagem é uma atividade sustentável, pois reduz a produção de petróleo, uma vez que recicla os pneus para serem usados novamente, eles ainda falam que empresa possui benefícios para os funcionários como plano de saúde, plano odontológico, incentivo a educação dos

funcionários e de seus filhos, além de darem sugestões para melhorar as práticas da empresa como melhorar a capitação de água, implementação do sistema 5’s e fazer campanhas para ajudar os mais necessitados.

5 CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como problema de pesquisa quais as práticas da empresa FM Pneus relacionadas ao Desenvolvimento sustentável (Agenda 2030)? E como objetivo principal analisar as práticas da empresa FM Pneus Ltda. em relação aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e suas metas, à luz da teoria de *stakeholders*. Desta forma, foram elencados como objetivos específicos: Realizar um diagnóstico organizacional, com suporte documental, na visão dos gestores e dos funcionários das práticas organizacionais relacionadas às ODS; Identificar os aspectos positivos e negativos em relação às atividades da empresa com relação aos ODSs; Avaliar a possibilidade de implantar práticas mais alinhadas aos ODSs.

Para o atendimento aos seus objetivos específicos, principalmente voltado ao objetivo "realizar um diagnóstico organizacional, com suporte documental, na visão dos gestores e dos funcionários das práticas organizacionais relacionadas aos ODSs;" foi realizada uma pesquisa qualitativa por meio de entrevistas semiestruturadas com os gestores das unidades produtivas identificadores como *stakeholders* internos, além da análise documental disponibiliza pela empresa. Dessa forma, foi constatado que a empresa atende parcialmente 9 dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

O segundo objetivo específico "Identificar os aspectos positivos e negativos em relação às atividades da empresa com relação aos ODSs", partiu-se para identificação dos aspectos positivos e negativos voltados para cada um dos OSDs, realizado uma pesquisa quantitativa, por meio da aplicação de questionários voltados aos colaboradores da indústria para identificar a visão destes a cada um dos ODSs. Identificaram-se pontos positivos e pontos a melhorar, tendo em suas práticas a maioria dos ODSs, Apenas os ODSs 1, 2 e 10 não são praticados pela empresa na visão de seus colaboradores.

Após a identificação dos pontos positivos e negativos da empresa em e relação aos ODSs, buscando cumprir o terceiro objetivo específico "Avaliar a possibilidade de implantar práticas mais alinhadas aos ODSs", observou-se, por meio das entrevistas e questionários, a necessidade da buscar por formas de reduzir o consumo de energia elétrica, porém, não sendo viável para empresa adquirir painéis solares no momento, pois os prédios são alugados e não houve a possibilidade de negociar essa questão com os proprietários. Na visão dos colaboradores, a empresa pode fazer mais campanhas para ajudar a comunidade mais carente, nas regiões onde as unidades estão instaladas, atendendo aos objetivos 1 e 2.

Dentro do estudo pode-se sugerir a empresa adotar práticas, para envolver mais os funcionários nas questões relacionadas aos ODSs de modo que eles auxiliem a empresa a se tornar cada vez mais sustentável, formas procurar futuras para alternativas em relação ao consumo de energia elétrica, como por exemplo A proposta de Placas fotovoltaicas, podem ser implantadas em uma propriedade da Empresa e a produção de Energia será disponibilizada na Rede, o montante proporciona um crédito que abaterá o consumo das Operadoras, como a Copel, por exemplo utiliza. Joga na rede e diminui as Contas de Energia, independente da Filial. Ou seja, pode ser desenvolvido um Projeto neste sentido. Diversas empresas estão desenvolvendo Projetos dessa natureza, não estão interligados a necessidade de ser realizados em pontos específicos., (ODS7), visto que não há viabilidade de utilizar energias renováveis, além de promover que possibilitem ao mesmo tempo divulgar o trabalho da empresa, mais aproximar a comunidade dos ODSs, como exemplo campanha para arrecadar roupas e alimentos (ODS1).

Como sugestões para empresa podemos elencar a valorização dos profissionais que têm mais destaque dentro da empresa, pois alguns acabam se sentindo injustiçados, por ganhar o mesmo salário, porém executam o trabalho de forma melhor (ODS8). Dar oportunidade para mais mulheres exercerem cargos de lideranças e contratar mais mulheres no setor produtivo, tornando a igualdade de gênero mais ampla (ODS5). Além disso, oferecer premiações para outros setores além do comercial, podendo ser geradas pela venda do lixo reciclado produzido pela empresa, destinando um local reservado apenas com o lixo que pode ser reciclado, uma vez que esse lixo fica em lugares abertos na empresa e qualquer pessoa tem acesso (ODS11). Fazer parcerias com órgãos industriais para qualificar o trabalhador e dar um incentivo aos trabalhadores que sejam qualificados (ODS8 e 17). Realizar treinamentos que possam conscientizar os colaboradores a respeito dos ODSs.

As limitações dessa pesquisa se fazem presentes ao acesso aos funcionários das unidades produtivas de outras cidades, o que limitou a quantidade de questionários válidos. Dessa forma, não foi possível fazer uma análise quantitativa mais extensa.

O presente estudo traz uma abordagem diferente, uma vez que trata de todas as ODSs em uma única empresa, deixando oportunidade para novos estudos em outras empresas de mesmo segmento ou de outros, podemos assim identificar nas empresas quais ODSs estão sendo praticadas, contribuindo para o alcance dos objetivos até o ano de 2030.

REFERÊNCIAS

ALVES, José; CAVENAG0HI, Suzana. Indicadores de desigualdade gênero no Brasil. **Mediações.** Londrina, ano 2013, p. 83-105, 25 abr. 2013. DOI 10.5433/2176-6665.2013v18n1p83. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ mediações/article/view/16472. Acesso em: 29/08/2021.

BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, v. 1, 2008. Disponível em: http://fsma.edu.br/visoes/edicoes-anteriores/docs/4/4ed_O_Desafio_Do_Desenvolvimento_Sustentavel_Gisele.pdf. Acesso em 15/08/2021.

BARBOZA, Gabriel Chaves. Aplicação dos objetivos de desenvolvimento sustentável para escolas mais sustentáveis. **TCC**, UFPR, 2018. https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/58770/R%20-%20E%20-%20GABRIEL%20CHAVES%20BARBOZA.pdf?sequence=1&isAllowed=y

BOUFLEUR, Rafael. O Estado De Direito Como Promotor Da Justiça E Da Sustentabilidade: Considerações A Partir Do ODS 16. **Salão do Conhecimento**, v. 6, n. 6, 2020.

BOWDITCH, James L.; BUONO, António F.; LAMENDORF, José Henrique. Elementos de comportamento organizacional. In: **Elementos de comportamento organizacional,** 1997.

BRASIL. **Municipalização dos ODM e Participação Social**. Brasília, 2011. Disponível em: < http://www.secretariadegoverno.gov.br/.arquivos/arquivos-novos/arquivos-novos2011/Municipalizacao%20dos%20ODM.pdf>. Acesso em 29/06//2021

BRUNDTLAND REPORT. Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future. **United Nations,** US, 1987. Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>. Acesso em: 29/07/2021.

CANDIDO, Wesley Pereira; CANGUÇU, Luan Ribeiro. Análise do ODS 5: igualdade de gênero nas organizações**. Brazilian Journal of Business**, v. 3, n. 3, p. 2349-2363, 2021.

CARIDADE, A. V. S. Estratégias corporativas para a sustentabilidade: estudos de casos múltiplos **(Tese de Doutorado).** Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo, 2012.

CARVALHO, M. M. DE; Rabechini JR., R. **Fundamentos em gestão de projetos**. 3a edição ed. São Paulo: Atlas, 2011v. 20, p. 92-117, jan. 1995.

CLARKSON, M.B.E. A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. **Academy of Management Review,** New York: Jstor, v. 20, p. 92-117, jan. 1995.

COSTA, Felipe Martins da; ABREU, Valéria Jenyffra Rodrigues de**. Sustentabilidade urbana:** percepção dos residentes de Sousa-PB com base nos objetivos de desenvolvimento sustentável (cidades e comunidades sustentáveis–ODS 11). 2021.

COSTA, Silvia Pires Basto et al. Pacto Global no Brasil: Uma confrontação entre os compromissos assumidos e os avanços divulgados. **HOLOS**, v. 3, p. 274-289, 2016.

COMUM, Nosso Futuro; BRUNDTLAND, Relatório. **ODS 15 nos contextos mundial e brasileiro e no âmbito da Embrapa.** Vida terrestre. Disponível em https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/183494/1/ODS-15.pdf#page=15. Acesso em 04/09/2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). **Guia para Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros**: O que os gestores municipais precisam saber. Brasília, 2016. Disponível em: http://localizingthesdgs.org/library/193/Guia-para-Localizao-dos-Objetivos-de Desenvolvimento-Sustentvel-nos-Municpios-Brasileiro.pdf. Acesso em 23/05/2021.

DA GLÓRIA COLUCCI, Maria. **Pobreza Extrema e Desenvolvimento Sustentável**. **(ODS 1).** 2019. Disponível em: http://www2.oabpr.org.br/publico/comissoes/pobreza_extrema_e_desenvolvimento_ods_1.pdf. Acesso em 17/09/2021.

DA SILVA CAMILLO, Everton; DE CASTRO FILHO, Claudio Marcondes. Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) e ODS 4 da Agenda 2030: quais as convergências? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, p. 340-358, 2019.

DA SILVA, Creir; PEREIRA, Máriam Trierveiler. Objetivos Do Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise do ODS 6 Para Os Países Do Mercosul. **Revista Mundi Engenharia, Tecnologia e Gestão (ISSN: 2525-4782)**, v. 4, n. 1, 2019.

DELGADO, A. K. C. Mapeamento de Stakeholders nas Áreas Conexas de Turismo e Meio Ambiente: Um Estudo em João Pessoa/PB **(Dissertação de Mestrado)**. Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Turismo, na área de Gestão em Turismo. Natal, 2011.

DE ALMEIDA, Isabella Martins. Participação Da Mobilidade Urbana Nos Objetivos De Desenvolvimento Sustentável: O Caso De Cabo Frio**.** 2020. **Tese de Doutorado**. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DE FARIAS, Marta Emília Aires Cavalcante; DE FÁTIMA MARTINS, Maria; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Agenda 2030 e Energias Renováveis: sinergias e desafios para alcance do desenvolvimento sustentável. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 17, p. e13101723867-e13101723867, 2021.

DE LARA, Ana Vitória Oliveira; SERAFIM, Andrea Bier. Os objetivos de desenvolvimento sustentável nas empresas de Araucária e região. **Caderno PAIC**, v. 21, n. 1, p. 73-88, 2020.

DONALDSON, Thomas; Preston, Lee E. The *stakeholder* theory of the corporation: concepts, evidence, and implications. **The Academy of Management Review**, Vol. 20, n. 1, jan.1995.

FERREIRA, Débora Vargas. Atitude socialmente responsável ou estratégia comercial: o caso do pacto global. 2008. **Tese de Doutorado**. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3906/ACF29E.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 29/09/2021.

FIELD, A. Descobrindo a estatística usando o SPSS-2. Tradução Lorí Viali. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FM PNEUS. **Sobre a FM Pneus.** Disponível em: http://fmpneus.com/institucional. Acesso em: 27/09/2021.

FREEMAN, R. Edward; REED, David L. Acionistas e stakeholders: uma nova perspectiva sobre governança corporativa. **Revisão da administração da Califórnia** , v. 25, n. 3, pág. 88-106, 1983.

FREEMAN, E. R.; HARRISON, J. S.; WICKS, A. C.; PARMAR, B. L. COLLE, S. **Stakeholder theory: the state of the art**. New York: Cambridge Press, 2010.

FREEMAN, R. **Strategic management: a *stakeholder* approach**. Massachusetts: Pitman, 1984.

FREY, KLAUS et al. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no contexto da Macro metrópole Paulista–desafios e perspectivas. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**, p. 12. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Ruth-Ramos/publication/346971772_Objetivos_do_Desenvolvimento_Sustentavel_desafios_para_o_planejamento_e_a_governanca_ambiental_na_Macrometropole_Palista/links/5fd662c792851c13fe84c5c7/Objetivos-do-Desenvolvimento-Sustentavel-desafios-para-o-planejamento-e-a governanca-ambiental-na-Macrometropole-Paulista.pdf#page=15. Acesso em 01/09/2021.

FREITAS, T. G. **The industrialization challenges of the LAC region in achieving the Sustainable Development Goal 9 and an Inclusive and Sustainable Industrial Development (ISID).** João Pessoa: UNIDO, 2016. Disponível em: < https://www.unido.org/fileadmin/user_media_upgrade/Worldwide/Offices/LATIN_AMERICA_and_the_CARIBBEAN/Essay_Telma_de_Freitas.pdf>. Acesso em 05/07/2021.

FUTURE EARTH. Future Sustainability – the role of science and the SDGs. Villa Vigoni: Future Earth Young Scientist Networking **Conference on Integrated Science**, 2015. Disponível em: <http://www.worldsocialscience.org/documents/future-sustainability-conferencereport.pdf>. Acesso em: 18/08/2021.

GALELI, B**. Pressões Institucionais, Objetivos Do Desenvolvimento Sustentável E Covid-19:** Como as organizações estão reagindo? global taskforce. How to localize targets and indicators of the Post-2015 Agenda. Quito: UN, 2016. Disponível em https://www.uclg.org/sites/default/files/localization_targets_indicator_web.pdf. Acesso em: 29/05/2021.

GALLELI, Bárbara et al. Pressões Institucionais, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e COVID-19: Como as Organizações Estão Engajando? **Sustentabilidade** , v. 13, n. 21, pág. 12330, 2021.

GOMES, Barbara Maria Fritzen et al. **Indústria, inovação e infraestrutura**: ações para o desenvolvimento sustentável no COREDE Produção. 2018.

GOODE, William Josiah; HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa social.** São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1979.

GLOBAL, PACTO. **Os 10 princípios.** São Paulo,[20--]. Disponível em: http://pactoglobal. org. br/10-principios/. Acesso em: 29/09/2021.

GLOBAL TASKFORCE. **How to localize targets and indicators of the Post-2015 Agenda. Quito**: UN, 2016. Disponível em: < https://www.uclg.org/sites/default/files/localization_targets_indicator_web.pdf>. Acesso em: 29/07/2021.

GRUPTA, J.; VEGELIN, C. Sustainable development goals and inclusive development. **International Environmental Agreements**, v. 16, P. 433-448, 2016.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). ODS–Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2018.

INTER-AGENCY AND EXPERT GROUP ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOAL INDICATORS (IAEG-SDGs**). Report of the Iter-Agency and Expert Group on Sustainable Development Goal Indicators**. New York: IAEG-SDGs, 2016. Disponível em: < http://unstats.un.org/unsd/statcom/47th-session/documents/2016-2-IAEG-SDGs-E.pdf >. Acesso em: 27/7/2021.

International Council For Science (Icsu); International Social Science Council (ISSC). **Review of the Sustainable Development Goals**: the Science perspective. Paris: International Council for Science. Disponível em: < http:// https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/10115STCMG%20position%20paper_FINAL_rev25042016.pdf . Acesso em: 24/06/2021.

JONES, J.; ZUBIELQUI, G. C. Doing well by doing good: A study of university-industry interations, innovationess and firm performance in sustainability-oriented Australian SMEs. **Technological Forecasting & Social Change**, In Press, Corrected Proof, 2016.

KATAKURA, P.; SANTOS, C. R.G. Mobilidade e Indicadores de Infraestrutura. IN: Encontro da associação nacional de pesquisa e pós-gradução em arquitetura e urbanismo, 2016. **Anais...** Porto Alegre, 2016.

KESTIN, T., BELT, M. VAN DEN, DENBY, L., ROSS, K., THWAITES, J.; HAWKES, M**. Como começar com os ODSs nas universidades**. Um guia para universidades, faculdades e universidades. Espanha 2017. Disponível em http://reds-sdsn.es/wp-content/uploads/2017/02/Guia-ODS-Universidades-1800301-WEB.pdf. Acesso 23/05/2021.

KHAMIS, Renato Braz Mehanna; DA SILVA ALVES, Juliana. A redução das desigualdades no Brasil e o objetivo desenvolvimento sustentável nº 10. **JURIS-Revista da Faculdade de Direito**, v. 28, n. 2, p. 135-154, 2018.

KROLL, C. **Sustainable Development Goals**: Are the rich countries ready? New York: Bertelsmann Stiftung, Sustainable Governance Indicators (SGI) and Sustainable Development Soluctions Network (SDSN), 2017. Disponível em: < https://www.bertelsmannstiftung.de/fileadmin/files/BSt/Publikationen/GrauePublikationen/Studie_NW_SustainableDevelopment-Goals_Are-the-rich-countries-ready_2015.pdf >. Acesso em: 21/05/2021.

KUHL, Marcos Roberto**.** Interdependência entre a colaboração para inovação e o desempenho sustentável na indústria brasileira de eletroeletrônicos. **Tese de Doutorado.** Universidade Federal do Paraná, 2012.

LIMA, J. A. S**. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável Nº 9:** Inovação e Infraestrutura. Ceiri Newspaper, 2016. Disponível em: < http://www.jornal.ceiri.com.br/objetivo-de-desenvolvimento-sustentavel-no-9-inovacao-e-infraestrutura12/>. Acesso em 21/05/2021.

LIMA, MARIA FLAVIA RONDON. Proposta de modelo de gestão da sustentabilidade com base nos ODS: um estudo no mercado de shopping center. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 9, n. 3, p. 934-946, 2020.

LUDKE M, André MEDA. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU; 1986.

LUKMAN, R.K. et al. Sustainable consumption and production – Research, experience, and development – The Europe we want. **Journal of Cleaner Production**, v. 138, P. 139-147, 2016.

LYRA, M. G.; GOMES, R. C.; JACOVINE, L. A. G. O papel dos stakeholders na sustentabilidade da empresa: contribuições para construção de um modelo de análise. **RAC**, Curitiba, v. 13, p. 39-52, jun. 2009.

MARQUES, Marcelo Filipe Carvalho. Agenda 2030: objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) da ONU: desafios ao desenvolvimento tecnológico e à inovação empresarial**.** 2020. **Tese de Doutorado**. Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

MITCHELL, R. K.; AGLE, B. R.; Wood, D. J. Toward a theory of *stakeholder* identification and salience: Defining the principle of who and what really counts. **Academy of Management Review**, v. 22, n. 4, p. 853–886, 1997.

MOTTA, Paulo Roberto; PIMENTA, Roberto; TAVAREZ, Elaine Maria**. Novas Ideias em Administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos do desenvolvimento sustentável.** Disponível em: https://brasil.un.org/index.php/pt-br/sdgs. Acesso em 01/05/2021

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 Educação de qualidade.** Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4. Acesso em 30/08/2022.

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 9. **Indústria, Inovação e Infraestrutura.** Disponível em https://www.ipea.gov.br/ods/ods9.html. Acesso em 01/05/2021.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. (Brasília). **Igualdade de Gênero e Raça no Trabalho:** avanços e desafios. 1. ed. Brasília: [s. n.], 2010. 1-21p. ISBN 9789228234763;9789228234770. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_229333.pdf. Acesso em: 29/08/2021.

_____. **Oficina Regional para América Latina y el Caribe.** Rio de Janeiro: UN, 2004. Disponível em: . Acesso em: 15/05/2021.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Declaração do Milênio**. Nova Iorque, 2000. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_milenio_nacoes_unidas.pdf. Acesso em 12/05/2021.

PEDRAZA, J. **Educação Ambiental e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS.** Globo Verde: Espanha, 2018. Disponível em: https://www.greenglobe.es/educacion-ambiental-y-objetivos-de-desarrollo sostenible-ods/. Acesso em 20/05/2021.

PLATAFORMA AGENDA 2030. **Os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável.** Disponível em: http://www.agenda2030.org.br/os_ods/. Acesso em 01/09/2021.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. Guia GPS. São Paulo: **Programa Cidades Sustentáveis, 2016.** Disponível em: https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2017/12/gest%C3%A3o-p%C3%BAblica-sustent%C3%A1vel-1.pdf. Acesso em: 26/05/2021.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável/Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. Brasília: PNUD, 2015. Disponível em: < http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/acompanhando-a-agenda-2030.html>. Acesso em 28/06/2021.

REED, M. S., GRAVES, A., DANDY, N., PHOSTHUMUS, H., HUBACEK, K., MORRIS, J., PREEL, C., QUINN, C. H., STRINGER, L. C. **Journal of Environmental Management.** v. 90, p. 1933-1949, 2009.

REZENDE, Milka. **Desigualdade de gênero**: Desigualdade de gênero é a desigualdade de poder entre homens e mulheres. [S. l.]: Mundo Educação, 22 mar. 2021. Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/desigualdade-de-genero.htm#:~. Acesso em: 30/08/2021.

RODRIGUES, M. C. P. **Projetos Sociais Corporativos:** como avaliar e tornar essa estratégia eficaz. São Paulo: Atlas, 2010.

SAAD, Pedro Fernandes et al. **Empresas e ODS**: priorizando as ações sustentáveis de maior retorno econômico, social e ambiental para a humanidade. 2018.

SACHS, J. D. From Millennium Development Goals to Sustainable Development Goals. **The Lancet**, v. 379, P. 9-15, 2012.

SCHIO, NATÁLIA DA SILVA et al. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as empresas participantes do mercado acionário brasileiro. In: A**nais USP Internacional Conference in Accounting,** 2019.

SEVERO, E.A. et al. Cleaner production and environmental management as sustainable product innovation antecedents: A survey in Brazilian industries. **Journal of Cleaner Production,** v. 142, p. 87-97, 2016.

SILVA, Enid Rocha Andrade da Coordenadora. Agenda 2030: ODS-Metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Disponivel em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8855/1/Agenda_2030_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf. Acesso em: 27/09/2021.

SILVEIRA, Paula Gallbiatti; FAGUNDEZ, Gabrielle Tabares; DE SOUZA, Rafael Speck. A (In) compatibilidade entre o ods 7 e as políticas públicas brasileiras de fomento às energias renováveis. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 9, p. 3-19, 2020.

STAKE RE. Case studies. In: Denzin NK, Lincoln YS (eds). **Handbook of qualitative research**. London: Sage; 2000:436.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso-:** Planejamento e métodos. Bookman editora, 2015.

SÁNCHEZ GUTIÉRREZ, G. **Capacitação para o desenvolvimento sustentável:** função essencial da universidade. Seminário "O papel da Universidade Ibero-americana na Agenda 2030". Salamanca, Espanha, SEGIB, 2018. Disponível em: https://www.segib.org/wpcontent/uploads/El_papel_de_la_Universidad_IB_en_Agenda2030.pdf. Acesso em 17/05/2021.

YONG, L. **Fostering innovation for inclusive and sustainable industrial development:** the role of international cooperation. London: UNIDO, 2015. Disponível em: < https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/events-presentations/1794.pdf>. Acesso em 05/05/2021.

UNITED CITIES AND LOCAL GOVERNMENTS (UCLG). **The Sustainable Development Goals:** What local governments need to know. New York: UCLG, 2016.

Disponível em: < https://www.uclg.org/sites/default/files/the_sdgs_what_localgov_need_to_know.pdf>. Acesso em 05/07/2021.

UNITED NATIONS SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK (UN-SDSN). **Getting Started with the SDGs in Cities**. New York: United Nations, 2016. 241. Disponível em: https://irp-cdn.multiscreensite.com/be6d1d56/files/uploaded/9.1.8.-Cities SDG-Guide.pdf. Acesso em: 12/05/2021.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). Embedding the environment in Sustainable Development Goals. New York: UNEP, 2013. Disponível em: < http://www.unep.org/pdf/embedding-environments-in-SDGs-v2.pdf>. Acesso em 12/08/2021.

XAVIER, D. L. J., COSTA, B. K., VIEIRA, S. F. A. Análise dos *stakeholders* pelométodo de saliência: O caso de um banco de crédito consignado. **Revista de Administração FACES Jornal**, 10(2), 165-185, 2011.

WHITTINGTON, R. **O que é estratégia?** São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1.1 Roteiro de Entrevista

Público: Gestores da indústria e gerentes de unidade.

Breve apresentação de como serão abordadas as entrevistas, com a escolha das amostras e objetivo do estudo.

Característica dos entrevistados

Nome, sexo ( ) F ( ) M

Idade, formação acadêmica

Lotação (filial):

Quantos colaboradores são liderados pelo gestor entrevistado

Tempo de empresa

Descrever a história do gestor na empresa.

2 – O que você entende por Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS)?

3 No seu ponto de vista, qual as práticas da empresa em relação ao desenvolvimento sustentável? Falar (energia, resíduos, matéria prima, programas sociais, programas ambientais, certificações etc...)

ODS	**AÇÕES (PRÁTICAS) DA EMPRESA**
1 - Erradicação da Pobreza	
2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável	
3 - Saúde e Bem-estar	
4 - Educação de Qualidade	
5 - Igualdade de Gênero	
6 - Água Potável e Saneamento	
7 - Energia acessível e limpa	
8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico	
9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura	
10 - Reduzir Desigualdades	
11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	
12 - Consumo e Produção Responsáveis	
13 - Ação Contra a Mudança Global de Clima	

14 – Vida na Água	
15 - Vida Terrestre	
16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	
17 - Parcerias e Meios de Implementação	

4 Além do que consta nas normativas direcionadas ao meio ambiente que obriga as organizações a executa-las, a empresa possui alguma outra ação sobre o desenvolvimento sustentável? Em caso positivo comente sobre ela.

5 Na sua opinião, quais praticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável a empresa adotou nos últimos cinco anos?

6 Você considera que há participação dos gestores e demais colaboradores em relação ás práticas do desenvolvimento sustentável?

7 Desde que você começou suas atividades na empresa, participou de alguma ação relacionada ao desenvolvimento sustentável? Em caso de sim, relate.

8 A organização trabalha formas de divulgar suas práticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável? Se sim de que forma?

9 Para você, qual a importância da conscientização em relação ao desenvolvimento sustentável?

10 Como você avalia a empresa em relação aos ODS? (falar deles...)

ODS	**AÇÕES DA EMPRESA**
1 - Erradicação da Pobreza	
2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável	
3 - Saúde e Bem-estar	
4 - Educação de Qualidade	
5 - Igualdade de Gênero	
6 - Água Potável e Saneamento	
7 - Energia acessível e limpa	
8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico	
9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura	
10 - Reduzir Desigualdades	
11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	
12 - Consumo e Produção Responsáveis	
13 - Ação Contra a Mudança Global de Clima	
14 – Vida na Água	
15 - Vida Terrestre	
16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	

17 - Parcerias e Meios de Implementação	

11 Quais praticas você acredita que a empresa poderia implementar, além do que já vem sendo trabalhado pela empresa?

12 Você aborda com sua equipe temas relacionados a sustentabilidade? De que forma e com que frequência

13 Como a empresa usa as mídias sociais para divulgar seu papel no desenvolvimento sustentável?

ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO PARA OS FUNCIONÁRIOS

Público: colaboradores da indústria

Aplicação de questionário para os colaboradores da indústria, em forma de escala, com quatro opções de resposta: sempre, quase sempre, raramente e nunca.

CONSIDERE A SEGUINTE ESCALA PARA RESPONDER AS QUESTÕES DE 1 A 15:				
QUESTÕES	1	2	3	4
	SEMPRE	QUASE SEMPRE	RARAMENTE	NUNCA
Os gestores realizam encontros para conscientizar os colaboradores em relação ao desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, ODS?				
Os colaboradores participam de ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável sustentabilidade, ODS?				
A empresa tem ações para inovação sustentável? (energia, água, resíduos, matéria-prima....)				
A empresa disponibiliza cursos e treinamentos aos colaboradores em relação ao desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, ODS?				
Os temas abordados pela empresa sobre sustentabilidade são aplicados na prática?				
A empresa tem distinção de salário de acordo com o gênero (feminino e masculino)?				
A empresa possui restrição a				

funcionários de acordo com sua opção sexual ?				
A empresas trabalha de alguma forma programas ambientais?				
A empresa possui algum programa de nível social?				
Ainda em caráter social a empresa atrasa o pagamento dos salários?				
Você considera as atividades exercidas na empresa como trabalho justo?				
A empresa trabalha alguma forma de redução de gastos com energia?				
A empresa tem algum programa destinado para o reaproveitamento de água?				

DESCREVA AÇÕES DA EMPRESA RELACIONADAS A:

ODS	AÇÕES (PRÁTICAS) DA EMPRESA
1 - Erradicação da Pobreza	
2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável	
3 - Saúde e Bem-estar	
4 - Educação de Qualidade	
5 - Igualdade de Gênero	
6 - Água Potável e Saneamento	
7 - Energia acessível e limpa	
8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico	
9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura	
10 - Reduzir Desigualdades	
11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	

12 - Consumo e Produção Responsáveis	
13 - Ação Contra a Mudança Global de Clima	
14 – Vida na Água	
15 - Vida Terrestre	
16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	
17 - Parcerias e Meios de Implementação	

Anexo 3

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO (TLC)

Caro participante,

Agradecemos o atendimento ao convite para participar da nossa pesquisa de dissertação sobre a percepção dos agentes e grupos da cidade de Guarapuava/PR sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Os principais elementos do estudo são as práticas da empresa em relação as ODS's. O estudo é de natureza impessoal, garantimos todo o respeito à sua privacidade, ou seja, o nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identificar os participantes, será mantido em sigilo. Os dados são confidenciais e os resultados serão tratados de forma sigilosa, de modo que os participantes não serão identificados. Para tanto, pedimos que leia atentamente a Declaração a seguir e complete seus dados para fins de proteção ao participante e ao pesquisador quanto ao uso dos dados fornecidos e estarão disponíveis a partir de setembro de 2022.

Sua participação será muito importante e colocamo-nos à disposição para quaisquer novos esclarecimentos.

Jeisiane Andresa Penteado (mestranda)

Dr. Silvio Roberto Stefani (orientador da dissertação)

DECLARAÇÃO - Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de discutir as informações deste termo e eu estou satisfeito com as respostas. Entendo que receberei uma via assinada e datada deste documento e que outra via assinada e datada será arquivada nos pelo pesquisador responsável do estudo. Manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Autorizo o uso de minha imagem e áudio para fins da pesquisa, sendo seu uso restrito para fins análise e compilação de informações, não sendo permitida a veiculação de imagem ou áudio, bem como não sendo permitido o uso do meu nome.

Dados do participante da pesquisa	
Nome:	
Telefone:	
E-mail:	

_____ _____

Assinatura do participante da pesquisa Assinatura do Pesquisador

CONTATO: Os pesquisadores envolvidos neste estudo do mestrado profissional são: Jeisiane Andresa Penteado, aluno regular do Programa de Mestrado em Administração, o qual é orientado pelo professor Doutor Silvio Roberto Stefani. O contato com o pesquisador o pesquisador pode ser feito pelo telefone (42)99912-8619 e pelo e-mail jeisiane011@gmail.com

Guarapuava , de 2022.

GLOBAL, PACTO. Os 10 princípios. São Paulo,[20--]. Disponível em: http://pactoglobal. org. br/10-principios/. Acesso em: 29/09/2021.